

2024

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2024

Caio César Farias Leôncio
DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO

Flávia Moraes Lopes Takafashi
DIRETORA

Wilson Pereira de Lima Filho
DIRETOR

Alber Furtado de Vasconcelos Neto
DIRETOR

GABINETE DO DIRETOR-GERAL | GAB
Anilson Rodrigues Aires – Chefe de Gabinete

SECRETARIA-GERAL | SGE
Paulo Morum Xavier – Secretário-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS | SOG
Renildo Barros da Silva Júnior – Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO | SRG
José Renato Ribas Fialho – Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS | SFC
Alexandre Palmieri Florambel – Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE ESG E INOVAÇÃO | SESGI
Cristina Castro Lucas de Souza – Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS | SAF
Alfredo Murillo Gameiro de Souza – Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PROJETOS HIDROVIÁRIOS | SEPH
Bruno de Oliveira Pinheiro – Superintendente

AUDITORIA INTERNA | AUD
Marcos Mendonça da Silva – Auditor-Chefe

CORREGEDORIA | CRG
Célia Aparecida de Almeida Siqueira – Corregedora

OUVIDORIA – OUV
Joelma Maria Costa Barbosa – Ouvidora

REVISÃO DE TEXTO
Letícia de Souza Aquino

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Júlia Costa Fonseca

ANTAQ | AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Endereço: SEPN – Quadra 514 – Conjunto “E” - Edifício ANTAQ | CEP: 70760-545 - Brasília/DF
Fone: +55 (61) 2029-6500 | Telefone da Ouvidoria: +55 (61) 2029-6575 | portal.antaq.gov.br

MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Apresento o Relatório de Gestão da ANTAQ referente a 2024.

A missão da ANTAQ é assegurar a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária no país. Para fortalecer sua capacidade de resposta aos desafios do setor e preservar os interesses da sociedade, a Agência aprimorou sua governança, otimizou a alocação de recursos, atualizou a estrutura organizacional, reforçou a articulação interna e externa e iniciou um grande processo de integração de suas soluções de TI.

Em 2024, lançamos o G-Riscos, a primeira solução de TI da Administração Pública a permitir o monitoramento integrado dos planos de tratamento de riscos a partir das bases de dados institucionais. Também desenvolvemos o módulo Hefesto, para controle do Programa de Gestão e Desempenho na ANTAQ. Ambas as iniciativas integram um esforço inédito da Agência de integrar, em uma única plataforma, todas as soluções de tecnologia e informação, denominada Plataforma Unificada de Regulação Aquaviária (PROA), que abrangerá, ainda em 2025, soluções relacionadas ao cadastro de embarcações, à gestão de outorgas da navegação, à gestão de afretamentos, à análise de EVTEA e à gestão de outorgas portuárias, permitindo, inclusive, o acompanhamento da realização dos investimentos contratualmente previstos.

Esse esforço de racionalização de recursos, integração e inovação se refletiu no Plano Estratégico Institucional (PEI) 2025-2028, aprovado em total alinhamento com as prioridades do Governo Federal. Com a contribuição de dirigentes e técnicos, foram definidos objetivos estratégicos e metas desafiadoras, promovendo uma cultura organizacional focada em resultados mensuráveis, utilizando a metodologia OKR (*Objectives and Key Results*). Pela primeira vez, os principais instrumentos de gestão foram alinhados ao PEI com o intuito de melhorar a sinergia entre ações e unidades organizacionais e otimizar a alocação de recursos públicos. Como resultado, foram elaboradas a Agenda Regulatória 2025-2028 (com a participação ativa de múltiplos stakeholders), a Agenda de Estudos 2025-2028, a Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária 2025-2026 (aprovada em 30/01/2025), o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2025-2028 e o Plano de Integridade 2025-2026.

Em 2024, a ANTAQ promoveu boas práticas de ESG (*Environmental, Social, and Governance*) com destaque para a campanha “Rio Limpo Amazônia Viva”, em Parintins, e o lançamento do Guia de Enfrentamento ao Assédio do Setor Aquaviário.

A comunicação aberta e a participação da sociedade são essenciais para nossa atuação. Em 2024, foram recebidas mais de 1.300 manifestações, com um tempo médio de resposta

de 14,75 dias. A ANTAQ manteve-se em 1º lugar no ranking de transparência ativa da Controladoria Geral da União (CGU) pelo segundo ano consecutivo.

O desenvolvimento de estudos inovadores foi prioridade em 2024, posto que visam reduzir a assimetria de informações no setor e melhorar nossas ações regulatórias. Os 5 novos estudos foram: “Revisão da experiência internacional sobre redução das emissões no transporte marítimo nos portos”, “Diagnóstico de descarbonização, infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos portos”, “Perfil dos usuários dos serviços de transporte hidroviário de passageiros”, “Caracterização dos pontos de atracação de travessia”, “Estudo toneladas por quilômetro útil - TKU no setor aquaviário - 2023”.

A área de fiscalização da Agência se manteve ativa e inovadora em 2024 e, apesar do déficit de pessoal, identificou oportunidades para sistematização de procedimentos, para a reestruturação organizacional, com novas soluções tecnológicas e compartilhamento de informações, visando eficiência e eficácia em suas ações.

2024 foi um ano importante para a infraestrutura portuária, com a autorização de 8 novos Terminais de Uso Privado, prevendo R\$ 16,8 bilhões em investimentos, 70% acima do previsto em 2023. Em 2024, ocorreram 8 novos leilões de arrendamentos portuários, com arrecadação prevista de R\$ 65,2 milhões em valores de outorga e investimentos previstos de R\$ 3,7 bilhões. Como resultado da missão institucional, em 2024, o setor aquaviário brasileiro alcançou a maior movimentação registrada na sua série histórica, com 1,32 bilhão de toneladas de cargas, um crescimento de 1,2% em relação a 2023.

Avançamos na concretização das primeiras concessões hidroviárias, desenvolvendo estudos e modelagens contratuais para as hidrovias do Rio Madeira e do Rio Paraguai. Também iniciamos as tratativas técnicas para contratação do BNDES para elaboração dos estudos de estruturação dos projetos de concessão das hidrovias dos rios Tocantins e Tapajós.

Enfim, é com grande satisfação que apresento, em nome da Diretoria Colegiada da ANTAQ, o Relatório de Gestão 2024, reafirmando nosso compromisso com um setor aquaviário eficiente, sustentável e inovador.



ANTAQ EM NÚMEROS

SETOR REGULADO

Portos Organizados	35
Contratos de arrendamento vigentes	147
Contratos transitórios	35
Terminais de Uso Privado (TUP)	227
Estações de Transbordo de Cargas (ETC)	43
Instalações Portuárias de Turismo (IPTur)	5
Autorizações de EBN (navegação marítima)	1.267
Autorizações de EBN (navegação interior)	1.604
Vias Navegáveis Existentes (em km)	20.125

OUTORGAS

Novas autorizações de instalações portuárias	6
Novos registros de instalações de apoio portuário	11
Novas autorizações na navegação marítima	65
Novas autorizações na navegação interior	94
Análises de reequilíbrio de contratos de arrendamentos	2
Termos de Liberação de Operação (TLO)	13
Habilitações ao Tráfego Internacional (HTI)	7
Quantidade de afretamentos processados	10.370
Quantidade de registros processados em 2024	18.523
Quantidade de Registro Especial Brasileiro (REB)	104

FISCALIZAÇÃO

Fiscalizações realizadas (ordinárias + extraordinárias)	1.336
Ações fiscais de rotina	2.419
Autos de infração	312
Multas aplicadas	R\$ 4,4 milhões
Análises de reequilíbrio de contratos de arrendamentos	2

REGULAÇÃO

Atos normativos publicados	8
Atos normativos revogados	2
Contribuições das audiências públicas analisadas	790
Multas aplicadas	R\$ 4,4 milhões

DESEMPENHO, ESTUDOS E SUSTENTABILIDADE

Estudos da Agenda Plurianual de Estudos realizados	5
Estudos para concessões hidroviárias	2
Indicadores de Desempenho Ambiental	38
Boletim Trimestral Aquaviário	4

MOVIMENTAÇÃO PORTOS BRASILEIROS

Movimentação total	1.320 bilhão t
Comparação entre 2023 e 2024	↑ 1,2 %
Carga granel líquido	↓ 4,2 %
Carga granel sólido	↑ 0,2 %
Carga conteinerizada	↑ 19,6 %
Carga geral solta	↓ 11,1 %

INVESTIMENTO PORTUÁRIO

Leilões portuários	8
Arrecadação em valor de outorga	R\$ 65 milhões
Investimentos previstos (leilões)	R\$ 3,4 bilhões
Investimentos previstos (instalações portuárias privadas)	R\$ 16,78 bilhões

FORÇA DE TRABALHO

Servidores com vínculo	334
Servidores sem vínculo	6
Cedidos/requisitados	49
Estagiários	52
Colaboradores terceirizados	231

ARTICULAÇÃO EXTERNA E INTERNA

Missões internacionais	25
Nº servidores capacitados no exterior	38
Acordos de cooperação internacional celebrados	3
Acordos de cooperação celebrados	11
Análises de projetos de lei	28

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Dotação Orçamentária	R\$ 182,3 milhões
Comparação orçamentária entre 2023 e 2024	↑ 7 %
Investimentos em TIC	R\$ 9,23 milhões
Investimentos em Capacitação	R\$ 644 mil
Investimentos em Estudos	R\$ 1,67 milhão

Fonte: ANTAQ, 2025.

PAINÉIS DA ANTAQ

ESTATÍSTICO AQUAVIÁRIO	IDA	INSTALAÇÕES PRIVADAS	PUBLICAÇÕES: INSTALAÇÕES PRIVADAS	PORTOS PÚBLICOS	SITUAÇÃO DOS PORTOS EM TEMPO REAL	ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA	
OUTORGAS DE NAVEGAÇÃO	FISCALIZAÇÃO	GESTÃO DE MULTAS	AGENDA REGULATÓRIA	ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO	MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA	GESTÃO DE PESSOAS	
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	CENTRO DE CUSTO	GERENCIAMENTO DE RECURSOS LOGÍSTICOS SUSTENTÁVEIS	PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO (PGD)	RESULTADOS DA PESQUISA DE EQUIDADE DE GÊNERO	PESQUISA DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS	OUVIDORIA	SEI NÚMEROS

ESTRUTURA AQUAVIÁRIA BRASILEIRA

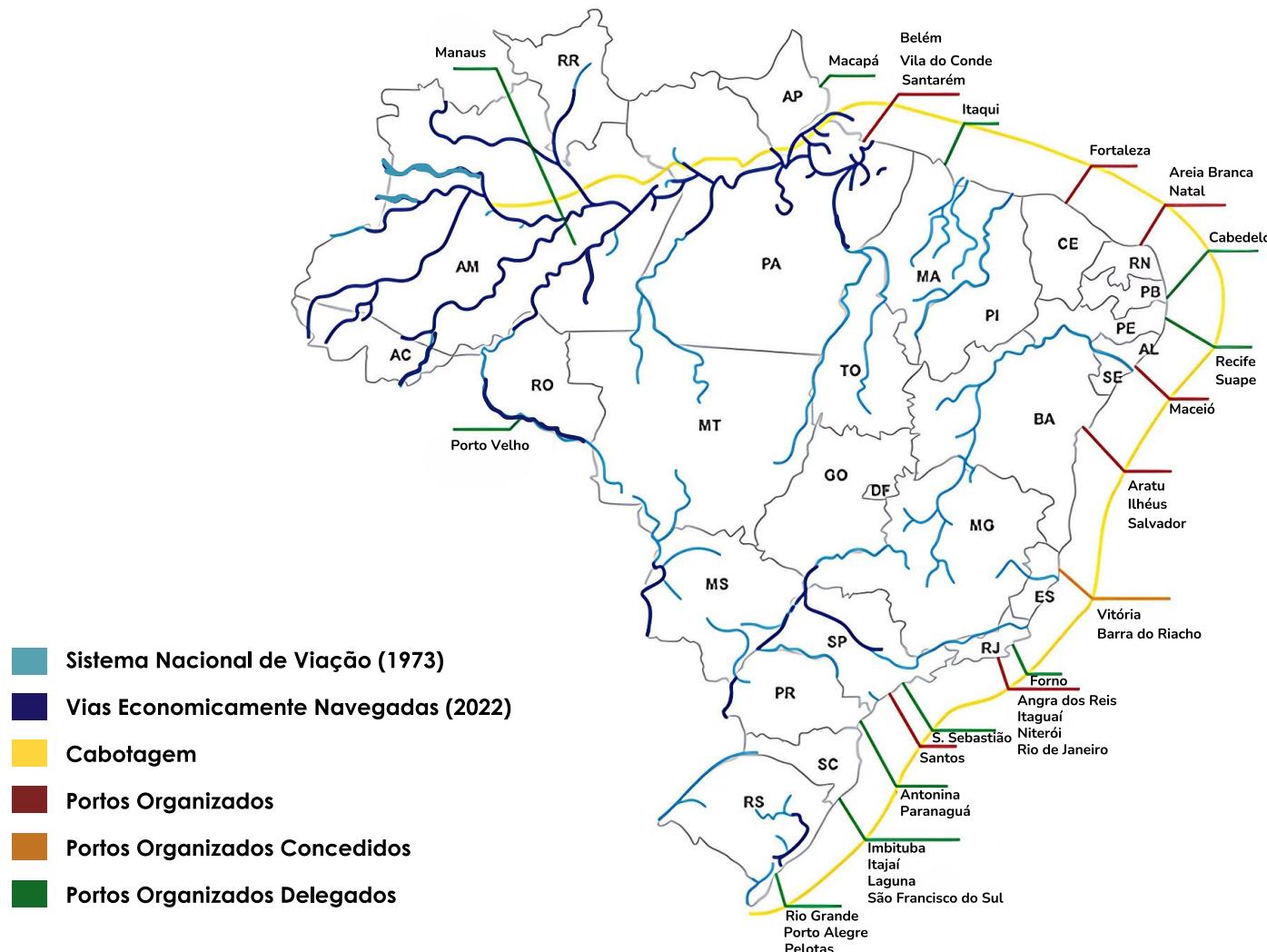


Figura 1: Estrutura Aquaviária Brasileira. Fonte: ANTAQ, 2024.



SUMÁRIO

ANTAQ EM NÚMEROS.....	4
PAINÉIS ANTAQ	5
ESTRUTURA AQUAVIÁRIA BRASILEIRA	6
CAPÍTULO 1	
VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	10
1.1. QUEM SOMOS.....	11
1.1.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	13
1.1.2. IDENTIDADE INSTITUCIONAL	16
1.1.3. MODELO DE NEGÓCIOS	17
1.2. PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS	18
1.3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO	18
1.4. AMBIENTE EXTERNO	19
1.5. MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES.....	21
CAPÍTULO 2	
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA.....	22
2.1. GOVERNANÇA.....	23
2.1.1. INSTÂNCIAS EXTERNAS DE APOIO À DECISÃO E AO CONTROLE	24
2.1.2. INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À DECISÃO	24

2.2. GESTÃO DA ESTRATÉGIA	31
2.2.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	31
2.2.2. CADEIA DE VALOR.....	35
 CAPÍTULO 3	
GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE.....	37
3.1. GESTÃO DE RISCOS	38
3.2. INTEGRIDADE	41
 CAPÍTULO 4	
RESULTADOS DE GESTÃO.....	42
4.1. MACROPROCESSO DE REGULAÇÃO.....	43
4.1.1. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	43
4.1.2. BALANÇO DO MACROPROCESSO DE REGULAÇÃO	56
4.2. MACROPROCESSO DE OUTORGA	57
4.2.1. RESULTADOS ALCANÇADOS	58
4.3. MACROPROCESSO DE FISCALIZAÇÃO	64
4.3.1. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	65
4.4. MACROPROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO AQUAVIÁRIO.....	70
4.4.1. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	70
 CAPÍTULO 5	
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	76
5.1. MACROPROCESSO DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA.....	77
5.1.1. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	77

5.1.1.1. Desenvolvimento organizacional	77
5.1.1.2. Gestão da governança dos processos organizacionais	78
5.5.1.3. Gestão do desempenho	79
5.1.1.4. Gestão executiva	82
5.1.1.5. Articulação e relações institucionais.....	83
5.1.1.6. Comunicação.....	89
5.2. MACROPROCESSO DE GESTÃO E SUPORTE	92
5.2.1. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	92
5.2.1.1. Gestão orçamentária, financeira, contábil e de custos	92
5.2.1.2. Gestão de pessoas	99
5.2.1.3. Tecnologia da informação.....	106
5.2.1.4. Gestão do conhecimento e da informação	108
5.2.1.5. Administração e logística	110
CAPÍTULO 6	
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	122
6.1. CONFORMIDADE CONTÁBIL.....	124
6.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	124
6.2.1. BALANÇO PATRIMONIAL.....	125
6.2.2. DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.....	130
6.2.3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	130
6.2.4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	130
6.2.5. BALANÇO FINANCEIRO.....	130
6.2.6. NOTAS EXPLICATIVAS.....	131
6.3. DECLARAÇÃO DA CONTADORA	144



CAPÍTULO 1

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1. QUEM SOMOS

Criada pela [Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001](#), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) é uma das onze agências reguladoras do Brasil integrantes da Administração Pública Federal e vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR). Uma autarquia em regime especial, caracterizada pela independência administrativa,

ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de dispor de autonomia funcional, decisória e financeira, estas últimas reiteradas pela [Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019](#), a Lei das Agências.

A ANTAQ tem por finalidade regular, supervisionar, fiscalizar e desenvolver estudos sobre as ati-

vidades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária, implementando as políticas públicas formuladas pelo MPOR, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na [Lei nº 10.233, de 2001](#).

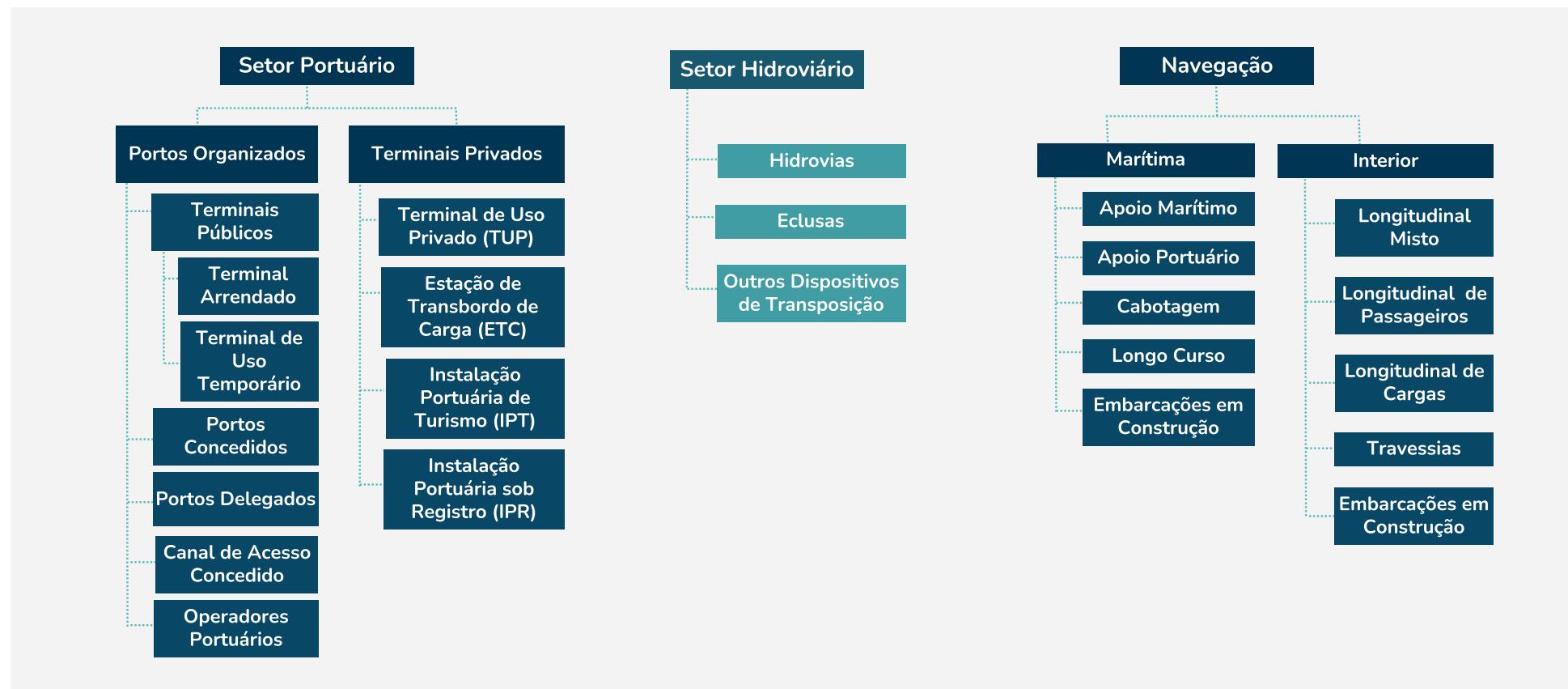


Figura 2: Subsetores aquaviários Fonte: ANTAQ, 2024.

Regula as relações entre o Estado e as empresas do setor aquaviário, dedicando-se a tornar mais econômica e segura a movimentação de pessoas e bens pelas vias aquaviárias brasileiras, em cumprimento a padrões de eficiência, seguran-

ça, conforto, regularidade, pontualidade, cortesia, generalidade, higiene, conforto, sustentabilidade ambiental e modicidade nos fretes e tarifas. Arbitra conflitos de interesses para impedir situações que configurem competição imperfeita ou infra-

ção contra a ordem econômica, e harmoniza conflitos de interesses dos usuários com os das empresas e entidades do setor, sempre preservando o interesse público. As principais competências da Agência são apresentadas a seguir.

 Emitir regras sobre a prestação dos serviços do setor aquaviário	 Estimular o desempenho da gestão ambiental e de segurança das instalações portuárias e das empresas brasileiras de navegação
 Emitir autorizações para a prestação de serviços de transporte às empresas de navegação interior, apoio marítimo e portuário, de cabotagem e de longo curso	 Representar o Brasil junto aos organismos internacionais do setor aquaviário
 Elaborar o plano geral de outorgas para a exploração de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária	 Fiscalizar a atuação das empresas reguladas, face às deliberações, resoluções, orientações, bem como à legislação pertinente
 Estruturar e conceder a exploração de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária	 Receber e harmonizar questões relacionadas a interesses divergentes ou prestação inadequada de serviços
 Estabelecer metodologia para avaliação de mercado, EVTEA, análise de projeto executivo	 Estabelecer regras tarifárias aplicadas à exploração dos serviços de transportes aquaviários
 Elaborar os editais de procedimentos licitatórios de arrendamentos portuários e de concessões de portos organizados, bem como de canais de acesso portuário e de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária	 Desenvolver estudos sobre atividades do transporte marítimo, navegação interior, atividades portuárias, sustentabilidade e desenvolvimento do setor aquaviário
	 Disponibilizar dados e informações sobre o mercado regulado à sociedade

Figura 3: Principais competências ANTAQ. Fonte: ANTAQ, 2024.

1.1.1. Estrutura organizacional

A estrutura organizacional da ANTAQ é composta pelas seguintes instâncias: Diretoria, órgãos de assessoramento da Diretoria, superintendências,

gerências, secretarias, coordenadorias, divisões, seções, núcleos, gerências regionais e unidades regionais, cujas atribuições e competências estão

dispostas em seu novo Regimento Interno, com a publicação da [Resolução ANTAQ nº 116/2024](#).

ALTA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria Colegiada é o órgão de deliberação máxima da ANTAQ, composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores, que atuam de forma colegiada nas [Reuniões de Diretoria](#), cujas pautas podem ser acessadas [aqui](#). Os Diretores são nomeados

na forma do disposto no art. 53 da [Lei nº 10.233](#), de 2001. O Diretor-Geral possui competências privativas que o difere dos demais, como as administrativas e de gestão. Os atuais integrantes da Diretoria Colegiada são:

As unidades de assessoramento têm por escopo prover apoio técnico especializado à alta administração e às demais unidades organizacionais, em assuntos de sua competência, como subsídio para a tomada de decisão. As unidades de gestão interna têm por finalidade auxiliar a alta administração e prover suporte administrativo de interesse geral, além de assistir as demais unidades na consecução de propósitos específicos.

As unidades organizacionais que atuam em processos que impactam diretamente a sociedade são responsáveis por regular, supervisionar, fiscalizar e desenvolver estudos sobre as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária atribuídas à ANTAQ pela legislação vigente.

Na ANTAQ são unidades finalísticas: a Superintendência de Outorgas (SOG), a Superintendência de Regulação (SRG), a Superintendência de ESG e Inovação (SESGI), a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC) e a Superintendência de Estudos e

Figura 4 - Alta administração da ANTAQ. Fonte: ANTAQ, 2025.

Projetos Hidroviários (SEPH). Importante destacar que em 2024 o Regimento Interno da ANTAQ

foi atualizado, conforme organograma atualizado apresentado a seguir.

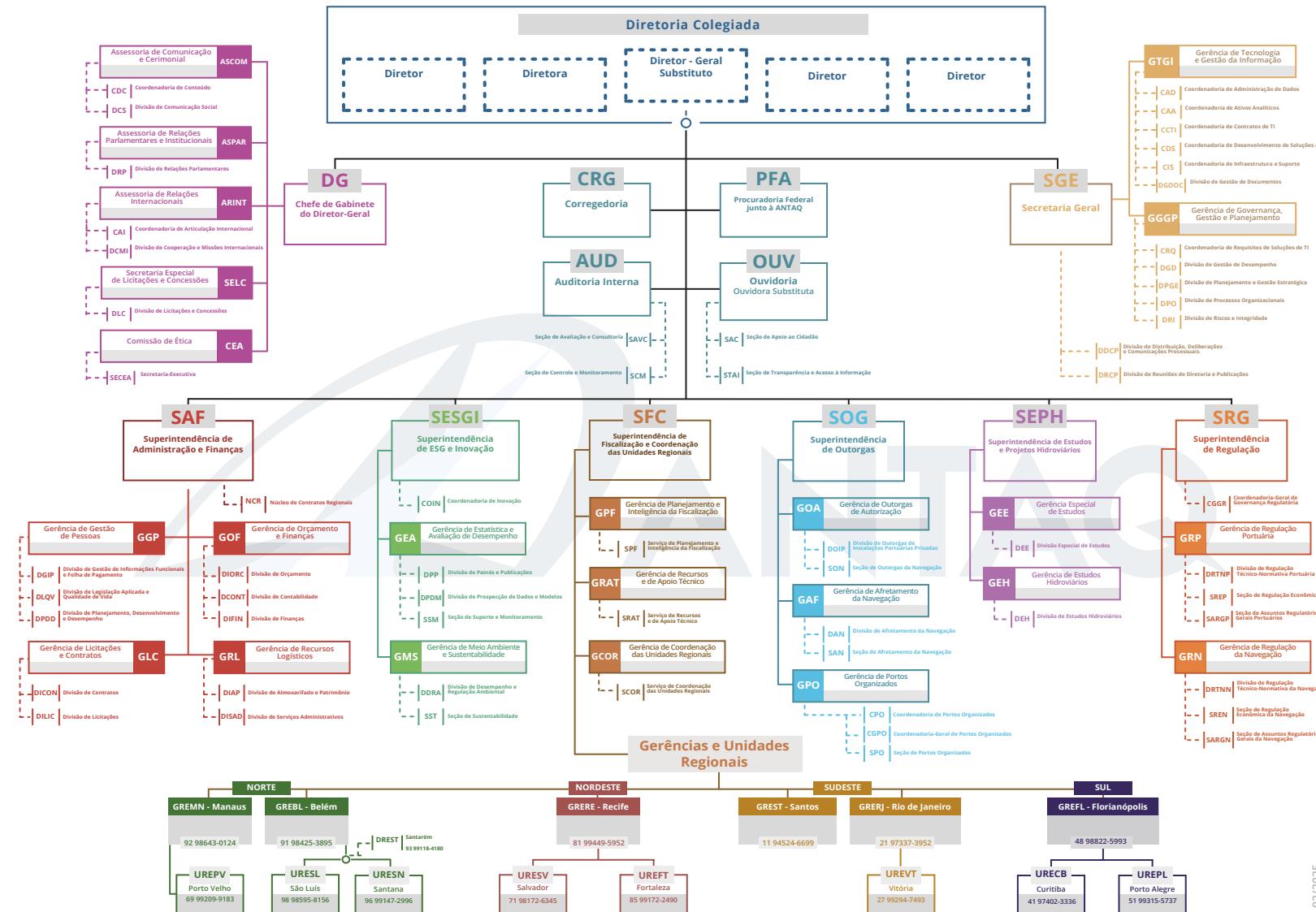


Figura 5: Organograma da ANTAQ. Fonte: ANTAQ, 2025.

Além da ANTAQ-Sede, em Brasília/DF, estão estruturadas outras seis Gerências Regionais (GREs), oito Unidades Regionais (UREs) e Divisão Regional de Santarém (DREST).

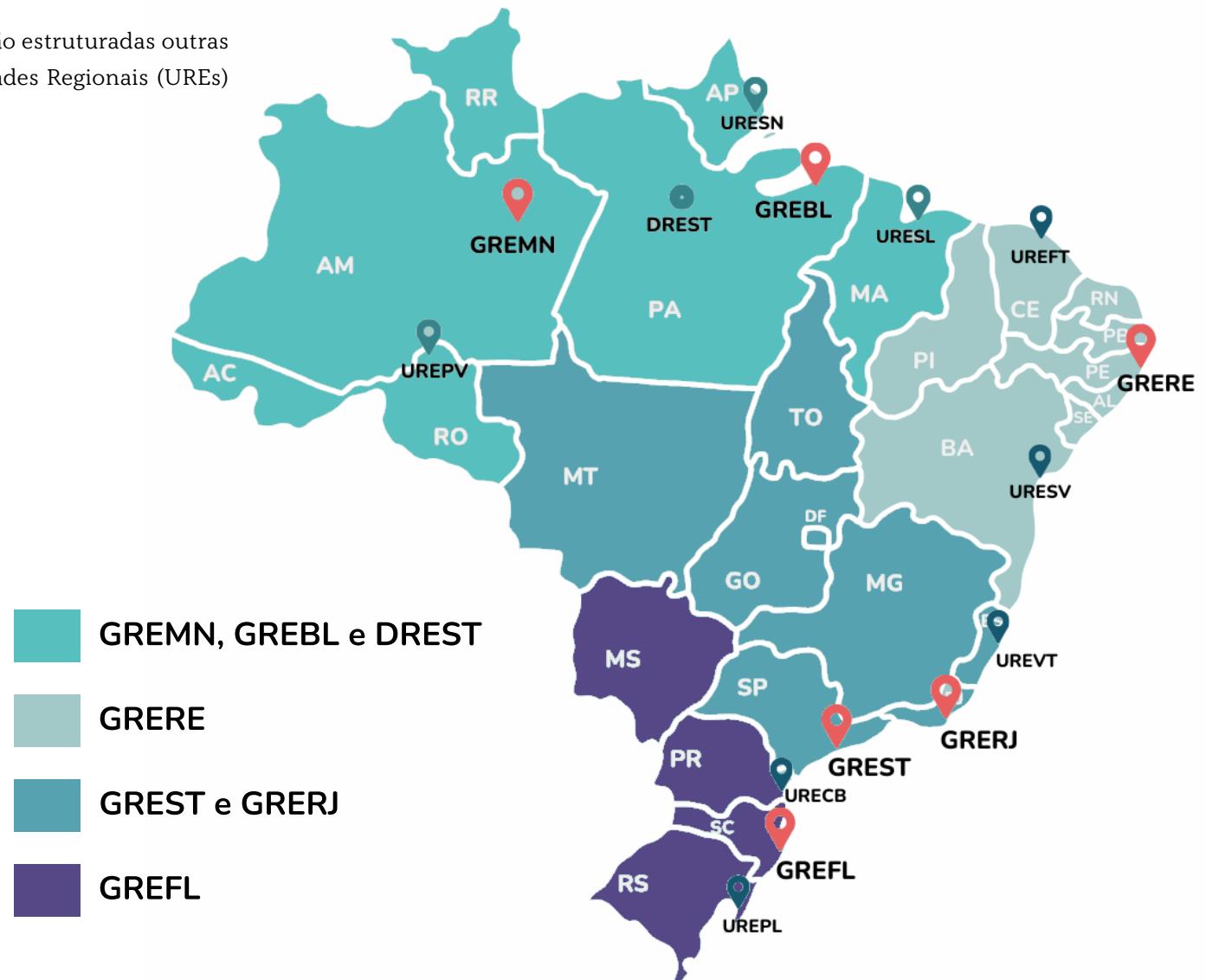


Figura 6: Gerências e Unidades Regionais da ANTAQ. Fonte: ANTAQ, 2025.

1.1.2. Identidade institucional

A declaração da identidade institucional define as características únicas que identificam a ANTAQ, sua razão de existir (missão institucional), os princípios, crenças e padrões que moldam seus comportamentos (valores organizacionais) e a

visão que almeja alcançar no futuro. Essas características guiam o planejamento estratégico e a gestão diária das atividades das equipes.

No processo de planejamento estratégico para o ciclo 2025-2028, a identidade institu-

cional foi atualizada. No entanto, como o presente relatório aborda as atividades e resultados obtidos em 2024 pela Agência no último ano do PEI 2021-2024, as diretrizes estratégicas de 2024 eram:

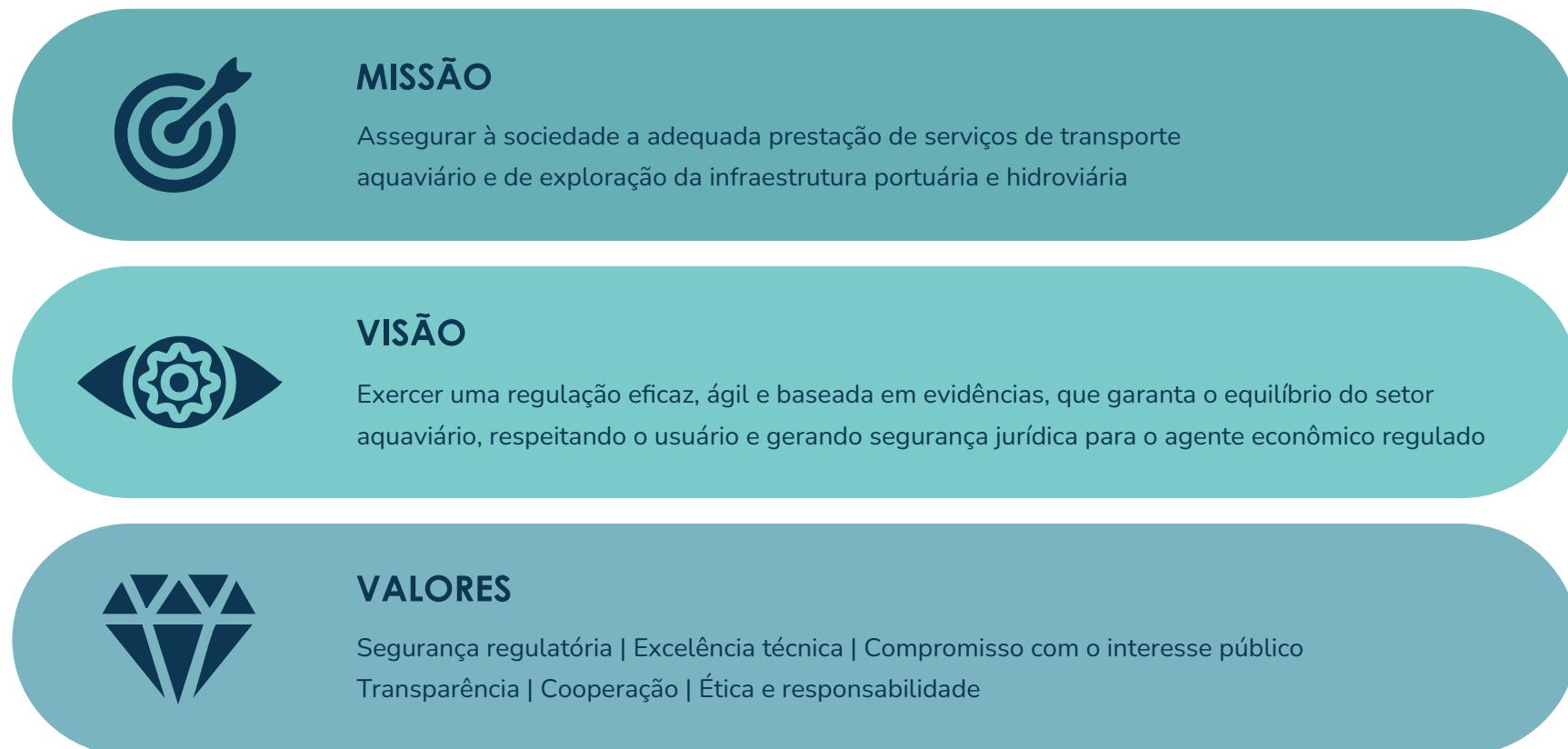


Figura 7: Identidade institucional do ciclo estratégico 2021-2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

1.1.3. Modelo de negócios

O propósito do modelo de negócios é representar o processo de transformação dos insumos da ANTAQ em resultados a partir da execução de seus macro-

processos, visando o alcance de seus objetivos estratégicos e a entrega de valor à sociedade. O modelo de negócios da ANTAQ é apresentado a seguir.



Figura 8: Modelo de negócios e principais entregas da ANTAQ em 2024. Fonte: ANTAQ, 2025.

1.2. PRINCIPAIS NORMAS DIRECIONADORAS

Entre as leis que direcionam a atuação da ANTAQ destaca-se, além da sua lei de criação, a [Lei nº 10.233, de 2001](#), o marco regulatório do setor portuário com a [Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013](#) (conhecida como Lei dos Portos), regulamentada pelo [Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013](#), que fixou como competência da ANTAQ a condução dos procedimentos licitatórios de áreas e instalações localizadas dentro dos portos organizados, alterado pelo [Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017](#), que transferiu à ANTAQ a competência de analisar a viabilidade locacional das autorizações das instalações portuárias privadas.

No âmbito da navegação, destacam-se também a [Lei nº 9.432](#), de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário, e a [Lei nº 8.987](#), de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da [Constituição Federal](#). A [Lei nº 14.301, de 7 de janeiro de 2022](#), instituiu o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem, conhecida como BR do Mar.

Outro instrumento legal relevante para a atuação da ANTAQ é a [Lei nº 13.848, de 2019](#), conhe-

cida como a Lei das Agências Reguladoras, que dispõe sobre a gestão, organização, processo decisório e controle social das Agências, com o intuito de fortalecer-las e uniformizar as regras e procedimentos relativos a aspectos de governança, prestação de contas, controle social e gestão de riscos. A [Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019](#), instituiu a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, dispondo sobre a proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividade econômica, e sobre a atuação do Estado como agente normativo e regulador.

1.3. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

A ANTAQ busca implementar os planos de transporte nacionais e as políticas públicas formuladas pelo Ministério dos Portos e Aeroportos para o desenvolvimento do setor aquaviário. A [Política Nacional de Transportes](#) tem como referência, atualmente, o [Plano Nacional de Logística](#) (PNL), um dos principais instrumentos que o Poder Público dispõe para planejar, longo prazo, a infraestrutura de transportes, estabelecendo a visão de futuro, as necessidades e

oportunidades de infraestrutura de transporte para o Brasil até 2035. O [Planejamento Integrado de Transportes](#) (PIT), é um dos instrumentos de implementação da Política Nacional de Transportes, estabelecido pelo [Decreto nº 12.022, de 16 de maio de 2024](#), composto por um sistema encadeado de planos: Plano Nacional de Logística; Planos Setoriais rodoviário, ferroviário, terrestre, hidroviário, portuário e aerooviário; Plano Geral de Parcerias e Plano Geral de Ações Públicas.

Outro programa de governo importante para a atuação da Agência é o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), que define os projetos prioritários para o País e prioriza arrendamentos e desestatizações portuárias nos quais a ANTAQ é responsável pelos procedimentos de leilão, bem como na estruturação de projetos de parceria com a iniciativa privada para a concessão de infraestrutura hidroviária.

A [Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024](#), instituiu o Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que reflete políticas públicas, orienta a atuação governamental e define diretrizes, objetivos, metas e programas.

A ANTAQ integra esse PPA por meio do programa finalístico “3105 - Portos e Transportes Aquaviários”, cujo objetivo geral é “promover o desenvolvimento, a eficiência, a qualidade, a compe-

titividade e a segurança dos portos e do transporte aquaviário, priorizando iniciativas que tenham foco no serviço adequado e que sejam inovadoras e baseadas na sustentabilidade socioambiental”.

1.4. AMBIENTE EXTERNO

O principal desafio do setor de transporte no Brasil é garantir e fomentar o fortalecimento multimodal dos meios de transportes. É por meio da otimização dos investimentos públicos e privados, que os órgãos do setor buscam assegurar a manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura brasileira.

Sob a ótica do transporte aquaviário, com a publicação do [Decreto nº 8.033, de 2013](#), a ANTAQ passou a ter como competência a condução dos procedimentos licitatórios de áreas e instalações localizadas dentro dos portos organizados a fim de conferir eficiência ao setor. De modo que, ao longo de 2024, foi responsável pela condução de oito leilões de arrendamentos, com destaque para os valores de outorga de portos na região norte e nordeste, como Santana e Recife. Outro normativo relevante para as atividades da Agência é o [Decreto nº 9.048, de 2017](#), que altera o [Decreto nº 8033, de 2013](#), e que trata, entre outros assuntos, da transferência para a

ANTAQ da competência de análises de viabilidade locacional das autorizações de instalações portuárias privadas, impactando positivamente nas atividades providas pelo setor privado.

Em 2024, a partir da aprovação do Plano Geral de Outorgas Hidroviário, os projetos de concessões hidroviárias começaram a ser estruturados, com a finalização dos dois primeiros estudos técnicos e modelagens contratuais preliminares para concessão das hidrovias do Rio Madeira e do Rio Paraguai pela ANTAQ.

A inserção da Agência no cenário brasileiro é construída por meio do relacionamento com órgãos e entidades correlatos às atividades de transportes, como por exemplo: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) para trocas de informações referentes ao setor; Ministério das Relações Exteriores (MRE) no que concerne os acordos bilaterais e temas internacionais; Casa

Civil no que tange ao Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e outros assuntos estratégicos; a Marinha do Brasil; a Receita Federal do Brasil com o compartilhamento do Sistema Mercante; outras Agências Reguladoras, como a Agência Nacional do Petróleo (ANP), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE); além do Ministério de Portos e Aeroportos, que é o Poder Concedente no âmbito da infraestrutura portuária. A qualidade das relações da ANTAQ concentra-se, também, na proximidade com sindicatos e representantes do setor regulado. Consideradas partes interessadas e pertencentes ao conjunto de atores responsáveis pela regulação do setor, figuram na convivência entre os entes os convites para participação de seminários, debates, audiências públicas e rodadas de discussões afetas ao setor aquaviário.

No âmbito internacional, a ANTAQ tem contribuído substancialmente com as discussões em prol do desenvolvimento do setor aquaviário, principalmente em questões afetas às concessões hidroviárias, navegação marítima, eficiência energética e pautas de ESG. As parcerias firmadas com organismos internacionais, seja por meio da troca de experiências ou de informações técnicas, têm gerado resultados positivos na tomada de decisões por parte do governo brasileiro. Dessa forma, a ANTAQ tem mantido uma voz ativa junto aos organismos internacionais, ampliando sua colaboração analítica sobre acordos e tratados, que visam fomentar a participação do Brasil no cenário internacional.

Dada a notoriedade da Agência na produção de dados, estudos e análises técnicas, a Agência é membro convidado permanente da Comissão de Coordenação para os Assuntos da Organização Marítima Internacional - CCA-IMO, nos termos do [Decreto nº 11.773 de novembro de 2023](#). O grupo, lidera-

do pela Marinha do Brasil, tem como objetivo estabelecer os posicionamentos a serem adotados pelo Brasil na IMO. Em 2024, a ANTAQ participou da 10ª Sessão do Subcomitê de Implementação dos Instrumentos da IMO – III. Também é membro da PIANC – *The World Association for Waterborne Transport Infrastructure* (Associação Mundial para a Infraestrutura de Transportes Aquaviários), entidade internacional, sem fins lucrativos, cujo propósito é estimular debates entre profissionais e especialistas em infraestrutura aquaviária, participando do 5º Congresso Mundial da PIANC 2024, realizado na Cidade do Cabo, África do Sul.

Além disso, a Agência participa sistematicamente de foros internacionais, assim como busca firmar convênios para estimular a troca de experiências e cooperação técnica entre nações amigas. A título de ilustração, a Agência celebrou dois Acordos de Cooperação com a Agência Alemã de Cooperação Internacional no Brasil

(*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH – GIZ*). A Agência também estabeleceu uma parceria estratégica com o *Antwerp and Flanders Port Training Center* (APEC), através da qual firmou acordos para a realização de cursos. Em contrapartida, a ANTAQ tem obtido acesso a cursos gratuitos oferecidos pela instituição.

Importante pontuar que o setor aquaviário mundial enfrenta um momento de transição, impulsionado por crescentes demandas relacionadas à sustentabilidade e à eficiência logística. A digitalização e a automação têm se intensificado, permitindo que as operações portuárias e marítimas se tornem mais competitivas e adaptáveis às exigências do mercado. A navegação interior, por sua vez, oferece uma alternativa viável para reduzir a dependência do transporte rodoviário, apresentando menores custos operacionais e uma pegada de carbono reduzida.

Observa-se que o setor aquaviário está no centro de discussões importantes, em meio às crescentes

preocupações com a sustentabilidade, a resiliência climática e a necessidade de inovação em escala global. O Brasil, com sua vasta rede hidrográfica e extensa costa marítima, enfrenta esses desafios para o desenvolvimento de soluções que assegurem a continuidade, a eficiência e a sustentabilidade dos serviços de transportes aquaviários na navegação de cabotagem e interior.

O investimento em infraestrutura resiliente torna-se uma prioridade do governo federal, expressa no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 e no Novo PAC. O Banco Mundial (2023)¹ aponta que, até 2030, o Brasil deverá alocar aproximadamente 0,8% do PIB anualmente para adaptar suas infraestruturas às mudanças climáticas e atingir as metas de redução de emissões

de gases de efeito estufa (GEE). A transição para modais menos poluentes apresenta-se como uma grande oportunidade de modernização do setor, reduzindo as emissões e promovendo uma economia verde.

Não obstante, esse complexo e dinâmico cenário também se apresenta como um grande desafio à atuação regulatória da ANTAQ.

1.5. MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

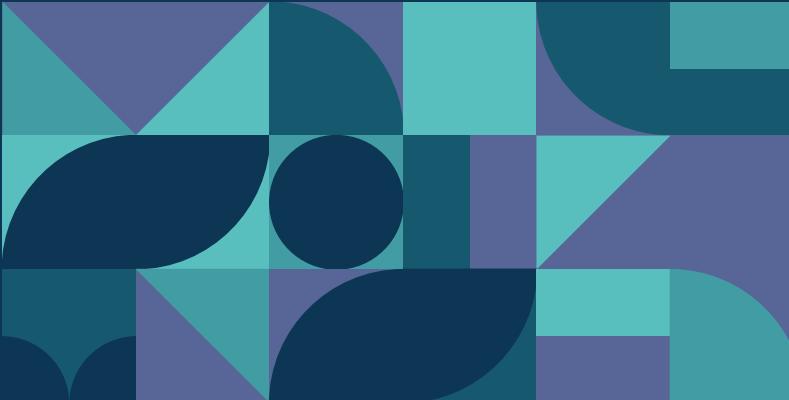
O processo de construção deste relatório buscou priorizar os temas que influenciam a capacidade desta Agência de produzir e entregar valor à sociedade, em consonância com o art. 15 da [Lei nº 13.848, de 2019](#), e com as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) dispostas na [Instrução Normativa - TCU nº 84](#), de 22 de abril de 2020, que em seu §5º do art. 8º

dispõe que os relatórios de atividades e de gestão podem ser unificados, desde que atendam simultaneamente a ambos os objetivos. Os requisitos da [Decisão Normativa - TCU nº 198, de 23 de março de 2022](#) também foram incorporados.

Os temas foram organizados a partir dos macro-processos organizacionais da nova Cadeia de Valor,

relacionando-os aos objetivos do Plano Estratégico Institucional 2021-2024, de maneira a apresentar o papel desempenhado pela ANTAQ no complexo setor de transportes aquaviários, além de apresentar os principais resultados e dificuldades encontradas na busca do alcance da missão institucional no ano de 2024.

1. BANCO MUNDIAL. Relatório Sobre Clima e Desenvolvimento para o País. 2023. Disponível em: World Bank.



CAPÍTULO 2

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

2.1. GOVERNANÇA

Governança pública é o conjunto dos mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, consoante a definição do [Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017](#).

A governança da ANTAQ se estrutura a partir do trí-pé liderança, estratégia e controle.

A liderança é exercida pela Diretoria Colegiada, com o apoio decisório das instâncias internas e externas à Agência, para o atendimento das atribuições legais e o alcance dos objetivos estratégicos da ANTAQ.

A estratégia, por sua vez, é consolidada pelo Plano Estratégico e está representada em seu mapa estratégico institucional.

As unidades de integridade da ANTAQ são a Auditoria Interna (AUD), a Corregedoria (CRG), a Ouvidoria (OUV) e a Comissão de Ética (CEA).

A seguir, o Modelo de Governança da ANTAQ.

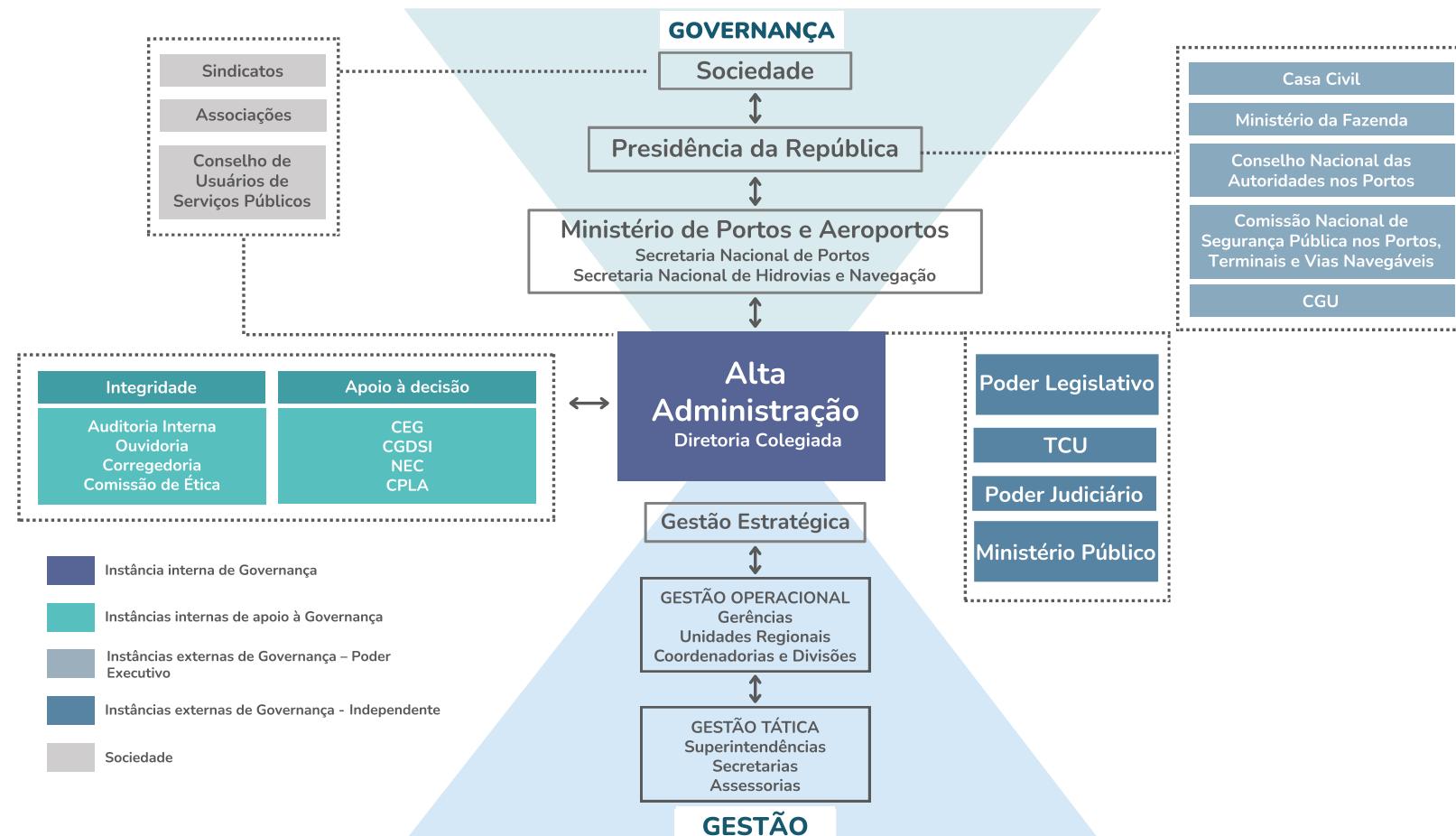


Figura 9: Modelo de Governança da ANTAQ. Fonte: ANTAQ, 2024.

2.1.1. Instâncias Externas de Apoio à Decisão e ao Controle

O controle externo é realizado pelos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, TCU, CGU, entre outros órgãos. Já a estru-

tura externa de apoio à decisão é composta principalmente pelo MPOR e pelo Conselho dos Usuários de Serviço Público, considera-

dos o controle social organizado, cumprindo com o que determina o [Decreto nº 10.228, de 5 de fevereiro de 2020](#).

2.1.2. Instâncias Internas de Apoio à Decisão

As instâncias internas de apoio à decisão da ANTAQ são compostas pelos comitês (que podem ser permanentes ou temáticos), com destaque para o Comitê Estratégico de Governança (CEG), instituído pela [Portaria nº 277/2019-DG/ANTAQ](#), considerado a principal instância de apoio à governança desta Agência.

São comitês permanentes: o Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI) - [Portaria nº 364/2021-DG/ANTAQ](#) -, o Núcleo de Educação Corporativa (NEC) - [Portaria DG 132/2019](#). A Comissão Permanente de Licitações de Concessões e Arrendamentos Portuários (CPLA) é vinculada à Diretoria Colegiada da ANTAQ e instituída pela [Resolução ANTAQ nº 94, de 20 de fevereiro de 2023](#), com o objetivo de proceder às licitações pertinentes à exploração de áreas e infraestruturas portuárias públicas, atuando nas fases interna e externa das licitações de concessões e arrendamentos portuários.

Além dos comitês, a ANTAQ apresenta as seguintes unidades de suporte à decisão:

Procuradoria Federal junto à ANTAQ (PFA), Secretaria-Geral (SGE), ASCOM, Assessoria de Relações Internacionais (ARINT), Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais (ASPAR), Secretaria Especial de Licitações e Concessões (SELC) e as superintendências de processos organizacionais.

A Auditoria Interna é o órgão setorial de controle interno, respondendo técnica e normativamente à CGU, órgão central de controle interno do Poder Executivo Federal. Cabe à unidade de auditoria interna avaliar a eficácia dos controles internos instituídos pelos gestores das unidades da ANTAQ.

COMITÊ ESTRATÉGICO DE GOVERNANÇA (CEG)

- Monitorar o Plano Estratégico Institucional e o Plano de Gestão Anual;
- Priorizar os projetos estratégicos;
- Gerir a integridade, riscos e controles internos;
- Incentivar à inovação e à adoção de boas práticas de gestão de governança;
- Promover iniciativas para melhoria do desempenho institucional;
- Monitorar os resultados alcançados;
- Fomentar a simplificação administrativa, a modernização da gestão e as melhorias da prestação dos serviços públicos.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA (NEC)

- Identificar ações educacionais para execução no PAC;
- Difundir conhecimentos gerados na ANTAQ;
- Implementar sistema de educação a distância (EaD);
- Desenvolver metodologias de acompanhamento e avaliação educacional;
- Identificar servidores para banco de instrutores;
- Promover articulação com Escolas de Governo da União, Universidades e Fundações;
- Facilitar o aprendizado organizacional e soluções conjuntas.

COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (CGDSI)

- Definir e apoiar a governança de TI;
- Aprovar normas internas sobre segurança da informação;
- Aprovar o Plano de Transformação Digital;
- Monitorar a execução da PNSI;
- Elaborar e aprovar PDA, POSIC e PDTIC;
- Estabelecer diretrizes para gestão de riscos da segurança da informação;
- Monitorar e avaliar resultados das ações de Tecnologia da Informação.

CONTROLE INTERNO

A Auditoria Interna da ANTAQ (AUD) está vinculada administrativamente ao Diretor-Geral e, funcionalmente, à Diretoria Colegiada. A AUD avalia a eficácia dos controles internos instituídos pelos gestores para a mitigação dos riscos afetos às atividades da ANTAQ. Vale ressaltar que a orientação normativa e supervisão técnica das atividades desempenhadas pela AUD cabe à CGU. Os resultados das atividade da AUD são reporta-

dos à Alta Administração, que analisa os relatórios de auditoria em sede de Reuniões Ordinárias e/ou Extraordinárias da Diretoria Colegiada.

A Auditoria atua de forma a avaliar e apoiar todos os setores da ANTAQ de forma planejada, consultiva e sob demanda. Além de executar o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) do exercício de 2024, a unidade elaborou o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT)

referente ao ano de 2023 e planejou o PAINT para o exercício de 2025. Ainda, foram atendidas e monitoradas demandas provenientes dos órgãos de controle interno (CGU) e externo TCU.

A estrutura dos controles internos da ANTAQ é formada pelas três linhas de defesa da gestão, visando uma atuação eficiente e coordenada, com responsabilidades claramente estabelecidas para todos os envolvidos.

PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

A primeira linha de defesa é composta pelos controles primários, que são instituídos e mantidos pelos gestores e equipes operacionais. Eles são responsáveis pela implementação das ações corretivas durante a execução das atividades e tarefas. Esses controles são essenciais para assegurar a conformidade e a qualidade na execução dos processos operacionais.

SEGUNDA LINHA DE DEFESA

A segunda linha de defesa está situada no nível de gerência e superintendência. Seu objetivo é assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha de defesa sejam desenvolvidas e executadas de forma adequada. Isso inclui o apoio ao desenvolvimento dos controles internos da gestão e a realização de atividades de supervisão e monitoramento. Entre suas responsabilidades estão o gerenciamento de riscos, a conformidade, a verificação de qualidade, o controle financeiro, além de oferecer orientação e treinamento contínuo para as equipes operacionais.

Terceira Linha de Defesa

A terceira linha de defesa é representada pela unidade de auditoria interna da ANTAQ, que presta serviços de consultoria e de avaliação da efetividade dos controles internos instituídos pelos gestores desta Agência, baseando-se nos pressupostos de autonomia técnica e objetividade. O TCU, órgão de controle externo do Poder Legislativo, realiza auditorias acerca das atividades da ANTAQ.

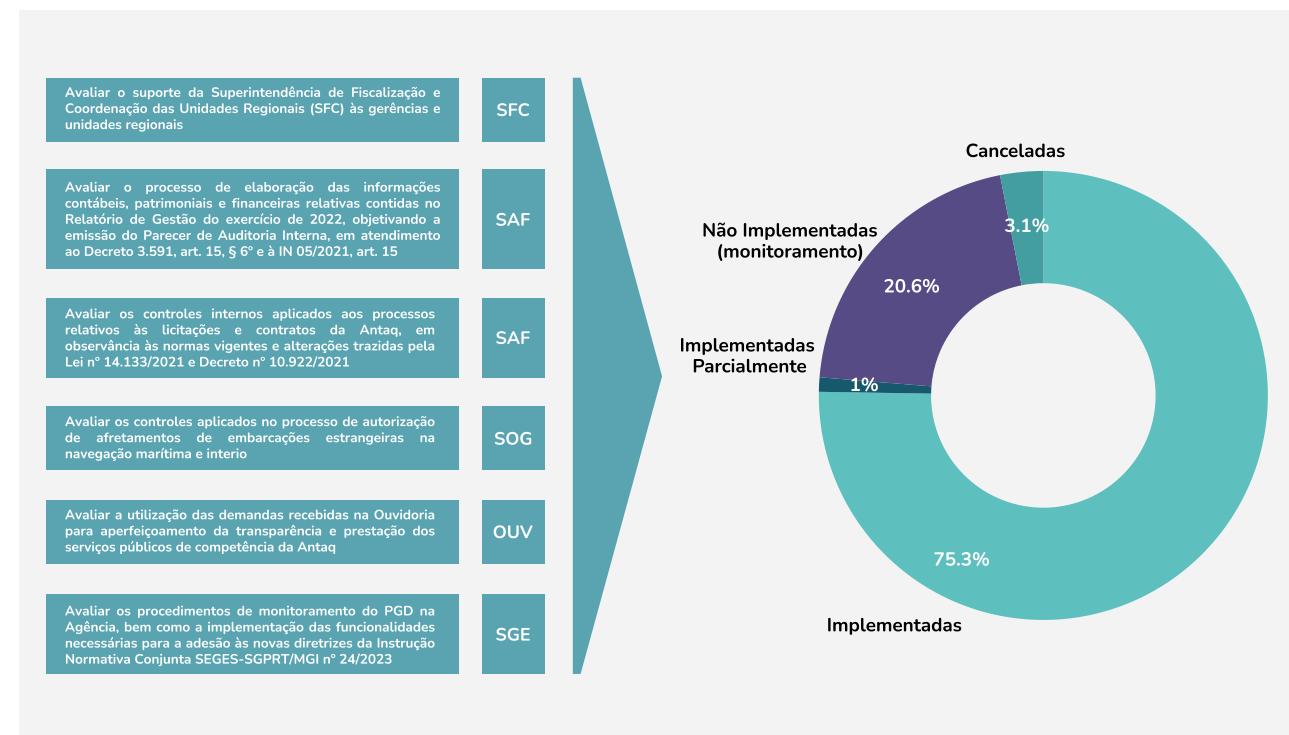


Figura 10: Auditorias executadas - PAINT 2024 e recomendações. Fonte: ANTAQ, 2025.

AÇÕES DE CORREIÇÃO

A Corregedoria da ANTAQ é unidade integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, responsável pelos procedimentos correcionais (procedimentos disciplinares e/ou procedimentos de responsabilização de entes privados).

Os procedimentos disciplinares obedecem às diretrizes da [Lei nº 8.112, de 1990](#), e aos normativos

e orientações da Controladoria-Geral da União (CGU), em especial os expedidos pela Corregedoria Geral da União - Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Para saber mais sobre os normativos e a atuação da Corregedoria da ANTAQ, [clique aqui](#).

INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES SUMÁRIAS - IPS

PROCESSOS CONCLUÍDOS

10

9 concluídos e arquivados

1 Termo de Ajustamento de Conduta

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES - PAD

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

3

1 julgado e arquivado

1 em fase de julgamento

1 Termo de Ajustamento de Conduta

Figura 11: Ações de correição de 2024. Fonte: ANTAQ, 2025

OUVIDORIA

A participação da sociedade é fundamental para o sucesso da missão institucional da Agência, garantindo transparência e construindo um diálogo contínuo. A participação ativa dos cidadãos e das partes interessadas não apenas enriquece o processo decisório, mas também fortalece a confiança da sociedade nas ações da Agência. Para isso, a ANTAQ investe em canais de comunicação abertos e acessíveis, promovendo consultas públicas e au-

diências que permitam a todos expressar suas opiniões e preocupações.

Em conformidade com o objetivo estratégico “aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social” do [PEI 2021-2024](#), e em atendimento às exigências legais, a Agência oferece serviços para receber reclamações e sugestões dos cidadãos e usuários do setor aquaviário, além de acolher denúncias e manifestações

sobre a qualidade do atendimento e dos serviços públicos fornecidos pela ANTAQ.

As demandas sobre os serviços prestados pela Agência (reclamações, sugestões, elogios, pedidos de informação e denúncias, inclusive anônimas) são recebidas pelo Sistema Fala.BR, uma Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do governo federal.

A OUV da ANTAQ é composta pela Seção de Apoio ao Cidadão (SAC) e pela Seção de Transparéncia e Acesso à Informação (STAI). A ANTAQ foi a primeira agência reguladora a utilizar a tecnologia do QR Code para facilitar o contato com o público, adotando esse canal desde 2021. Para consultar todos os canais de atendimento da ANTAQ, clique [aqui](#).

Em janeiro de 2024, após treinamento dos servidores e colaboradores que atuam no atendimento das chamadas, a ANTAQ passou a utilizar a Plataforma *Omnichannel*, um *Contact Center* em nuvem baseado em *software*, para integrar todos os canais de atendimento disponíveis para os usuários, combinando as características particulares de cada um, visando à construção de experiência única para o cidadão, passando a ser aplicado em nível interno e externo.

Com essa ferramenta, o cadastro das demandas na Plataforma Fala.BR se tornou mais efetivo, transparente e menos oneroso para o Poder Público, trazendo também comodidade de acompanhamento para o usuário.

Para melhorar a comunicação com os usuários, a Agência adotou conjuntamente à Plataforma *Omnichannel*, a IARA, inteligência artificial com várias informações sobre os serviços restados pela Antaq, bem como orientação para o usuário apresentar seu pleito perante a OUV, de forma a facilitar o entendimento do usuário na escolha da ação mais conveniente para ter sua manifestação conhecida e analisada com mais agilidade.



Com o propósito de atender aos requisitos de segurança e de rastreabilidade das manifestações encaminhadas à ANTAQ, bem como garantir o resguardo dos dados pessoais dos manifestantes consonte à [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2028](#) (LGPD), a OUV instrui os manifestantes que também registram na plataforma Fala.BR suas demandas originalmente encaminhadas pelos outros canais de atendimento, de modo que a tramitação ocorra, exclusivamente, na Plataforma Fala.BR.

A ANTAQ recepcionou 1.307 manifestações em 2024, com tempo médio de resposta de 14,75 dias.

Para consultar mais informações sobre as manifestações recebidas pela ANTAQ e todos os outros dados recebidos diariamente na plataforma Fala.BR, acesse o [Painel Resolveu?](#).

1.307 manifestações em 2024, sendo:
262 reclamações
326 solicitações
519 denúncias
10 sugestões
3 elogios
187 arquivadas

TRANSPARÊNCIA

A gestão da transparência, a cargo da Seção de Transparência e Acesso à Informação (STAI) unidade da OUV, engloba a transparência ativa, passiva e dados abertos. A transparência ativa representa a disponibilização de informações, no Portal da ANTAQ, de maneira espontânea e proativa, prevista tanto na [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011](#), quanto no [Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012](#).

Desde junho de 2022 a STAI assumiu a responsabilidade pela adoção de medidas capazes de promover e fomentar, perante as áreas internas, a publi-

cação de informações no Portal da ANTAQ, com o objetivo de atender às exigências legais e às determinações da CGU. Em razão da adoção dessas medidas citadas, a ANTAQ passou a figurar entre os

órgãos na 1ª posição do ranking de transparência ativa divulgado por meio do Painel Lei de Acesso à informação, com todos os 49 quesitos cumpridos plenamente pela ANTAQ.

Manutenção entre os órgãos em **1º lugar no ranking de transparência ativa**, com o cumprimento dos 49 critérios da CGU.

Resposta a **460 pedidos de informação** ao cidadão, com tempo médio de resposta de **10,17 dias**.

52º órgão mais demandados dos 320, sendo o **96º** órgão mais ágil da Administração Pública.

Abertura de **6 Bases de Dados em 2024**, do total de 11 Bases de Dados abertas

ACESSOS À INFORMAÇÃO

460 pedidos de acesso à informação

Média de **38** pedidos por mês

87º lugar no ranking dos 320 órgãos mais demandados

99,78% dos pedidos foram respondidos

10 dias Tempo médio de resposta, sendo o **96º mais ágil** entre os órgãos avaliados

As ações para promover a transparência na interlocução da sociedade com a Agência acontecem em diversas instâncias, processos e situações. Um exemplo disso é a “Transparéncia de Agendas”, estabelecida pela [Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013](#), conhecida como Lei de Conflito de Interesses, e pelo [Decreto nº 10.889, de 9 de dezembro de 2021](#). O objetivo desses normativos é fortalecer as ações de integridade no âmbito do Poder Executivo Federal, na medida em que proporciona maior transparéncia às relações de representação privada de interesses que ocorrem no relacionamento do Governo Federal com o mercado e com os diversos seg-

mentos da sociedade que é destinatária final das políticas públicas e, assim, propiciar avanços na prevenção ao conflito de interesses, no controle social e na promoção da ética e dos princípios constitucionais da imparcialidade, da moralidade e da publicidade.

Com base nisso, foi criado Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal, o *e-Agendas*. Desenvolvido pela CGU, implementado na ANTAQ em 2022, obriga os agentes públicos do Poder Executivo Federal dispostos no art. 2º do Decreto nº 10.889, de 2021, em conjunto com o art. 11 da Lei nº 12.813, de 2013, a publicar sua agenda de compromissos públicos, registrando as infor-

mações em um único sistema, de maneira simples e padronizada.

A gestão do *e-Agendas* na ANTAQ é exercida pela Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI), por meio da OUV. As demandas de acesso à informação (antigo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC), conforme estabelecido no artigo 9º da LAI, são atendidas a fim de orientar os cidadãos quanto ao acesso das informações produzidas e custodiadas pela ANTAQ, possibilitando o exercício da cidadania participativa.



DADOS ABERTOS

A gestão da transparência engloba a abertura de dados da ANTAQ, em atendimento ao [Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016](#), e em consonância com o [Plano de Dados Abertos \(PDA\) ciclo 2023- 2025](#), aprovado pelo [Acórdão nº 431/2023](#), reforçando a transparência ativa da Agência. Possibilita, ainda, a criação de ferramentas pela sociedade com o uso dos dados disponíveis.

Nesse contexto, o PDA abrange as seguintes bases de dados, sem prejuízo da inclusão ou exclusão de bases conforme revisões do Plano: Instalações Privadas, Painel de Empresas e Linhas de Navegação, Outorgas da Navegação, Vias Economicamente Navegadas, Gestão de Multas, Plano Estratégico, Linhas de Travessia outorgadas pela ANTAQ, Painel de Custos, Frota e Empresas Autorizadas (Marítima e Interior), Plano de Integridade, Compras e Contratações, Gestão Orçamentária e Financeira.

A ANTAQ também conta com as seguintes bases já abertas: Fiscalizações Arquivadas sem Irregularidade, Processos Sancionadores Julgados, Estatístico Aquaviário, Índice de Desempenho Portuário

(IDA), Instalações Portuárias, Portos Organizados, Afretamento e Situação dos Portos em Tempo Real.

O PDA 2023-2024 da ANTAQ previu a abertura de 13 novas Bases de Dados além das 5 previamente disponibilizadas. Entretanto, o cronograma de abertura de Bases de Dados foi alterado pela

Notas Explicativas ao PDA prorrogando a abertura para o encerramento do ciclo do PDA, ou seja, novembro de 2025. Atualmente, a ANTAQ possui 11 conjuntos de dados publicados, 7 a serem abertas e 1 base que foi desmembrada e excluída, porém ainda figura como base a ser aberta no portal.

ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

PDA publicado 

Vigência do PDA: 09/01/2023 a 09/01/2025

Mês de Referência >> Fev/2025
Periodicidade de Atualização >> Mensal



Figura 12 : Central Painéis CGU (Fonte: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>). Acesso em dezembro 2024.

Ressalte-se que a atualização das Bases de Dados ocorre de forma automática, conforme atualiza-

ção do sistema em que se encontram. Desta forma, o usuário tem acesso à versão mais atualizada.

2.2. GESTÃO DA ESTRATÉGIA

A gestão estratégica faz parte do conjunto de processos que contribuem para o desenvolvimento organizacional da ANTAQ. Representa o processo operacional pelo qual a estratégia é desenvolvida, comunicada, executada e monitorada. Abrange a análise do ambiente interno e externo, a defini-

ção de metas e objetivos, a formulação de estratégias, a alocação de recursos, o monitoramento do desempenho e a revisão do Plano Estratégico Institucional (PEI) e respectivos planos de gestão anuais para os quatro anos correspondentes.

2.2.1. Planejamento Estratégico

PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 2021-2024

O PEI é o instrumento através do qual a ANTAQ explicita seus objetivos estratégicos, metas e resultados a serem alcançados. Os objetivos estratégicos representam as conquistas almejadas para o cumprimento da missão institucional e para a consecução da visão de futuro.

O PEI 2021-2024 contém nove objetivos estratégicos que representam a Cadeia de Valor de forma integrada, além do Portfólio de Projetos. Os objetivos que se encontram na perspectiva de Resultados à Sociedade são:

- OE02 Fortalecer a fiscalização e sua atuação responsável, a fim de assegurar o serviço adequado
- OE01 Promover um ambiente regulatório confiável, estável e que transmita segurança jurídica
- OE03 Aumentar o conhecimento sobre o mercado regulado
- OE04 Estimular a sustentabilidade ambiental

Sob a perspectiva dos processos internos e dos recursos disponíveis, temos cinco objetivos estratégicos, apresentados a seguir:

- OE05 Intensificar o uso de soluções tecnológicas na gestão processual
- OE06 Implementar políticas que promovam a qualidade de vida no trabalho e desenvolvam competências; com foco em resultados
- OE07 Aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social
- OE08 Fortalecer a governança e o planejamento com foco na integração e inovação de processos
- OE09 Consolidar a gestão do conhecimento

Com a reestruturação da Agência em 2024, temas caros à boa governança encontram-se sob a articulação da Gerência de Governança, Gestão e Planejamento (GGGP), responsável por articular, integrar e aprimorar os processos organizacionais afetos à gestão de riscos e integridade, à gestão estratégica, à definição de requisitos de soluções de TI e à gestão de desempenho institucional.

Ressalte-se que, desde 2022, a GGGP vem monitorando e avaliando os indicadores estratégicos, ensejando na revisão do PGA 2024 e da carteira de projetos e ações estratégicas do ciclo 2021-2024 ([Acordo nº 531/2024](#)), com o apoio metodológico de consultoria especializada.

O conhecimento adquirido ao longo dos monitoramentos periódicos do PEI 2021-2024 e dos Planos de Gestão Anual do quadriênio ensejou na elaboração do novo Modelo de Governança e Gestão Estratégica (50300.012927/2024-61).

Os indicadores estratégicos monitorados ao longo de 2024 são apresentados no quadro subsequente.

1	Indicador de execução das ações táticas e operacionais (IEA)	Plano Estratégico
2	Indicador de Execução de Projetos Estratégicos (IEPE)	Plano Estratégico
3	Indicador de Gestão e Governança (iGG Antaq)	Plano Estratégico
4	Indicador de Melhoraria dos Serviços públicos contidos na Carta de Serviços (IMSCS)	Plano Estratégico
5	Indicador de Execução do Plano Anual de Fiscalização (EPAF)	Plano Estratégico
6	Grau de Execução Orçamentária da ANTAQ (GEO)	Plano Estratégico
7	Indicador de tempo até o julgamento originário (ITJO)	Plano Estratégico
8	Indicador de Divulgação do Boletim Aquaviário (IDBA)	Plano Estratégico
9	Indicador de Divulgação do Estatístico Aquaviário (IDEA)	Plano Estratégico
10	Indicador de Execução da Agenda Ambiental de Segurança Aquaviária (IAASA)	Plano Estratégico
11	Indicador de Execução da Agenda Plurianual de Estudos (IAPE)	Plano Estratégico
12	Indicador de cumprimento da Agenda Regulatória (IAR)	Plano Estratégico
13	Indicador de execução do PDTIC (IPDTIC)	Plano Estratégico
14	Grau de Execução do Plano de Contratações Anual (GPCA)	Plano de Gestão Anual
15	Grau de satisfação com o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (GSPQVT)	Plano de Gestão Anual
16	Grau de Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (GPDP)	Plano de Gestão Anual

Quadro 6: Indicadores estratégicos, ciclo 2021-2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

O ano de 2024 representa o último ano de vigência do [Plano Estratégico 2021-2024](#), cujos resultados podem ser consultados no [Painel de Monitoramento da](#)

Estratégia. O monitoramento estratégico abrange também a execução das ações estratégicas do PGA 2024, cujos resultados são sintetizados na imagem a

seguir, que busca integrar a visão, a missão, os objetivos estratégicos, as metas e os resultados alcançados ao longo do ciclo estratégico 2021-2024.

Balanço Estratégico

Ciclo 2021-2024

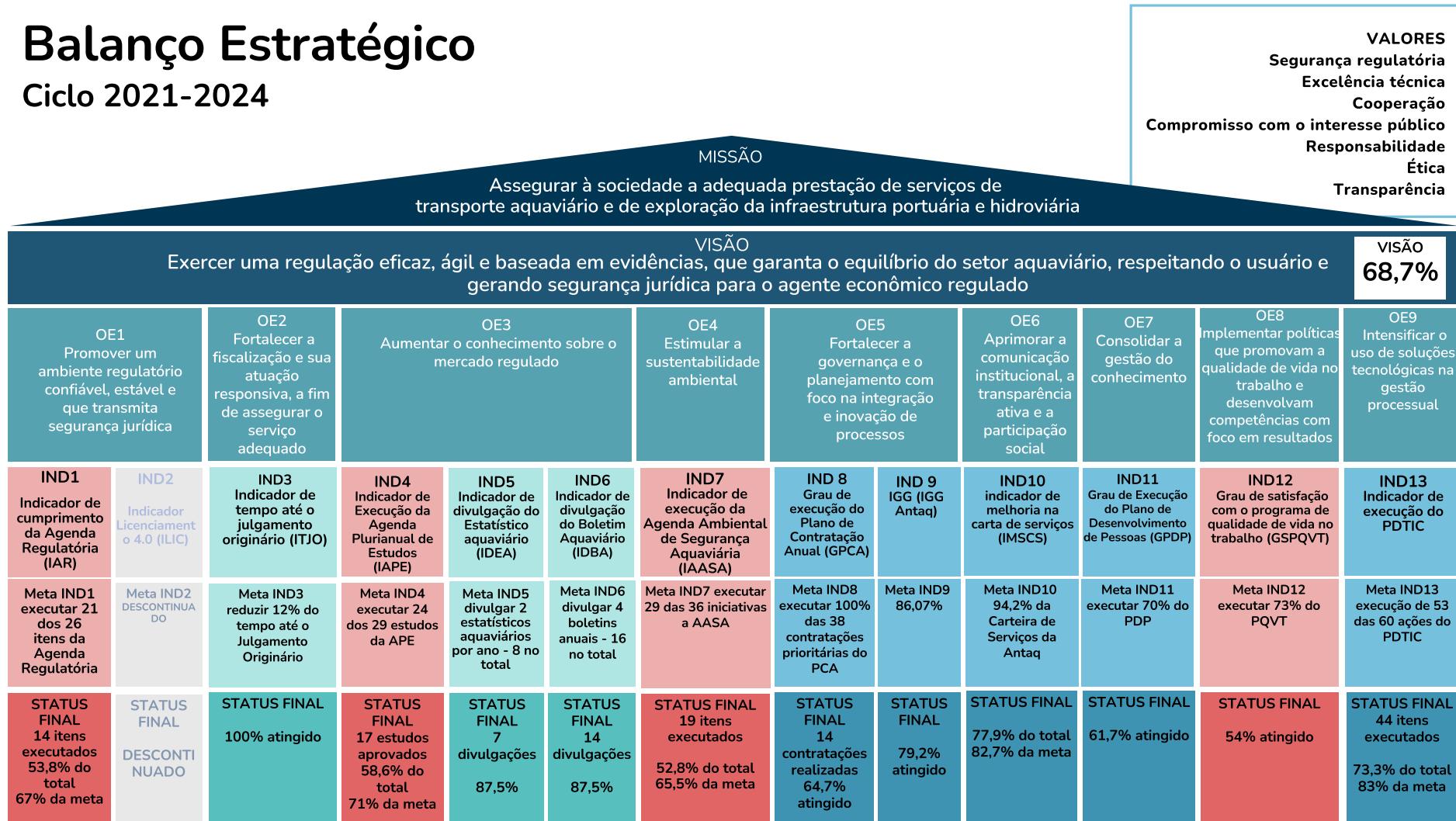


Figura 13: Balanço do PEI 2021-2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

INovações e desafios do PEI 2025-2028

O PEI 2025-2028 foi elaborado ao longo de 2024 a partir do diagnóstico interno e externo, em um processo de discussões coletivas e contribuições de todas as unidades organizacionais para a elaboração de propostas de iniciativas idealizadas necessárias para aprimorar a alocação de insumos, processos, produtos e serviços prestados pela Agência a partir de 2025, submetidas à aprovação da Alta Administração. As principais premissas desse projeto foram:

- Alinhamento sistemático entre as prioridades do Governo Federal (PPA 2024-2027, EFD, Política Nacional de Transportes, PNL 2035, Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e os ODS) e a geração de valor público pela Antaq;
 - Soluções criativas e abordagens inovadoras, tecnológicas e integradas para gerar valor público;
 - Participação dos dirigentes, lideranças e corpo técnico;
 - Inclusão do Método OKR (Objetivos e Resultados-Chave), com os objetivos estratégicos traduzidos em resultados claros, mensuráveis, transparentes e específicos para a regulação do setor de transportes aquaviários, almejando também acelerar a consolidação da cultura organizacional voltada a melhores resultados, transparência, comunicação, inovação, alinhamento, priorização e engajamento; e
 - Fortalecimento da governança estratégica: liderança, integridade, gestão de riscos e estratégia.
- Para os próximos quatro anos, foi traçada uma visão institucional transformadora, que requer a integração das unidades organizacionais e a colaboração com diversos stakeholders externos à Agência, incluindo governo, sociedade, academia e o próprio setor regulado. A mobilização e o envolvimento desses atores externos serão cruciais para alcançar os resultados desejados e dependem, em grande parte, do comprometimento das lideranças na articulação externa da Agência. Esse documento está em sintonia com o Plano Pluri-anual 2024-2027, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Estratégia Federal para Desenvolvimento 2020-2031 e outras diretrizes federais.
- A entrega dos resultados estratégicos do ciclo 2025-2028 enseja a necessidade de recomposição e capacitação de seu quadro técnico, considerando as crescentes atribuições, a especificidade e a complexidade dos desafios regulatórios que acompanham a evolução e a inovação do setor aquaviário. A limitação orçamentária também se apresenta como um fator externo decisivo para o alcance dos resultados-chave estratégicos.

Os projetos estratégicos e os processos da cadeia de valor necessários para o alcance dos resultados-chave previstos no PGA 2025 serão monitorados pela DPGE e pelo Grupo de Trabalho de Apoio à Estratégia, instância de apoio técnico que subsidiará o posicionamento do CEG. Este processo contará ainda com a participação da Divisão de Riscos e Integridade, com o intuito de minimizar os riscos inerentes à conquista dos resultados estratégicos.

O PEI 2025-2028, além de ser o principal instrumento de planejamento da ANTAQ, marca o início de uma nova fase no compromisso institucional rumo à melhoria contínua do setor aquaviário, ao propor o desenvolvimento de soluções colaborativas, inovadoras, integradas e alinhadas às estratégias do Governo Federal para um desenvolvimento eficiente e sustentável do setor. Integra um processo de aprimoramento da gestão estratégica, que dê suporte a uma atuação mais articulada, harmônica e flexível, e que entregue melhores resultados à sociedade ao cumprir sua missão institucional.

2.2.2. Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor é uma ferramenta de gestão que ilustra o conjunto de processos realizados pela ANTAQ e os valores públicos que são entregues à sociedade e ao setor regulado, fornecendo uma visão abrangente da Agência. A gestão por processos na Agência vem sendo utilizada como um mecanismo gerencial de alto impacto, no qual os processos são considerados eixos fundamentais para transformações e melhorias organizacionais.

A proposta da gestão por processos visa entregar resultados por meio do alcance dos valores representados na Cadeia de Valor, que são:

- 1.** Mitigação de falhas de mercado e redução de assimetrias de informações;
- 2.** Oferta de serviços aquaviários eficientes e seguros, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável;
- 3.** Conhecimento para o desenvolvimento do setor aquaviário;
- 4.** Transparência, integridade, cooperação, equidade e sustentabilidade;
- 5.** Eficiência, capacitação, modernização e inovação.

De forma a produzir esses valores, a estrutura da Cadeia de Valor é composta seis macroprocessos:

- Regulação;
- Outorga;

- Fiscalização;
- Produção de conteúdo aquaviário;
- Governança e estratégia;
- Gestão e suporte.

Os quatro primeiros macroprocessos citados referem-se à área finalística da Agência, direcionados para entrega de valor à sociedade e ao setor regulado. O macroprocesso governança e estratégia abrange processos organizacionais que se desdobram, se conectam e se sobrepõem com o intuito de alinhar os objetivos aos meios utilizados para o alcance dos resultados desejados pela sociedade, alcançando funções, sistemas estruturantes e processos internos organizacionais da ANTAQ.

Por sua vez, o macroprocesso de gestão e suporte concentra os processos transversais e multitemáticos que influenciam diretamente a capacidade operacional de execução dos macroprocessos finalísticos e de governança e estratégia da ANTAQ. Concentra os processos organizacionais de orçamento, finanças, contabilidade e custos, tecnologia da informação, conhecimento e informação, administração e logística - atividades normatizadas, coordenadas e supervisionadas por um ou mais órgãos centrais e apoiadas por diferentes sistemas de informação.

Essa organização dos macroprocessos da Agência foi estruturada ao longo de 2024, no bojo do processo de planejamento estratégico do quadriênio 2025-2028, objetivando revisar a Cadeia de Valor em um contexto de:

- reestruturação organizacional, consolidada no novo Regimento Interno (Resolução ANTAQ nº 116, de 22 de agosto de 2024);
- harmonização das competências organizacionais;
- novos desafios e oportunidades do setor aquaviário, como, por exemplo, as futuras concessões de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária, o fomento da sustentabilidade e inovação no setor, a realização de ações conjuntas com órgãos de inteligência para aperfeiçoar a ação fiscalizatória;
- desenvolvimento de novo sistema de gestão de desempenho alinhado à [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SPGRT/ MCI nº 24, de 28 de julho de 2023](#) (IN nº 24/2023).

A revisão também reforçou o compromisso da ANTAQ com a transparência e o fortalecimento de sua governança, ao incluir em sua Cadeia de Valor processos de integridade e ética, governança dos processos e projetos organizacionais, participação social, gestão executiva dos processos decisórios, gestão de riscos e de consultoria jurídica.

FINALÍSTICOS

Regulação	Gerir instrumentos regulatórios	Fomentar a inovação e a sustentabilidade do setor aquaviário
	Regular o mercado	Orientar o setor regulado
	Analizar outorga de concessão e de arrendamento para exploração de infraestrutura portuária em porto organizado	Outorgar autorização para exploração de serviço de transporte aquaviário
	Analizar outorga de autorização para exploração de instalação portuária e registrar instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário	Propor plano geral de outorgas de exploração de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária
	Outorgar concessão para exploração de infraestrutura aquaviária	Manter o cadastro dos titulares e seus respectivos instrumentos de outorga para prestação de serviços de transportes aquaviários e para exploração de infraestrutura portuária e aquaviária, bem como o cadastro das empresas de navegação estrangeiras
	Planejar a fiscalização	Executar processo sancionador
Fiscalização	Realizar fiscalização	Articular e coordenar ações de fiscalização
	Desenvolver estudos e pesquisas em temáticas do setor aquaviário	Promover e estimular estudos, pesquisas, tecnologias e inovações aplicáveis ao setor aquaviário
Produção de conhecimento aquaviário	Coletar, consolidar e disponibilizar dados, estatísticas e informações do setor aquaviário	
Governança e estratégia	Integridade e ética	Gerir desempenho
	Desenvolvimento organizacional	Realizar gestão executiva
	Promover a participação da sociedade	Articulação e relações institucionais
	Gerir governança dos processos e projetos organizacionais	Comunicação
	Gerir riscos e controles	Consultoria jurídica
Gestão e suporte	Gestão orçamentária, financeira, contábil e de custos	Gestão de pessoas
	Tecnologia da informação	Gestão do conhecimento e da informação
	Administração e logística	

GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

GESTÃO E SUPORTE

CONFIANÇA, PREVISIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA NO AMBIENTE REGULATÓRIO

MITIGAÇÃO DE FALHAS DE MERCADO E REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS DE INFORMAÇÕES

OFERTA DE SERVIÇOS AQUAVIÁRIOS EFICIENTES E SEGUROS, PROMOVENDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE FORMA SUSTENTÁVEL

CONHECIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR AQUAVIÁRIO

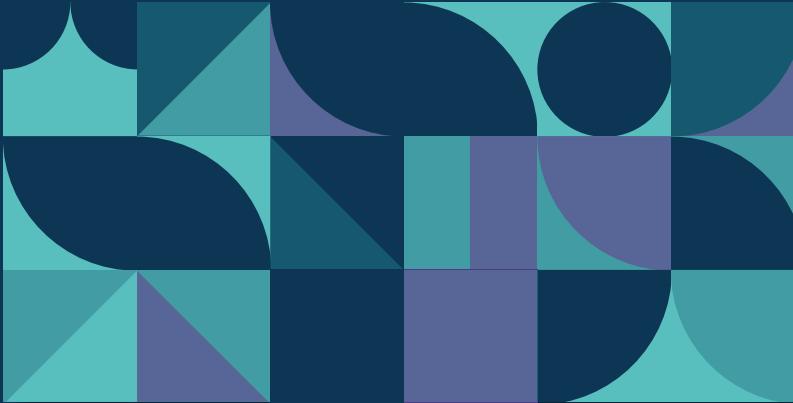
TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE, COOPERAÇÃO, EQUIDADE E SUSTENTABILIDADE

EFICIÊNCIA, CAPACITAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Valores Externos

Valores Internos

Figura 14: Cadeia de Valor 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.



CAPÍTULO 3

GESTÃO DE RISCOS E INTEGRIDADE

3.1. GESTÃO DE RISCOS

Entende-se como gestão de riscos o processo por meio do qual se identifica, avalia, administra e controla potenciais eventos ou situações que possam impedir ou prejudicar de forma relevante o cumprimento dos objetivos institucionais e estratégicos que compõe a missão da ANTAQ. Estabelece, ainda, as ações mitigadoras quanto ao aperfeiçoamento dos controles internos e da governança institucional.

O Gerenciamento de Riscos apresenta-se como uma ferramenta de apoio gerencial utilizada para

identificar potenciais eventos negativos associados aos processos críticos da Agência, permitindo que possam ser tratados de forma apropriada e tempestiva, de modo a não prejudicar o atingimento dos objetivos ou metas institucionais.

Na Agência, os principais normativos que estruturam a implementação do gerenciamento de riscos são: a [Política de Gestão de Riscos](#), dispõe sobre as diretrizes e objetivos a serem observados acerca da adoção de medidas de con-

trole que visam o fortalecimento dos processos organizacionais e institucionais; a [Metodologia de Gestão de Riscos e Integridade](#) da ANTAQ, estabelece o fluxo de operacionalização e monitoramento do gerenciamento de riscos. Ambas encontram-se alinhadas aos principais normativos federais os quais orientam os órgãos e entidades da Administração Pública Federal a institucionalizarem mecanismos de controles internos, gestão de riscos e governança.

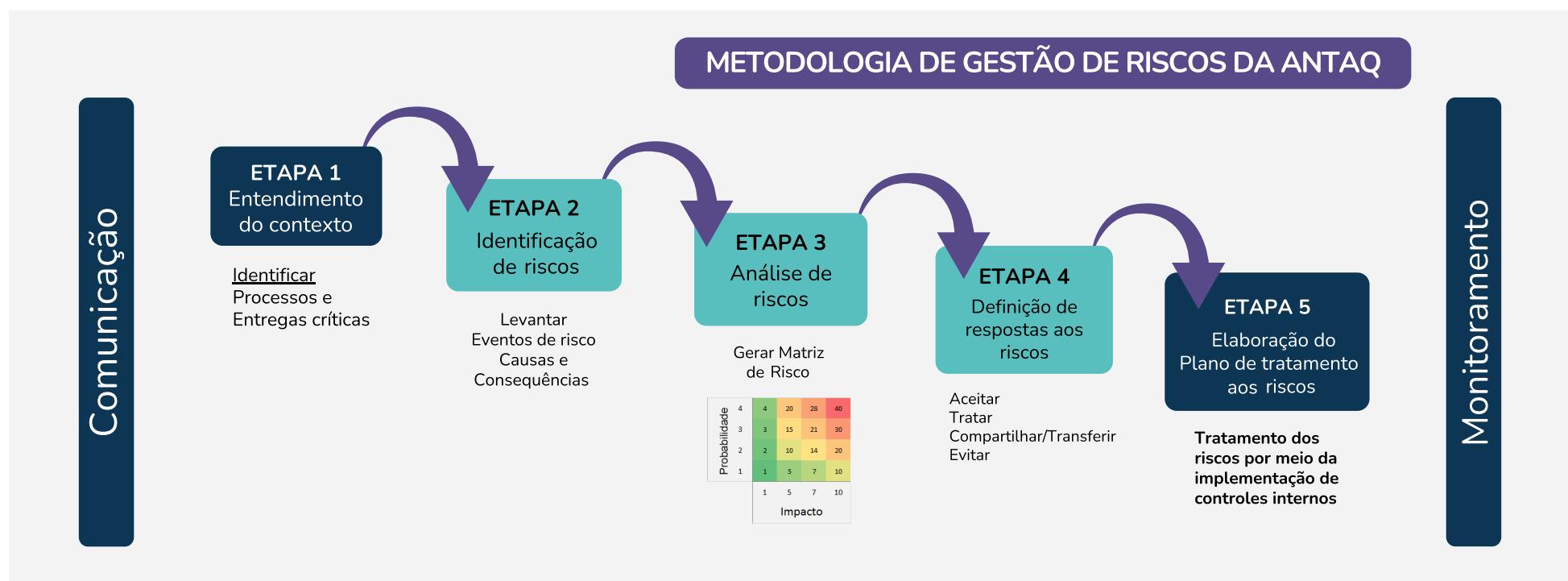


Figura 15: Metodologia de gestão de riscos da ANTAQ. Fonte: ANTAQ, 2023.

RISCOS INSTITUCIONAIS



CONTINGENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Bloqueio ou redução do orçamento destinado à Agência em razão de crise econômica ou reequilíbrio orçamentário.



IMPUGNAÇÃO DE NORMAS

Contestação, por vias judiciais ou por órgãos de controle, de validade das normas editadas pela ANTAQ.



AUMENTO DO FARDO REGULATÓRIO

Ampliação das competências legais da Antaq sem a equivalente provisão de recursos humanos e financeiros.



FALHA NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO REGULATÓRIA

Processo regulatório mal instruído ou influenciado por interesses alheios ao interesse público, portanto fora dos padrões técnicos.



CONFLITOS DE INTERESSE

Confronto entre interesses públicos e privados, que possa comprometer o interesse coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.



VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Expor dados pessoais de pessoas físicas ou jurídicas sem a devida autorização.

MEDIDAS MITIGATÓRIAS

- Redistribuição orçamentária por unidade (UORG);
- Limitação dos gastos com diárias e passagens;

- Consulta e Audiência públicas nas etapas de elaboração dos instrumentos normativos;
- Fortalecimento da relação com órgãos de controle;
- Atuação da Procuradoria Federal junto à ANTAQ (PFA);

- Transformação digital de serviços;
- Mapeamento e automatização dos processos internos;
- Reequilíbrio da força de trabalho disponível;
- Contratação de apoio administrativo;

- Submeter a proposta de agenda regulatória à consulta pública;
- Decisões baseadas em evidências técnicas (AIR, ARR, EVTEA, Estudos);
- Realização de audiências públicas;

- Fortalecimento do Programa de Integridade da ANTAQ;
- Transparência da agenda das autoridades;
- Ampla publicidade das decisões adotadas pela Agência;

- Adequação à Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD;
- Fortalecimento do Programa de Integridade da ANTAQ;
- Atualização e aplicação da Política de Segurança da Informação;
- Maior rigor na classificação dos processos da Agência.

Figura 16: Riscos institucionais e medidas mitigatórias na ANTAQ. Fonte: ANTAQ, 2024.

■ DESAFIOS E PRÓXIMOS PASSOS NA GESTÃO DE RISCOS

A Agência optou por unificar a gestão de riscos e a gestão da integridade em uma única unidade, sendo a Divisão de Riscos e Integridade (DRI) a responsável por essas duas temáticas. A integração da gestão de riscos aos processos de gestão da integridade é fundamental para a identificação, análise e avaliação de possíveis riscos de integridade, bem como de desvios éticos e irregularidades que podem impactar na consecução da missão institucional da ANTAQ.

A [Portaria nº 514-DG/ANTAQ, de 21 de junho de 2024](#), instituiu a Unidade Gestora de Riscos e Integridade (UGRI) – que integra a estrutura organizacional da Gerência de Governança, Gestão e Planejamento (GGGP) - como instância de apoio ao CEG sobre as temáticas relacionadas a riscos e integridade.

Atualmente, as atribuições da UGRI são executadas pela DRI, sendo responsável pela coordenação, execução e monitoramento do Programa de Gestão de Riscos bem como a articulação e inter-

locução com as áreas responsáveis pela execução do Programa de Integridade da ANTAQ.

A DRI em parceria com a Coordenadoria de Requisitos de Soluções de TI (CRQ) e com a Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação (GTGI) desenvolveu um sistema de gerenciamento de riscos para aprimorar a gestão das informações referentes aos processos de mapeamento de riscos, implementação de controles e monitoramento da evolução dos níveis de risco, de modo a garantir, com segurança razoável, a execução dos processos organizacionais e a consecução dos objetivos institucionais da ANTAQ.

Denominada G-Riscos, a ferramenta permite que a Agência monitore de maneira estruturada os planos de tratamento de riscos. Trata-se da primeira solução corporativa de TI desenvolvida utilizando métodos ágeis, que valorizam a colaboração, a flexibilidade e a entrega rápida de valor. Além disso, a ferramenta é a primeira solução de TI da Administração Pública brasileira a permitir o mo-

nitoramento integrado dos planos de tratamento de riscos com as bases de dados institucionais e com os instrumentos de gestão (cadeia de valor e objetivos estratégicos). O intuito é facilitar as etapas de identificação, análise e avaliação dos riscos, bem como o acompanhamento da implementação dos controles por parte das unidades organizacionais. A adoção do sistema permitirá que as unidades tenham acesso pleno e imediato a todas as informações interligadas aos riscos relacionadas às suas unidades, inclusive com um sistema de alerta para o acompanhamento da implementação dos controles propostos.

Assim, haverá uma drástica redução no tempo de execução desses processos, eliminando a necessidade de consultas via processo SEI e reduzindo a probabilidade de erros no acompanhamento via planilha eletrônica, tendo em vista a grande quantidade de dados que são monitorados pela DRI.



3.2. INTEGRIDADE

Em 2024, a [Portaria nº 514-DG/ANTAQ, de 21 de junho de 2024](#), instituiu a DRI como instância de apoio ao CEG sobre as temáticas relacionadas a riscos e integridade na Agência, ficando a DRI responsável pela coordenação, articulação e monitoramento do Programa de Integridade institucional, formalizado em 2024 por meio da [Portaria nº 515, de 21 de junho de 2024](#) e estruturando a partir dos riscos previamente identificados pela área de gestão de riscos, o que possibilitou a cooperação entre a diversas instâncias de integridade para a proposição de controles e medidas de integridade.

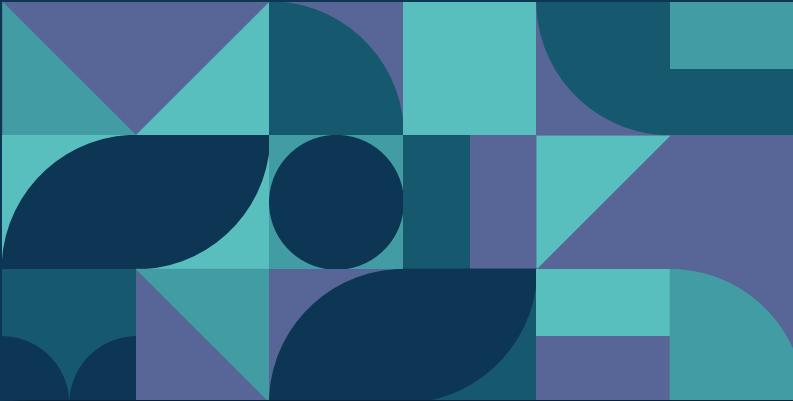
Com a publicação da referida portaria, a Agência integrou a coordenação dos processos de gestão de riscos e dos processos de gestão da integri-

dade em uma única unidade, a DRI, com o intuito de aprimorar a identificação, análise e avaliação de possíveis riscos de integridade, bem como de desvios éticos e irregularidades que podem impactar na consecução da missão institucional.

Em 2024, a ANTAQ elaborou o Plano de Integridade para o biênio 2025-2026, que inovou ao ser estruturado em harmonia com o PEI 2025-2028 e ao incluir mecanismos de busca deliberada pela equidade, com o intuito de incentivar e promover a participação crescente de mulheres e pessoas negras em funções essenciais para a Administração Pública. O plano prevê ações voltadas para o combate e prevenção às diversas formas de assédio e discriminação, com foco no aprimoramento dos canais de denún-

cia, proteção aos denunciantes e políticas de acolhimento. Essa iniciativa alinha-se à iniciativa institucional de fortalecimento de iniciativas de enfrentamento ao assédio no setor aquaviário, a serem desenvolvidas pela SESGI. O Capítulo 4, entre outros temas, apresenta as ações ESG realizadas em 2024 pela ANTAQ sobre o incentivo de boas práticas ESG.

Dessa forma, observa-se que a ANTAQ tem demonstrado compromisso sólido com a equidade de gênero na administração pública, implementando medidas concretas para promover um setor aquaviário mais inclusivo e igualitário, como a realização de uma pesquisa de equidade de gênero em 2024, visando à construção de um painel e publicação dos resultados para o ano de 2025.



CAPÍTULO 4

RESULTADOS DE GESTÃO

4.1. MACROPROCESSO DE REGULAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEI 2021-2024 ASSOCIADOS:

OE01

Promover um ambiente regulatório confiável, estável e que transmita segurança jurídica

OE04

Estimular a sustentabilidade ambiental

4.1.1. Resultados alcançados

AGENDA REGULATÓRIA

A Agenda Regulatória (AR) é uma ferramenta essencial de planejamento institucional que orienta o setor regulado e a sociedade em geral sobre os temas regulatórios prioritários da ANTAQ. Sua elaboração é conduzida por meio de um processo participativo, que integra as unidades organizacionais internas, os entes públicos e privados, e a sociedade civil. Como instrumento de governança, a Agenda Regulatória promove a harmonização de interesses entre usuários e o setor regulado, além de proporcionar transparência e previsibilidade nos processos da Agência, evidenciando uma agenda imparcial, construída e monitorada com ampla participação social.

Em 2024, a Agenda Regulatória do ciclo 2025-2028 foi elaborada com a realização de Reuniões Participativas locais para ampliação da participação social. Aprovada em dezembro, a Agenda contém um total de 18 temas. Esse novo ci-

clo reflete o compromisso da Agência com a melhoria contínua e a priorização de ações alinhadas às demandas do setor e da sociedade.

No ciclo 2022-2024, a Agenda Regulatória incluiu 27 temas, abrangendo as áreas de navegação interior, navegação marítima, instalações portuárias e temas gerais. Desses:

- 15 temas foram concluídos;
- 6 temas estão em estágio avançado para conclusão; e
- 6 temas foram migrados para a Agenda Regulatória 2025-2028, para continuidade e aprofundamento.

Os temas concluídos em 2024 estão listados no quadro a seguir, reforçando o esforço da Agência em atender às prioridades regulatórias com eficiência e qualidade.

ID	TEMA DA AGENDA REGULATÓRIA 2022-2024	Nº PROCESSO
2.1	Avaliação da pertinência de inserção de tipificação na RN-18 acerca da recusa na assunção da cobrança de sobrestadia pelo transportador marítimo ou agente intermediário nas situações em que estes foram agente causador da prestação do serviço e restam inadimplentes	50300.006171/2022-50
2.2	Flexibilização das regras de afretamento a respeito de compartilhamento de embarcação afretada por mais de 1 (um) afretador e de cessão de tonelagem entre EBNs e não-EBNs	50300.001825/2023-30
3.8	Revisão da Resolução Normativa ANTAQ nº 31, de 13 de abril de 2019, tratando da prestação de informações para a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP)	50300.001292/2021-24
3.9	Aplicação da interpretação contábil ICPC 01 (R1) na contabilização de concessões de portos organizados	50300.007932/2023-71
3.11	Revisão da Resolução ANTAQ nº 2650, de 26 de setembro de 2012, tratando dos instrumentos de acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias	50300.000567/2012-11
4.1	Elaboração de proposta para regulamentar o conteúdo mínimo de ARR na ANTAQ	50300.001826/2023-84
4.5	Normatização do ambiente regulatório experimental - Sandbox Regulatório na ANTAQ	50300.006739/2024-02

Quadro 1: Itens concluídos da Agenda Regulatória em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

A execução da AR 2022-2024 possui meta estratégica de 80% (21 de 26 itens) de execução de cumprimento

mento de seus itens, sendo monitorada por meio do Indicador de cumprimento da Agenda Regula-

tória (IAR). Ao final de 2024, o IAR registrado foi de 53,8% (execução de 14 itens da AR, do total de 26).

REGULAMENTAÇÃO

Atos normativos de caráter regulatório têm como objetivo a definição e revisão de políticas e regras gerais aplicáveis ao setor sob a supervisão da Agência. Esses atos são essenciais para assegurar que as necessidades da sociedade e do mercado regulado sejam atendidas de forma eficiente e alinhada às melhores práticas regulatórias.

Para garantir previsibilidade e transparência, os temas que originam esses atos normativos devem prioritariamente constar da Agenda Regulatória. O processo de elaboração ou revisão de normas envolve análises prévias abrangentes, considerando os agentes impactados, os possíveis resultados

das intervenções e a comparação da opção normativa com alternativas não normativas. Além disso, a participação social é fundamental para incorporar as percepções das partes interessadas, permitindo uma compreensão mais ampla do problema a ser resolvido alinhando as soluções às reais necessidades do mercado e da sociedade.

Esses procedimentos estão amparados por um arcabouço legal e normativo robusto, como a Lei nº 13.848, de 2019, o [Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020](#), e as [Resoluções ANTAQ nº 39/2021](#) (procedimentos de participação social) e [nº 55/2021](#) (critérios para Análise de Impacto Regulatório

- AIR e Análise de Resultado Regulatório - ARR). A ANTAQ também adota as melhores práticas internacionais, divulgadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e está constantemente desenvolvendo ferramentas de análise quantitativa de impactos e efeitos regulatórios, utilizando dados estatísticos e econômicos disponíveis em suas bases de dados.

Os atos normativos de caráter regulatório produzidos em 2024 estão apresentados no quadro subsequente, evidenciando o compromisso da Agência com a eficiência, a transparência e a qualidade regulatória.

RESOLUÇÃO	PROCESSO	CONCEPÇÃO/ALTERAÇÃO
Resolução ANTAQ nº 112, de 12 de março de 2024	50300.006171/2022-50	Concepção de novo normativo e alteração da Resolução ANTAQ nº 62, de 29 de novembro de 2021 e da Resolução ANTAQ nº 75, de 2 de junho de 2022
Resolução ANTAQ nº 114, de 13 de maio de 2024	50300.009503/2024-10	Concepção de novo normativo
Resolução ANTAQ nº 115, de 25 de maio de 2024	50300.009524/2024-35	Concepção de novo normativo
Resolução ANTAQ nº 118, de 24 de setembro de 2024	50300.001292/2021-24	Concepção de novo normativo
Resolução ANTAQ nº 119, de 7 de outubro de 2024	50300.011174/2021-24 e 50300.001553/2014-87	Concepção de novo normativo
Resolução ANTAQ nº 121, de 23 de outubro de 2024	50300.007932/2023-71	Concepção de novo normativo
Resolução ANTAQ nº 122, de 19 de novembro de 2024	50300.011174/2021-24 e 50300.001553/2014-87	Alteração da Resolução ANTAQ nº 119, de 7 de outubro de 2024
Resolução ANTAQ nº 123, de 17 de dezembro de 2024	50300.000567/2012-11	Concepção de novo normativo
Resolução ANTAQ nº 108, de 01 de novembro de 2023	50300.002251/2019-31	Alteração da Resolução ANTAQ nº 101, de 23 de junho de 2023
Resolução ANTAQ nº 109, de 17 de novembro de 2023	50300.014335/2019-17	Concepção de novo normativo

Quadro 2: Atos normativos de caráter regulatório produzidos em 2024. Fonte: ANTAQ. 2024.

A ANTAQ mantém uma biblioteca eletrônica de atos normativos e respectivos históricos de alterações, que pode ser acessado por meio de endereço eletrônico sophia.antaq.gov.br.

Além disso, as setoriais técnicas da ANTAQ mantêm os *links* de Assuntos/Legislação dentro do portal da ANTAQ, onde a sociedade pode consultar rapidamente, por temas, o Estoque

**ATOS
REGULATÓRIOS
DA ANTAQ**



Acesse aqui

Regulatório, também sob gestão da Superintendência de Regulação (SRG).

790
Contribuições em consultas
públicas analisadas em 2024
pela Superintendência
de Regulação.

Ainda com o objetivo de dar transparência à ação regulatória, foi lançado o [Painel das Administrações Portuárias](#), onde a sociedade pode consultar não só quem são as gestoras dos portos organizados, mas também os procedimentos de alteração tarifária pleiteados por essas. Pelo painel, os usuários conhecem e acompanham a situação processual dos pedidos de revisão e reajuste das tarifas portuárias e o índice médio de reajuste bem como o montante de investimentos compromissados relacionados ao pleito, possibilitando diversas comparações evolutivas e entre as empresas.

ANÁLISE DE RESULTADO REGULATÓRIO (ARR)

Após as intervenções regulatórias, sejam elas normativas ou não, implementadas pela Agência, é essencial monitorar os resultados alcançados e coletar dados e informações que subsidiem a ARR, ferramenta fundamental para a melhoria contínua da qualidade regulatória, pois permite acompanhar e avaliar o desempenho de uma intervenção, fornecendo um diagnóstico detalhado sobre o alcance dos objetivos inicialmente pro-

postos e os impactos adicionais observados no mercado e na sociedade.

Essa análise retroalimenta o ciclo regulatório ao identificar possibilidades de aperfeiçoamento nas intervenções regulatórias e ao gerar subsídios valiosos para a tomada de decisão da Agência. Em 2024, foram aprovados os primeiros relatórios de ARR da ANTAQ, que representam um marco no processo de avaliação de suas ações regulatórias:

- Avaliação da Resolução Normativa ANTAQ nº 13, de 10 de outubro de 2016.
- Avaliação do capítulo de sobre-estadia da [Resolução ANTAQ nº 62, de 30 de novembro de 2021](#).

Esses relatórios refletem o compromisso da Agência com a transparência, a eficiência e a melhoria contínua de suas práticas regulatórias.

REGULAÇÃO ECONÔMICA

A regulação econômica desempenha um papel crucial na harmonização dos interesses públicos e privados, promovendo o desenvolvimento sustentável e garantindo a justiça econômica. Nesse contexto, a ANTAQ teve um papel ativo em 2024, com destaque para a análise de reajustes tarifários e de preços na navegação interior, entre outros temas regulatórios, inclusive atos de concentração, contendo análises de alterações em contratos de arrendamento.

No campo da regulação contábil, a ANTAQ aprovou a [Resolução nº 121, de 23 de outubro de 2024](#), que institui o Manual de Contas do Setor Portuário, além de estabelecer a aplicação do ICPC 01 às concessões portuárias brasileiras, fortalecendo a uniformidade e a transparência na gestão contábil do setor. Participou também da avaliação de projetos de lei, oferecendo parecer prévio ao Congresso Nacional.

INTERPRETAÇÕES NORMATIVAS

Outro relevante serviço prestado à sociedade pela ANTAQ refere-se às demandas de interpretação normativa, que busca pacificar o entendimento sobre questões relacionadas às normas e legislações vigentes. Essas solicitações são cuidadosamente instruídas pela área de regulação e, nos casos que envolvem temas novos

Quanto ao poder de tutela sobre bens da União e ativos utilizados nos portos organizados, a Agência deliberou, em 2024, sobre 12 pedidos de desincorporação de bens apresentados por arrendatários e administrações portuárias. Além disso, a ANTAQ recebeu e analisou os inventários anuais de bens referidos no art. 34, §1º, da [Resolução ANTAQ nº 43, de 31 de março de 2021](#), enviados pelas administrações portuárias e arrendatárias para fins de controle e fiscalização. Respondeu a diversas consultas de interpretação normativa e contratual.

No âmbito da regulação concorrencial, a Superintendência de Regulação analisou cerca de 25 processos relacionados a consultas e pleitos de transferências contratuais em portos. Esses processos desempenham um papel estratégico na promoção de um mercado mais competitivo e eficiente, alinhado às melhores práticas regulatórias.

ou controversos, submetidas à deliberação da Diretoria Colegiada.

Essa prática tem o potencial de estabelecer jurisprudência regulatória, contribuindo para o fortalecimento da segurança jurídica no setor aquaviário. Ao harmonizar entendimentos e promover maior previsibilidade, a Agência reforça sua atua-

As análises de reajustes de preços incidentes na navegação interior abarcam tanto os percursos de travessia quanto os longitudinais. As avaliações de preços são precedidas de exame concorrencial de mercado e seus resultados repercutem diretamente sobre as populações que utilizam estes serviços regulados pela ANTAQ. Verificados os critérios da metodologia adotada, os processos podem ser avaliados setorialmente ou precisam de exame pela Diretoria Colegiada.

Neste contexto, a ANTAQ concluiu decisivamente 11 procedimentos de reajustes de preços em travessias em 2024, sendo que 2 desses com apreciação necessária pela Diretoria Colegiada. Adicionalmente, foram concluídos em 2024 2 processos sobre reajustes em transportes longitudinais interestaduais, 1 desses possuindo decisão da Diretoria da ANTAQ.

ção como guardião da estabilidade regulatória e impulsiona o desenvolvimento do setor.

No ano de 2024, foram analisados cerca de 40 processos relacionados a consultas regulatórias, reforçando o compromisso da Agência com a orientação normativa e a promoção da segurança jurídica no setor.

HARMONIZAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

A harmonização de conflitos de interesses entre usuários e o setor regulado, promovida pela ANTAQ, representa um valor público intangível, mas concretamente alcançado por meio de processos estruturados e bem definidos. Nesse contexto, a Agência desempenha um papel crucial ao realizar arbitragens regulatórias envolvendo atividades de empresas do setor portuário e de navegação.



Um marco importante ocorreu em 2024, com a condução da primeira mediação pela ANTAQ. O processo foi conduzido de maneira imparcial, com a atuação neutra do mediador, que assegurou a confidencialidade e respeitou a autonomia das partes envolvidas. O objeto da mediação foi a cobrança de tarifas de infraestrutura terrestre para passageiros.

Adicionalmente, em dezembro de 2024, a Diretoria Colegiada aprovou o *[Manual de Mediação e](#)*

[Arbitragem Regulatória](#), um avanço significativo que visa proporcionar maior celeridade, transparência, segurança jurídica e eficiência nos processos de resolução de conflitos no âmbito da Agência, consolidando seu compromisso com a excelência regulatória e a proteção dos interesses públicos e privados. Foram instruídos pela setorial técnica um total de 6 processos de arbitragem e mediação.

ACOMPANHAMENTO DE ACORDOS INTERNACIONAIS

Os acordos internacionais desempenham um papel fundamental no fortalecimento das relações entre países, na promoção do comércio, no estímulo à cooperação técnica e na harmonização de normas em diversas áreas, como transporte, meio ambiente, segurança, energia e direitos humanos. No contexto regulatório, esses acordos são particularmente importantes para assegurar que as políticas e normas nacionais estejam alinhadas aos padrões globais, promovendo eficiência, competitividade e sustentabilidade. Em 2024, a ANTAQ realizou o acompanhamento de diversas atividades internacionais estratégicas, reforçando seu compromisso com a integração regional e a harmonização regulatória.

As ações em destaque reforçam o papel da Agência na integração internacional, na promoção de boas práticas regulatórias e na ampliação

da cooperação multilateral para o desenvolvimento sustentável do setor aquaviário.

- Reuniões do Comitê de Especialistas em Transporte Marítimo (CETM): Participação ativa nas discussões promovidas pelo Subgrupo de Trabalho 5 (SGT5) do Mercosul, com reuniões realizadas no Paraguai e no Uruguai, fortalecendo a cooperação entre os países membros para o desenvolvimento do transporte marítimo na região.
- Subcomitê de Implementação dos Instrumentos da IMO: Acompanhamento técnico das deliberações do subcomitê da Organização Marítima Internacional (IMO), com foco na implementação efetiva de instrumentos regulatórios voltados à segurança marítima e proteção ambiental.
- Análise de Minutas de Acordos Bilaterais de Transporte Marítimo: Avaliação de propostas de acordos bilaterais visando aprimorar o alinhamento regulatório e facilitar o transporte marítimo entre países parceiros.

GESTÃO DA AGENDA AMBIENTAL

No Plano Estratégico Institucional 2021-2024, a execução da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária ciclo 2021-2022 e 2023-2024 foi monitorada a partir do Indicador de execução da Agenda

Ambiental e de Segurança Aquaviária (IAASA). A meta para o quadriênio era de 80% (execução e publicação de 29 itens de 36), porém tendo alcançado o IAASA de 52,8%. Ressalte-se que o cálculo

do indicador contabiliza apenas as iniciativas finalizadas e aprovadas pela Diretoria Colegiada no ano, não incluindo as iniciativas que estão em desenvolvimento ou aguardando a aprovação.

DESEMPENHO AMBIENTAL

Considerando a atuação da ANTAQ na implementação das políticas públicas formuladas pelo MPOR e pelos demais agentes reguladores intervenientes, bem como na regulação e supervisão das atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários no âmbito de competência federal, as ações relacionadas à área ambiental são regidas pelos seguintes princípios gerais:

- Compatibilizar os transportes com a preservação do meio ambiente, reduzindo os níveis de poluição sonora e de contaminação atmosférica, do solo e dos recursos hídricos;
- Promover a adoção de práticas adequadas de conservação e uso racional dos combustíveis e de preservação do meio ambiente.

A promoção da eficiência e qualidade da gestão ambiental no transporte aquaviário como valor entregue à sociedade e ao setor regulado é produzida a partir da realização de dois principais processos: “Fortalecer o desempenho ambiental” e “Produzir

conhecimento ambiental”. Esses processos combinados configuram-se como ferramentas fundamentais para alcançar a redução dos riscos ambientais associados à construção e exploração das infraestruturas portuária e aquaviária, bem como aos serviços de transportes na navegação.

Em relação ao desempenho ambiental, o principal foco deste processo é o acompanhamento e execução do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) nos portos públicos e nos terminais de uso privado, classificados de acordo com critérios de movimentação de cargas, definidos pela ANTAQ.

O IDA foi instituído por meio da [Resolução ANTAQ nº 2650, de 26 de setembro de 2012](#), com o objetivo de disciplinar os instrumentos de acompanhamento e controle de gestão ambiental em portos e instalações portuárias, para avaliar, por meio de indicadores, a eficiência e a qualidade da gestão ambiental estimulando o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados sob o ponto de vista ambiental e de segurança, contribuindo sobremaneira com o



melhor desempenho dos portos e das instalações portuárias do Brasil, que vêm apresentando de forma progressiva melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa.

1º	Suape
2º	Itaqui
3º	Itajaí
4º	Santos
5º	Paranaguá

Quadro 3: Classificação dos portos organizados – IDA 2023/2024.
Fonte: ANTAQ, 2023

1º	Porto do Açu - Terminal TMULT e TCAR
2º	Porto do Açu - Terminal de Minério
3º	Terminal de Tubarão
4º	Porto Itapoá
5º	Terminal Praia Mole

Quadro 4: Classificação dos terminais privados – IDA 2023/2024.
Fonte: ANTAQ, 2023.

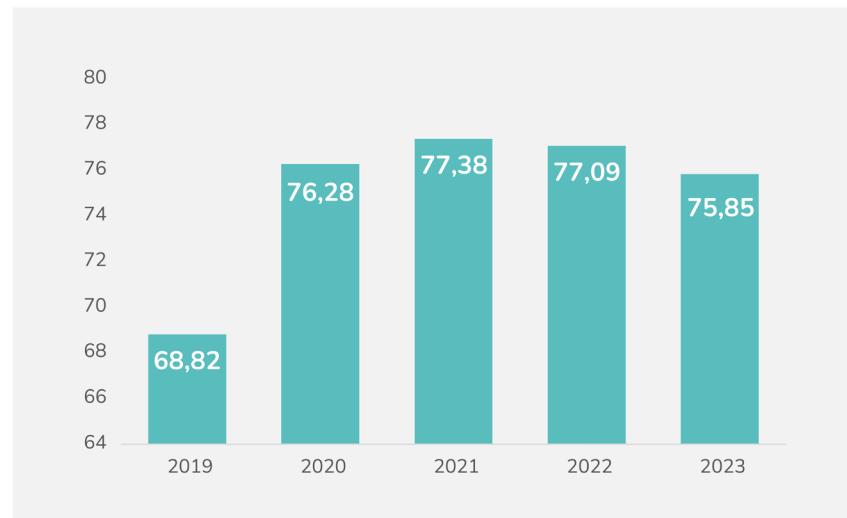


Gráfico 1: Média dos resultados do IDA 2023 – Portos Organizados. Fonte: ANTAQ, 2023.

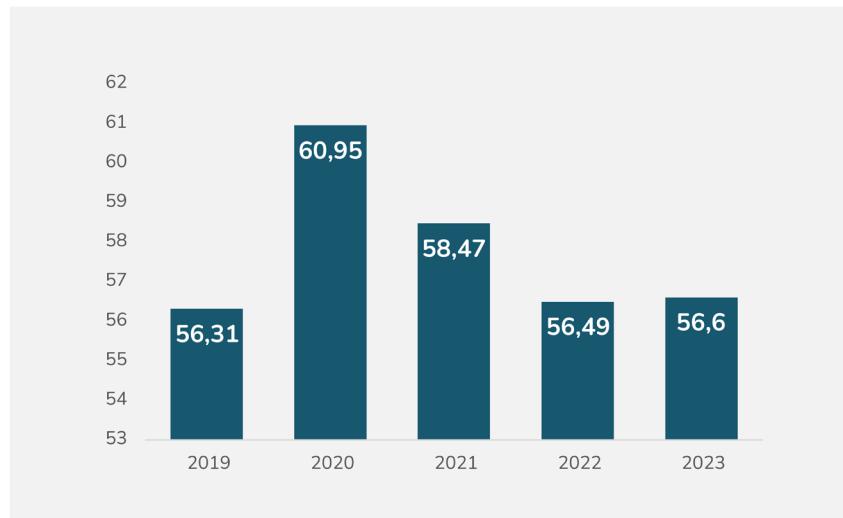


Gráfico 2: Média dos resultados do IDA 2023 – Terminais Privados. Fonte: ANTAQ, 2023.

A [Resolução ANTAQ nº 123/2024](#), aprovada em dezembro de 2024, institui o IDA como instrumento da ANTAQ para acompanhamento e avaliação da gestão ambiental de portos públicos e instalações portuárias.

BOAS PRÁTICAS DE ESG E DE INOVAÇÃO PARA O SETOR

As práticas ESG são reconhecidas mundialmente como uma forma de promover o desenvolvimento sustentável, equilibrando crescimento econômico, responsabilidade ambiental e inclusão social. A criação da Superintendência de ESG e Inovação (SESGI) reforça o compromisso da Agência com a sustentabilidade e a prospecção de projetos de inovação em parceria com instituições nacionais e internacionais. Nesse cenário, o pilar ambiental merece destaque especialmente no que tange aos impactos da mudança do clima.

A observância dos pilares ESG no setor aquaviário é urgente e crucial de forma a contribuir para a sustentabilidade do planeta e promover um setor mais seguro, sustentável e competitivo, alinhado com as expectativas e compromissos globais. No

contexto ESG, a ANTAQ pode influenciar diretamente a forma como as empresas reguladas operam e garantir que elas cumpram certos padrões mínimos ambientais, sociais e de governança, impactando positivamente o desenvolvimento do país.

No intuito de fomentar a inovação e a sustentabilidade do setor aquaviário, o Plano Estratégico 2021-2024, apresentou uma Cadeia de Valor que, no âmbito da normatização e orientação do setor regulado, contempla o fortalecimento do desempenho ambiental e a produção de conhecimento ambiental, de forma a promover eficiência e qualidade da gestão ambiental, por meio da disseminação de boas práticas de ESG e de inovação para o setor, contidas na Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária da ANTAQ.

Em 2024, a ANTAQ deu passos significativos em direção à sustentabilidade no setor aquaviário, com a realização de importantes iniciativas que buscam promover um ambiente mais seguro, saudável e sustentável. Entre as principais entregas, destacam-se:

- I. Inventário de Emissões de GEE no Setor Aquaviário: ferramenta indispensável elaborada pela ANTAQ para entender as fontes de emissão de GEE e os fatores que influenciam a intensidade de carbono nas atividades portuárias e na navegação. Os dados coletados, principais análises, metodologia e resultados sobre emissões no setor aquaviário obtidos neste projeto foram compilados no Relatório do 1º Inventário de Emissões de GEE no Setor Aquaviário.
- II. Painel de Monitoramento de Emissões de GEE: ferramenta interativa elaborada por esta Agência em 2024, consolidando um espaço de acompanhamento contínuo das emissões de GEE no setor aquaviário.
- III. Guia de Descarbonização - conceitos, práticas e futuro sustentável: desenvolvido a partir do Inventário de Emissões de GEE, visando

nivelar o conhecimento de todos os atores do setor sobre os conceitos fundamentais da descarbonização e as ações necessárias para a transição ao modelo de baixo carbono.

- IV. 3ª Edição do Rio Limpo Amazônia Viva, em Parintins - AM: projeto voltado à gestão sustentável dos resíduos das embarcações da navegação interior na Região Amazônica, integrando ESG e os ODS. Essa edição foi cuidadosamente planejada com foco em diversos atores, tendo sido realizadas ações de educação ambiental com crianças, roda de conversa com mulheres e líderes comunitárias, povos originários e contou com o envolvimento da comunidade local durante uma caminhada ecológica. Além disso, o evento teve a participação de representantes de embarcações, executivos locais, internacionais e de diferentes entes do setor aquaviário. Ao final do projeto, foi elaborado um Relatório ESG como legado para Parintins - AM, a partir de uma pesquisa realizada com a comunidade local para avaliar como a população percebe as ações implementadas sob essa perspectiva.

V. Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário: o objetivo é provocar reflexões e oferecer orientações sobre de que forma, tanto como instituição quanto como indivíduos comprometidos, podemos efetivamente contribuir para a construção de ambientes de trabalho verdadeiramente inclusivos e acolhedores, com vistas a fomentar um ambiente cada vez mais livre de assédio.

- VI. Prêmio ANTAQ 2024, com o tema “Emergência Climática em ESG.”: tem por finalidade reconhecer as iniciativas que se destacam por sua contribuição na melhoria da prestação de serviços de transporte aquaviários à sociedade, fomentar a pesquisa e a produção técnico-científica e disseminar boas práticas na operação e gestão no setor, sendo uma das ações estratégicas (AE03) da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária da ANTAQ - Biênio 2023/2024. Cabe destacar que essa premiação passou a incluir a categoria Gênero e Diversidade, com o objetivo de reconhecer ações relativas à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à promoção da diversidade e à

inclusão de minorias no ambiente de trabalho e nas operações das empresas reguladas pela ANTAQ. Desta forma, o Prêmio ANTAQ valoriza iniciativas que contribuem para um ambiente mais inclusivo, equitativo e representativo no setor.

VII. XXXI CooperaPortos: realizado no porto de Paranaguá com o tema: “Boas práticas socioambientais no setor portuário”. O evento é uma iniciativa prioritária da agenda ambiental da Agência para a promoção do diálogo entre os diversos atores da gestão portuária, possibilitando a busca de soluções socioambientais para a atuação dos portos frente aos desafios de sua operação. O encontro é realizado anualmente e, conta com a participação de representantes dos setores público e privado, visando à disseminação de melhores práticas de ESG que resultem em ganhos de competitividade, desburocratização de processos e aumento da transparéncia e da segurança nas atividades portuárias, bem como gestão de qualidade, gestão ambiental, e responsabilidade social.

VIII. Comitê-Geral de Diversidade e Equidade no Setor Aquaviário: composto por colaboradores de órgãos e instituições nacionais e internacionais, com foco em fomentar debates e desenvolver ações concretas destinadas à promoção da diversidade e da inclusão no setor portuário e marítimo, alinhado às boas práticas internacionais e aos critérios ESG.

IX. Rede Equidade: ANTAQ aderiu à Rede Equidade em 2024. A rede, de iniciativa do Senado Federal, tem por objetivo a promoção de ações de inclusão da diversidade, equidade e inclusão na gestão pública, com abordagem transversal e interseccional, visando contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

O Índice Integrado de ESG (*Environmental, Social and Governance*) – [iESGo 2024](#) é uma iniciativa desenvolvida pelo TCU para avaliar o nível de adesão das organizações públicas federais e de outros entes jurisdicionados às práticas ESG, criada a partir da reformulação do questionário do Índice Integrado de Governança e Gestão (IGG). Em 2024, a ANTAQ ocupou a 5^a posição

entre as 11 agências reguladoras, o que representou uma evolução comparativa em relação ao iGG de 2021 de 3%. No comparativo de 2021 e 2024, mesmo a ANTAQ registrando um aumento de 4% no comparativo entre os índices, em 2024 ocupou o 73º lugar no ranking geral das 387 instituições avaliadas no iESGo.

Ao longo do processo de elaboração do Plano Estratégico 2025-2028, a necessidade de fortalecimento das iniciativas de sustentabilidade social e de governança na área de TI ganhou força com a avaliação dos resultados do iESGo, de modo que o [PEI 2025-2028](#) e o [Plano de Gestão Anual 2025](#) apresentam o objetivo estratégico e os seguintes resultados-chave para mitigação dessas fragilidades:

KR 5.2. Até 2026, aumentar de 0,777 para 0,816 o Índice de Governança, Sustentabilidade e Inovação (iESGo ANTAQ)

KR 5.2.1. Até 1º semestre de 2026, definir critérios de prioridade de orçamento

KR 5.2.2. Até final de 2026, implementar programa de mentoria e liderança feminina

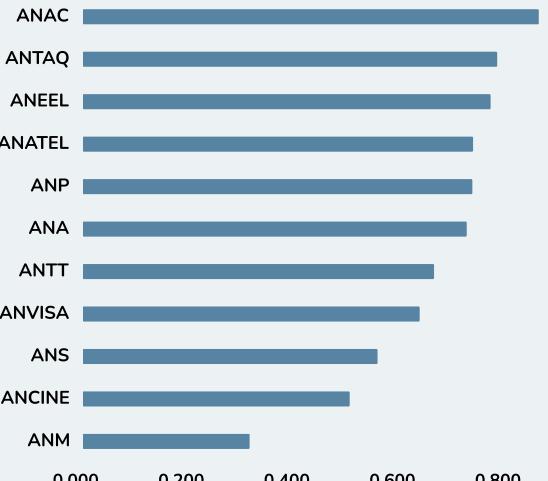
KR 5.2.3. Até o final de 2026, capacitar 80% de seu corpo técnico e lideranças sobre temas de promoção da diversidade

iGG 2021
0,748

Classificação Geral

37º

Classificação das Agências

2º
Ranking – Agências (iGG 2021):

iGG 2021
0,777

Classificação Geral

73º

Classificação das Agências

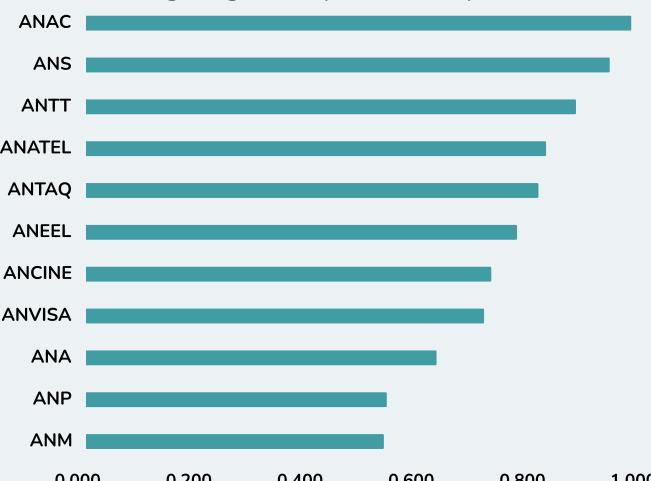
5º
Ranking – Agências (iESGo 2024):


Figura 17: Comparativo desempenho ANTAQ - iGG 2021 e iESGo 2024. Fonte: TCU, 2024. Elaboração, ANTAQ, 2024.

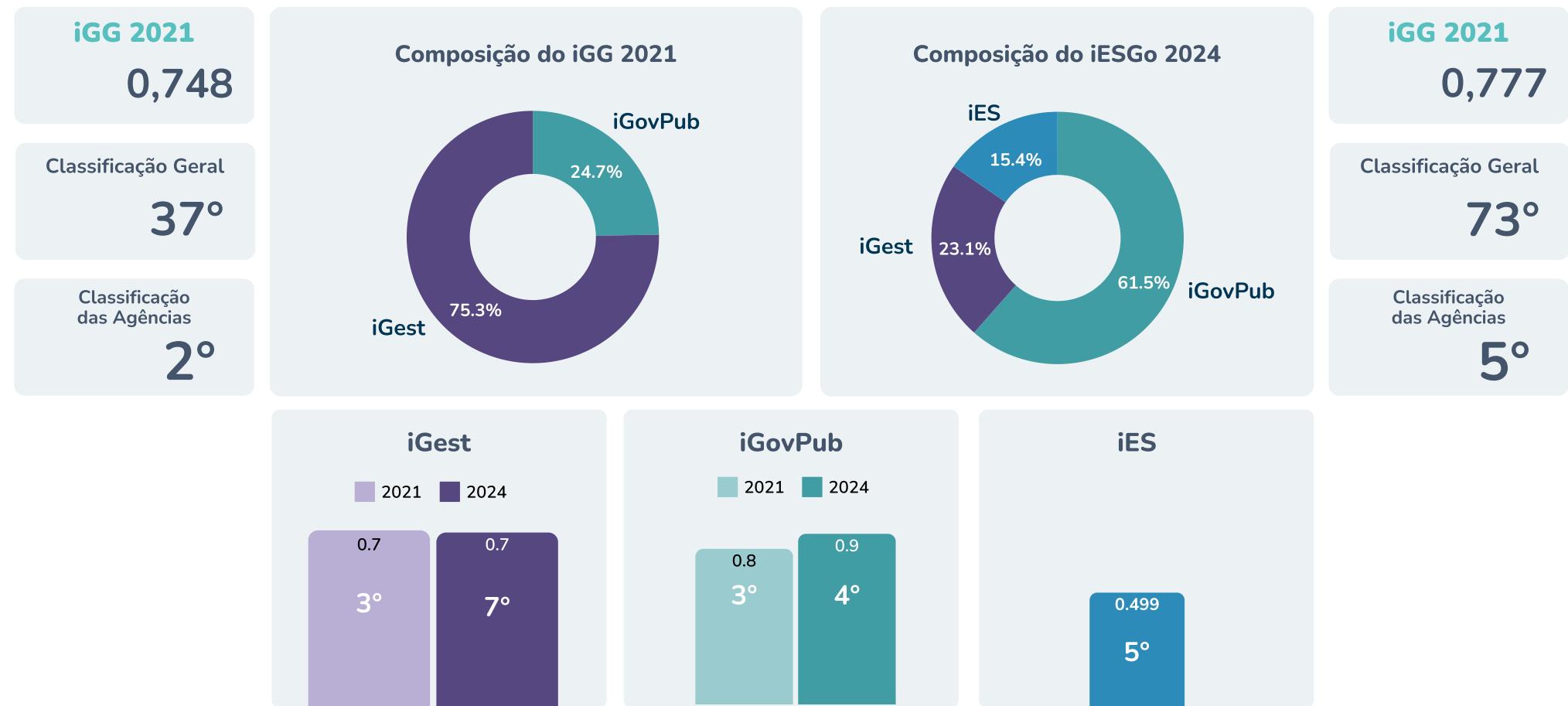


Figura 18: Desempenho da ANTAQ por categoria de índice- iGG 2021 e iESGo 2024. Fonte: TCU, 2024. Elaboração, ANTAQ, 2024.

4.1.2. Balanço do macroprocesso de regulação

PRINCIPAIS ENTREGAS

1. Realização das primeiras oficinas multisetoriais para elaboração de AIRs;
2. Elaboração do Manual de Contabilidade Regulatória e de Mediação e Arbitragem Regulatória;
3. Realização da primeira mediação após a publicação da [Resolução ANTAQ nº 98/2023](#);
4. Publicação Manual de Contas do Setor Portuário (Resolução nº 121, de 23 de outubro de 2024);
5. Elaboração e publicação do Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário;
6. [Inventário de emissões de GEE do Setor Aquaviário](#);
7. 3ª Edição do Rio Limpão Amazônia Viva, em Parintins - AM;
8. Realização do XXXI CooperaPortos, no porto de Paranaguá com o tema “Boas práticas socioambientais no setor portuário”;
9. Realização do Prêmio ANTAQ 2024 – com o tema “Emergência Climática em ESG”;
10. Elaboração do [Guia de Descarbonização do Setor Aquaviário: Conceitos e Futuro Sustentável](#);
11. Elaboração da Agenda Ambiental de Segurança Aquaviária 2025-2028.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS

1. Falta de pessoal para a execução do projeto de Inventário de GEE;
2. Falta de orçamento para realização de visitas técnicas da regulação, para a

atualização do IDA e para o desenvolvimento de projeto de boas práticas ambientais, como o projeto Rio Limpão Amazônia Viva.

OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA 2025

1. Início do novo ciclo da Agenda Regulatória 2025-2028, com grandes expectativas de aprimoramento, impulsionado pelo suporte do Manual da Agenda Regulatória;
2. Alterações e novidades na regulação internacional sobre avanços em navios autônomos, digitalização portuária e novas fontes energéticas;
3. Simplificação e modernização dos normativos de navegação interior;
4. Modelo de governança regulatória mais integrado e transparente, fortalecendo a participação social, promovendo a simplificação de processos e aprimorando a qualidade regulatória, por meio da implementação de práticas baseadas em evidências, maior previsibilidade nas decisões regulatórias e alinhamento com padrões internacionais;
5. Consolidação da base de dados de sobre-estadia de contêineres;

- 6. Adesão ao GT Navegue Simples (GT - o6 Inovação), dedicado à elaboração de proposta de Política Nacional de Inovação para o setor portuário, do qual a SESGI faz parte como membro-coordenador. Essa política deverá prever mecanismo de financiamento de PD&I para projetos no setor;
- 7. Inventário de Emissões de GEE no Setor Aquaviário - Fase 2;
- 8. Revisão e atualização do IDA de Portos Públicos e Terminais de Uso Privado;
- 9. Implementação do Módulo APP;
- 10. 2ª Pesquisa sobre equidade de gênero no setor aquaviário: com a finalidade de iniciar o segundo levantamento de dados sobre equidade de gênero no setor aquaviário o instrumento de pesquisa foi aperfeiçoado. O resultado dessa pesquisa já realizada será compilado e divulgado em 2025;
- 11. 4ª Edição do Rio Limpio Amazônia Viva, em Santarém - PA;
- 12. Lançamento do Periódico Científico *Blue Research - BR*: Durante o ano de 2024 foi desenvolvida a Revista Científica da ANTAQ, visando fomentar a inteligência e conhecimento aquaviário e promover a excelência e a inovação do setor aquaviário através da disseminação de conhecimento científico em diversas áreas afetas ao setor aquaviário, a qual está em vias de ser lançada por esta Agência;
- 13. Lançamento do Programa de Liderança Feminina;
- 14. Sandbox Regulatório;
- 15. Adesão ao Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P.

4.2. MACROPROCESSO DE OUTORGA

O macroprocesso de outorga associa-se diretamente com a missão institucional de assegurar a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária, ao viabilizar a oferta de serviços aquaviários eficientes e seguros, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. São essenciais para garantir a legalidade e a regulamentação das atividades do setor, seja na infraestrutura portuária, na infraestrutura aquaviária ou na operação de serviços de transportes aquaviários prestados por Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs). Na Cadeia de Valor, os processos vinculados ao macroprocesso de outorga são os seguintes:

- I. Analisar outorga de concessão e de arrendamento para exploração de infraestrutura portuária em porto organizado
- II. Analisar outorga de autorização para exploração de instalação portuária e registrar instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário

- III. Outorgar concessão para exploração de infraestrutura aquaviária
- IV. Outorgar autorização para exploração de serviço de transporte aquaviário
- V. Propor plano geral de outorgas de exploração de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária
- VI. Manter o cadastro dos titulares e seus respectivos instrumentos de outorga para prestação de serviços de transportes aquaviários e para exploração de infraestrutura portuária e aquaviária, bem como o cadastro das empresas de navegação estrangeiras

A partir da execução desses processos vinculados ao macroprocesso outorga, a ANTAQ alcançou os resultados apresentados a seguir.

4.2.1. Resultados alcançados

No âmbito dos portos organizados, a ANTAQ atua em dois importantes segmentos: condução dos novos arrendamentos, por meio dos leilões, e análises dos equilíbrios dos contratos em vigor, incluindo a prorrogação contratual. Em ambos os casos, busca-se fomentar a economia brasileira,

com ganhos de eficiência, ampliação da infraestrutura, modernização da atividade portuária, expansão dos investimentos pelo setor privado e aumento da capacidade de movimentação de cargas dos terminais, com redução dos custos e, por conseguinte, aumento da competitividade das exportações brasileiras no comércio internacional.

No âmbito dos portos públicos, a GPO e a SELC, com apoio da CPLA, atuam no processo da Cadeia de Valor “Analisa a outorga de concessão e de arrendamento para exploração de infraestrutura portuária em porto organizado”.

I PORTOS ORGANIZADOS: ARRENDAMENTOS, CONCESSÕES E DELEGAÇÕES

35 Portos organizados;

147* Contratos de arrendamento vigentes;

14 Contratos com decisão judicial;

35 Contratos transitórios;

2 Análises de reequilíbrio de contratos de arrendamentos concluídas em 2024.

* incluindo 14 ocupações mantidas por decisão do Poder Judiciário ou do Tribunal de Contas da União.

No site institucional da ANTAQ, encontra-se publicado o [Painel de Indicadores de Instrumentos de Outorga de Exploração de Áreas Situadas em Portos Organizados](#), que possibilita a consulta a dados e cópias dos contratos de arrendamento e dos contratos de transição.

A [Resolução ANTAQ nº 94, de 20 de fevereiro de 2023](#) estabelece o rito administrativo dos processos de concessão e arrendamentos portuários. E em 2024 a Agência disponibilizou na internet as informações de todos os projetos de concessão do setor aquaviário ([acesse aqui](#)). Os valores apresentados neste capítulo são nominais, ou seja, não sofreram correção monetária.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE CONCESSÕES E ARRENDAMENTOS PORTUÁRIOS (CPLA) E SELC

A CPLA é vinculada à Diretoria Colegiada foi criada em 2018 com o objetivo de proceder às licitações pertinentes à exploração de áreas e infraestruturas portuárias públicas, atuando nas fases interna e externa das licitações de concessões e arrendamentos portuários.

A Secretaria Especial de Licitações e Concessões (SELC), subordinada ao Gabinete do Diretor-Geral (GAB), é responsável por articular, acompanhar e assessorar a direção da Agência nas matérias relativas aos processos de desestatização do setor, incluindo infraestruturas aquaviárias, arrendamentos e concessões portuárias.

8 Leilões realizados com êxito pela ANTAQ em 2024;

Aproximadamente **R\$ 65 mi** valor total de outorga a ser arrecadado:

R\$ 3,7 bilhões Previsão de investimentos dos leilões realizados em 2024.

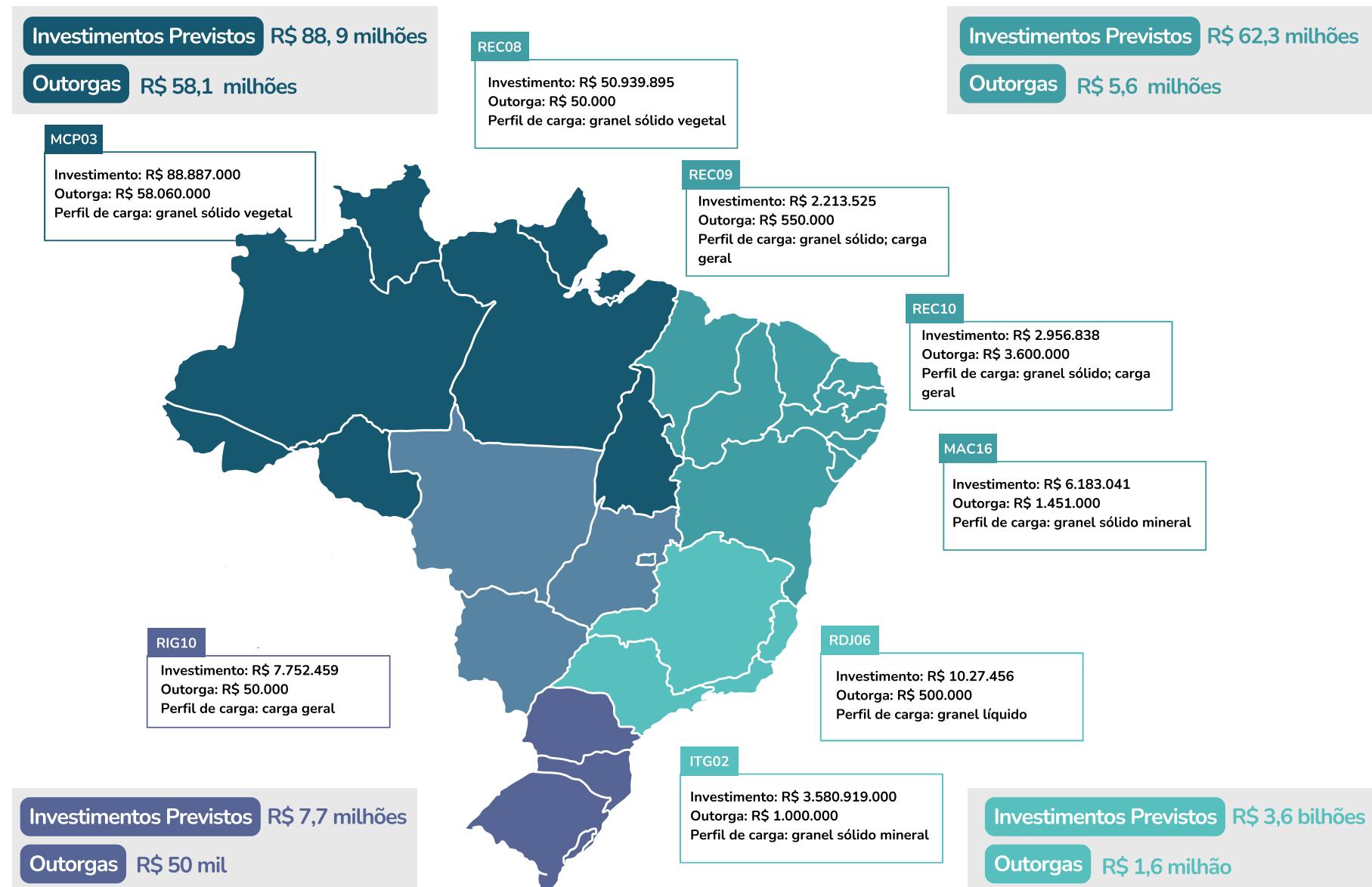


Figura 19: Leilões de arrendamento realizados com êxito em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

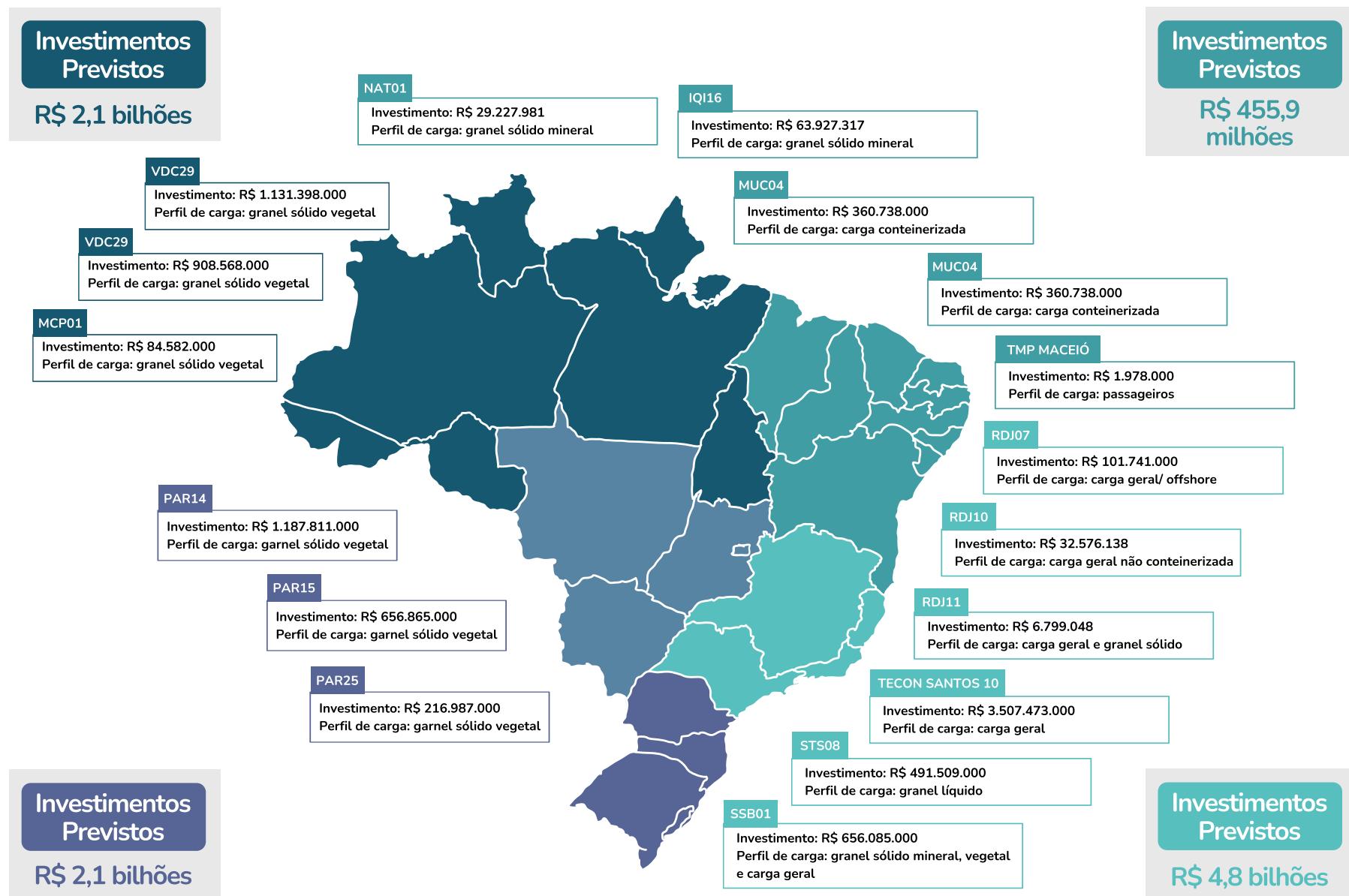


Figura 20: Leilões de arrendamento previstos para 2025. Fonte: ANTAQ, 2024.

INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS PRIVADAS

No âmbito do setor portuário privado, a Gerência de Outorgas de Autorização (GOA) é a responsável por realizar a análise de autorização das instalações portuárias privadas, quais sejam: Terminal de Uso Privado

(TUP), Estação de Transbordo de Cargas (ETC) e Instalação Portuária de Turismo (IPTUR). Ainda, compete à Agência realizar o registro das instalações de apoio ao transporte aquaviário, a saber: instalação de apoio,

Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4), estaleiros e instalações flutuantes. O site institucional da ANTAQ possui um [Painel de Instalações Privadas](#) que apresenta as principais informações desse setor.

TIPO DE INSTALAÇÃO	QUANTIDADE DE INSTALAÇÕES REGISTRADAS	REPRESENTATIVIDADE
Instalação de apoio	6	54,5%
Instalação portuária pública de pequeno porte	1	9,1%
Estaleiro	1	9,1%
Instalação flutuante	3	27,3%
TOTAL	11	100 %

Tabela 1: Quantidade de instalações registradas por tipo. Fonte: ANTAQ.

Em 2024, foram concedidas 6 novas outorgas de autorização de instalações portuárias, sendo 4 TUPs, 1 ETC, 1 IPTur, totalizando R\$ 16,78 bilhões de investimentos previstos e autorizados em 2024.

Em referência ao [Acórdão 6976/2020-TCU-Primeira Câmara](#), destaca-se a mobilização da Agência ao longo de 2024 para desenvolver Sistema de Acompanha-

mento de Investimentos em Infraestrutura e Embarcações de solução de tecnologia para acompanhamento dos investimentos em tempo real, já previsto no PEI 2025-2028 e no PDTIC 2025-2028. Essa solução fará parte do ambiente da Plataforma de Regulação Aquaviária (PROA) que integrará soluções de tecnologia relacionadas ao cadastro de embarcações, à

gestão de outorgas da navegação, à gestão de afretamentos, à análise de EVTEA e à gestão de outorgas portuárias, inclusive o acompanhamento da realização dos investimentos contratualmente previstos.

Ainda em 2024, foram emitidos 13 Termos de Liberação de Operação (TLO) e 7 Habilitações ao Tráfego Internacional (HTI).

INFRAESTRUTURA AQUAVIÁRIA: ESTRUTURAÇÃO DAS CONCESSÕES HIDROVIÁRIAS

Em relação à concessão de infraestrutura de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição aquaviária, é competência da ANTAQ atuar na estruturação das concessões e ser o poder concedente, nos termos do inciso [XXVIII, art. 27, da Lei nº 10.233, de 2001](#). Trata-se de uma competência nova e que vem apresentando bons resultados.

As **principais entregas** de 2024 em relação às desestatizações de infraestrutura de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição aquaviária são:

1. Desenvolvimento dos estudos técnicos e modelagens contratuais preliminares para concessão das hidrovias do Rio Madeira e do Rio Paraguai;
2. Instrução técnica para contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para elaboração de novos estudos de concessões hidroviárias;
3. Publicação da [Tomada de Subsídios nº 01/2024-SEPH](#) para obter contribuições, subsídios e sugestões ao projeto de estruturação de concessão da Hidrovia do Rio Madeira;
4. Publicação da [Audiência Pública nº 18/2024](#) para obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos e da modelagem proposta para a concessão da Hidrovia do Paraguai.

Na execução desse processo, as principais **dificuldades** encontradas pela SEPH foram:

1. Após a alteração da estrutura organizacional da ANTAQ, a SEPH foi criada para conduzir estudos do setor aquaviário e desenvolver novas atribuições voltadas à estruturação de desestatizações de infraestrutura aquaviária (hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição aquaviária), no entanto, não houve aumento da força de trabalho, o que gerou dificuldades para a execução dos projetos de 2024;
2. A infraestrutura física e operacional da SEPH foi diretamente afetada pela reforma interna no prédio sede da ANTAQ, dificultando a sinergia e a execução de trabalhos e reuniões quando realizadas de forma concomitante;
3. A entrada em vigência da nova Lei de Licitações em janeiro de 2024 exigiu a readequação dos procedimentos de contratação de estudos e

bases de dados utilizadas na SEPH, bem como a requalificação da equipe técnica.

Para 2025 há a **expectativa** de:

1. Celebração dos primeiros contratos de concessão de infraestrutura aquaviária nas hidrovias do Rio Paraguai e do Madeira;
2. Realização de treinamentos técnicos para a ANTAQ e outros órgãos intervenientes sobre gestão de infraestrutura aquaviária em parceria com o Corpo de Engenheiros do Exército Americano (USACE);
3. Abertura de Tomada de Subsídio para obter contribuições, subsídios e sugestões para o projeto de estruturação de concessão dos serviços de manutenção da Hidrovia Brasil-Uruguai (trecho Lagoa Mirim e Canal de São Gonçalo);
4. Abertura de consulta e audiência pública para obter contribuições, subsídios e sugestões ao projeto de estruturação de concessão da Hidrovia do Rio Madeira;
5. Celebração de parceria para desenvolvimento e estruturação da concessão dos serviços de manutenção da Hidrovia Verde (Rio Amazonas e foz - Barra Norte).

| NAVEGAÇÃO: AFRETAMENTO DE EMBARCAÇÕES

No que concerne à navegação, a ANTAQ é responsável por autorizar a operação das EBN; autorizar o afretamento de embarcações estrangeiras, registrar os afretamentos de embarcações brasileiras, bem como autorizar e administrar as alterações cadastrais referentes às EBNs.

As autorizações de afretamento estão dispostas no [Sistema de Informação Gerencial \(SIG\)](#), sendo a Gerência de Afretamentos (GAF) responsável por esse assunto. Esse sistema é alimentado por meio das informações inseridas no Sistema de Afretamento da Navegação Marítima (SAMA) pelas EBNs e pela ANTAQ.

Quantidade de afretamentos processados em 2024	10.370
Quantidade de registros processados em 2024	18.523
Quantidade de Registro Especial Brasileiro (REB)	104

Tabela 2: Solicitações no SAMA. Fonte: SAMA/ANTAQ, 2024.

| EMPRESAS BRASILEIRAS DE NAVEGAÇÃO (EBNs)

As informações sobre as EBNs autorizadas pela Agência estão disponíveis no [site da ANTAQ](#), sendo a Gerência de Outorgas de Autorização (GOA) responsável pelas informações.

	TIPO	NOVAS AUTORIZAÇÕES 2024	TOTAL AUTORIZAÇÕES VIGENTES 2024
Navegação Marítima	apoio marítimo	6	315
	apoio portuário	51	778
	cabotagem	8	119
	longo curso	0	55
	total	65	1267
Navegação Interior	longitudinal de cargas	23	324
	longitudinal de passageiros	4	227
	longitudinal misto	9	0
	travessia	58	1053
	total	94	1604

Tabela 3: Outorgas de autorização por tipo de navegação, 2024. Fonte: GOA/ANTAQ, 2024.

4.3. MACROPROCESSO DE FISCALIZAÇÃO

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEI 2021-2024 ASSOCIADOS:

OE02

Fortalecer a fiscalização e sua atuação responsável, a fim de assegurar o serviço adequado

A fiscalização dos serviços de transportes aquaviários busca como principal resultado a melhoria contínua dos serviços regulados, verificando as condições de higiene, conforto, continuidade, eficiência, regularidade, segurança, atualidade, atendimento ao interesse público, generalidade, pontualidade, cortesia na prestação do serviço e modicidade dos preços. Sinteticamente, objetiva propiciar à sociedade a prestação de serviços adequados na área de atuação da Agência.

Os serviços fiscalizados pela Agência podem ser divididos em duas grandes áreas: infraestrutura aquaviária e portuária, e navegação. Contemplam empresas de navegação interior e navegação marítima autorizadas pela ANTAQ a prestarem serviços de transportes aquaviários, afretamentos, embarcações e instalações em construção, contratos de arrendamentos portuários, TUPs, ETC, IPTur, instalações e apoio sob registro, instalações portuárias com benefício do REIDI e/ou prorrogações antecipadas e ordinárias com obrigação de investimentos, operadores portuários, portos organizados, incluindo os concedidos.

Outro foco importante é a cooperação entre órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que busca fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional, desenvolvendo ações ligadas à segurança de fronteiras, migração, meio ambiente, tráfico de drogas, entre outros.

As unidades organizacionais que compõe a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), unidade básica da ANTAQ responsável pelo macroprocesso de fiscalização, executam os processos e subprocessos da Cadeia de Valor com vistas a assegurar à sociedade a prestação de serviços adequados no setor de transportes aquaviários, garantindo a conformidade regulatória, o respeito aos marcos regulatórios e o direito dos usuários e consumidores dos serviços aquaviários. Os processos vinculados ao macroprocesso da fiscalização para o alcance de resultados envolvem o planejamento da fiscalização, a ação fiscal, a execução dos processos sancionadores e a articulação e coordenação de ações fiscais.

4.3.1. Resultados alcançados

■ PLANEJAMENTO DA FISCALIZAÇÃO

A ANTAQ planeja suas fiscalizações anualmente a partir de seu Plano de Fiscalização Anual (PAF) de forma a otimizar os recursos humanos e financeiros da Agência, no qual os entes regulados são fiscalizados.

A elaboração do PAF utilizou um Modelo Quantitativo de Risco estruturado a partir da análise do histórico comportamental dos agentes fiscalizados para que as ações fiscalizadoras sejam proporcionais à conduta histórica identificada, alinhado à teoria da fiscalização responsável. Resumidamente, as fiscalizações da ANTAQ são planejadas de acordo com o comportamento histórico de cada regulado, visando racionalizar o dispêndio de energia fiscalizatória, trazendo benefícios para a Agência e para o setor. O PAF 2024 foi aprovado pelo [Acórdão nº 703/2023-ANTAQ](#), com a previsão de 575 fiscalizações, distribuídas em 3 grandes áreas de fiscalização (navegação interior, navegação marítima e portuária).

Os processos de cada unidade de fiscalização da ANTAQ são monitorados a partir de relatórios semanais de acompanhamento.

■ AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Ao longo de 2024 foram realizadas 1.336 ações de fiscalização, sendo 538 programadas (40%) e 798 extraordinárias (60%). Este número se referiu, principalmente, aos processos instaurados de ofício por diferentes razões, tais como aferir a adimplência de autoridades portuárias e de empresas arrendatárias com relação à obrigação contida no art. 34 da [Resolução ANTAQ nº 43, de 31 de março de 2021](#). Por outro lado, a quantidade de fiscalização programada foi a menor da série histórica.

O PAF 2024 consolidou uma tendência observada desde 2021: uma redução do número das fiscalizações programadas acompanhado de um aumento das fiscalizações extraordinárias.

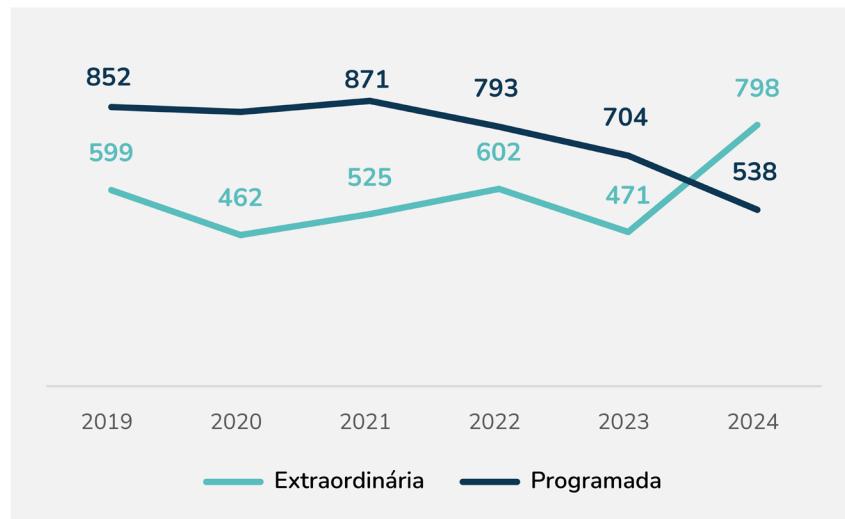


Gráfico 3: Fiscalizações programadas e extraordinárias – 2019 e 2024. Fonte: SFC/ ANTAQ, 2024.

A Agência acompanha a execução de seu PAF por meio do Indicador de Execução do Plano Anual de Fiscalização (EPAF) e em 2024 foi de 94%, com apenas 37 cancelamentos de ações fiscalizatórias no ano.

Sob outro aspecto de execução, as fiscalizações de rotina, que são inspeções praticadas semanalmente pelas equipes de fiscalização na área portuária e de navegação interior, em 2024, totalizaram 2.419, o que representa uma queda em relação ao ano anterior de 25%.



Gráfico 4: Fiscalizações de rotina – 2019 e 2024. Fonte: SFC/ ANTAQ. 2024.

O número de demandas da Ouvidoria direcionadas à fiscalização da Agência pode ser considerado como um dos mais relevantes no tocante ao controle social desempenhado pela população, que atua subsidiando a fiscalização no combate ao cometimento de infrações e na manutenção dos níveis satisfatórios do serviço prestado.

As unidades da SFC atenderam 812 demandas registradas no sistema da Ouvidoria da Agência, apresentando um aumento expressivo de 82% em relação a 2023. Houve a instauração de 332 processos de fiscalização extraordinária decorrentes dessas demandas.



Gráfico 5: Demandas da Ouvidoria para Fiscalização – 2019 e 2024. Fonte: SFC/ANTAQ, 2024.

Em 2024, a aplicação de medidas administrativas cautelares concentrou-se na GRBL, com a finalidade de interdição de operações de transporte longitudinal interestadual de passageiros e/ou cargas sem autorização da ANTAQ.

O destaque para o processo de aperfeiçoamento da ação fiscalizatória e de realização de ações conjuntas com órgãos de inteligência federais recai sob a atuação conjunta com a Marinha do Brasil para a ampliação das autorizações para empresas de navegação interior na região do extremo norte do País.

AUTOS DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÕES DE CORREÇÃO DE IRREGULARIDADE (NOCI)

Em 2024, foram lavrados 312 autos de infração, gerando, consequentemente, a mesma quantidade de processos administrativos sancionadores, o que representou uma queda de 23% em relação ao ano de 2023. Em relação às notificações de correção de irregularidade (NOCI), também se verificou uma redução em 2024 frente aos números de 2023 (menos 6%). Importante destacar que cada NOCI pode ter um ou mais fatos infracionais e prazos variados para

correção. Face a diretriz interna, não pode ser expedida NOCI pelo período de 1 ano a contar da expedição da última NOCI pela mesma infração, devendo neste caso ser lavrado Auto de Infração diretamente, exceto quando o fiscal identificar que a emissão de uma nova NOCI dará maior celeridade ao processo, não configurando medida protelatória pela empresa, caso em que deverá motivar expressamente a sua escolha.



Gráfico 6: Autos de Infração e NOCI, por ano da ciência – 2019 e 2024. Fonte: SFC/ ANTAQ, 2024.

Um indicador associado à prestação de serviço adequado é o Índice de Permanência de Irregularidades (IPI). Observa-se queda a partir de 2019, com uma redução de 62% do IPI no comparativo entre 2019 e 2024. Conjun-

tamente, observa-se que cerca de 3% do universo de empresas fiscalizadas em 2024 (29 de um total de 951 empresas) incorreu em infrações idênticas às cometidas anteriormente.

ACOMPANHAMENTO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)

Foram celebrados quatro TACs decorrentes de julgamentos de processos sancionadores em que a Agência possibilita a celebração de TAC alternativamente à aplicação de penalidade de multa. Os critérios e procedimentos para a celebração do TAC no âmbito da ANTAQ são estabelecidos pela [Resolução ANTAQ nº 92, de 15 de dezembro de 2022](#).

ARTICULAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

Em 2024, a ANTAQ avançou em sua articulação junto a outras instituições, com destaque:

Ordem de Serviço nº 2/2024/SFC: estabelece ações e procedimentos para a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em documentos presentes em processos finalísticos, como os de fiscalização e sanções, além de outros processos administrativos que tramitam nas unidades de fiscalização da ANTAQ, visando garantir a conformidade com a legislação vigente e proteger a privacidade das informações.

Programa Mais Brasil: a ANTAQ aderiu ao Programa Mais Brasil, iniciativa do Ministério da Justiça, que possibilita o monitoramento remoto de instalações portuárias e serviços de navegação através de imagens. Além disso, foi incluída a base de dados do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) nas pesquisas disponíveis para a ANTAQ no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Essa integração aprimora a capacidade de fiscalização e segurança nos portos brasileiros.

Promoção do 5º Curso de Operação Básica de Drones: A ANTAQ promoveu o 5º curso de operação

básica de drones, com o objetivo de capacitar mais fiscais das Regionais da Agência. Essa iniciativa busca ampliar o uso de tecnologias modernas na fiscalização e monitoramento das atividades portuárias, proporcionando maior eficiência e precisão nas operações.

Dentre as iniciativas executadas pelas gerências e unidades regionais da ANTAQ, destacam-se:

Evolução de ferramenta tecnológica para prevenção de acidentes e incidentes nos portos de Santos e São Sebastião: ao longo do ano, a Gerência Regional de Santos (GREST) coordenou o projeto de evolução do aplicativo Oi-Cepai, implementado em 2023 para auxílio da Comissão Estadual de Prevenção de Acidentes e Incidentes do Complexo Portuário de Santos e São Sebastião (Cepai/SP). Trata-se de uma plataforma digital desenvolvida para integrar e agilizar a comunicação entre terminais e autoridades inicialmente no registro de ocorrências de segurança (*safety*), e agora de proteção (*security*) nos portos de São Paulo, com potencial para abranger todas as instalações portuárias brasileiras.

Instalação de Gabinete de Crise devido à seca histórica da Região Norte: em outubro de 2024, a Gerência Regional de Manaus (GREMN) instalou Gabinete de Crise com representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Capitania dos Portos, Governo do Amazonas e operadores de travessia, devido à seca histórica que se abateu sobre a Região Norte, deixando o nível dos rios muito baixo, com o aparecimento de bancos de areia, o que elevou o tempo do transporte aquaviário de travessias de rios amazônicos e impactou no tráfego das rodovias federais. Um dos objetivos do grupo de trabalho foi manter o fluxo regular de movimentação de veículos na BR-319. Posteriormente a Diretoria Colegiada deliberou pela instalação do Comitê Permanente de Prestação Adequada de Serviço na Travessia Manaus (AM) - Careiro da Várzea (AM), a partir dos bons trabalhos prestados no momento emergencial.

Atuação da fiscalização da ANTAQ no Festival de Parintins: entre os dias 24 de junho e 1º de julho, equipe de 7 fiscais da ANTAQ averiguou os serviços prestados na Instalação Portuária Pública de Pequeno Porte (IP4) de Parintins e nas empresas de navegação que, operando nas linhas entre as cidades do Amazonas e do Pará, fizeram escalas em Parintins. O Festival folclórico ocorreu nos dias 28, 29 e 30 de junho, período em que a população da cidade, de 100 mil habitantes, praticamente duplica.

1.336 ações fiscais;

2.419 procedimentos de rotinwa;

312 autos de infração lavrados e processos sancionadores instaurados;

147 NOCIs;

R\$ 4.429.361
multas aplicadas em 2024;

94% Indicador de Execução do Plano de Fiscalização (EPAF).

O ano de 2024 apresentou uma série de desafios para a área de fiscalização da ANTAQ. Entre os principais obstáculos enfrentados, destacam-se:

Déficit Crescente de Pessoal: impactou diretamente a capacidade de conduzir as fiscalizações presenciais e os processos administrativos, resultando em sobrecarga de trabalho para os fiscais. Entre 2015 e 2024, houve uma redução de 34% do número de fiscais na ANTAQ em função de aposentadorias, exonerações e remoções internas.

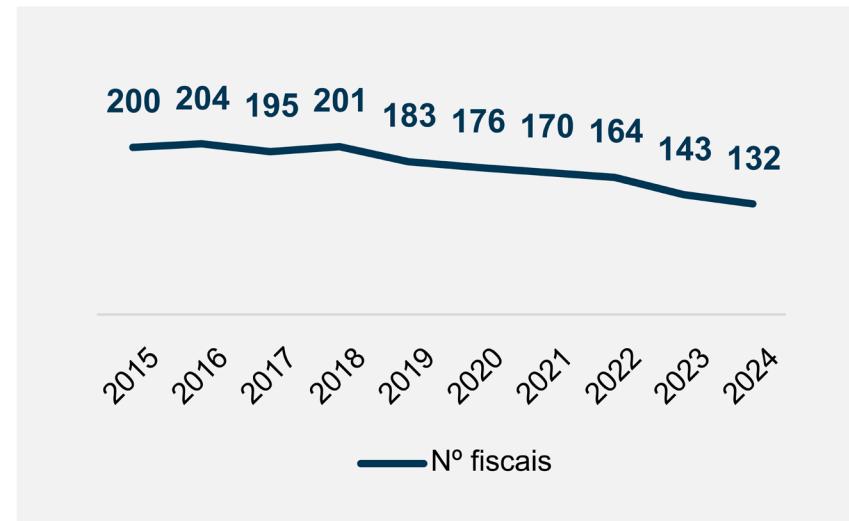


Gráfico 7: Evolução do número de fiscais da ANTAQ, 2015 a 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Alta Carga de Trabalho por Demanda de Outras Unidades Básicas da Agência: A fiscalização também sofreu com a alta carga de trabalho gerada pelas demandas de outras unidades básicas da ANTAQ. As requisições constantes e a necessidade de suporte técnico e operacional para outras áreas da Agência aumentaram significativamente o volume de tarefas a serem realizadas pelos fiscais. Esse cenário resultou em uma gestão de tempo desafiadora e na sobrecarga dos fiscais.

Falta de Padronização entre as Regionais de Tarefas Demandadas pela SFC e Demais Setoriais da ANTAQ: A ausência de padronização entre e intra-gerências regionais da ANTAQ nas tarefas demandadas pela SFC e demais setoriais da agência também representou um desafio, ensejando em inconsistências, retrabalho e prejudicando a implementação de melhorias contínuas.

Os desafios enfrentados em 2024 reforçam a necessidade de investimentos em recursos humanos, a padronização de processos e a revisão das demandas interdepartamentais para otimizar a capacidade de fiscalização da ANTAQ. A implementação da Gerência de Coordenação das Unidades Regionais (GCOR) em 2024 auxiliará nas seguintes ações:

1. Criação de grupos especializados de fiscalização;
2. Realização do Curso de Fiscalização em novo formato;
3. Foco na forma como as Autoridades Portuárias fiscalizam as operações portuárias.

4.4. MACROPROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO AQUAVIÁRIO

Para o bom cumprimento da regulação, supervisão, harmonização e preservação do interesse público, dos objetivos dos usuários, das empresas e entidades que atuam no setor de transportes aquaviários, faz-se necessário que a Agência amplie seu conhecimento do mercado regulado.

Nesse sentido, os subsídios para que se alcance esses objetivos passam pela produção de conhecimento sobre o setor, por meio do desenvolvimento de estudos e pesquisas e pela construção, manutenção e disponibilização de bases de dados, que possam

ser utilizadas pelos órgãos e entidades competentes na formulação de políticas públicas, bem como na elaboração de normas regulatórias específicas e de fiscalização.

O macroprocesso de Produção de Conteúdo Aquaviário compreende o processo de desenvolvimento de estudos e pesquisas, a consolidação e divulgação de estatísticas e informações e a promoção de tecnologias e inovações do setor aquaviário, relacionando-se ao objetivo estratégico aumentar o conhecimento sobre o mercado regulado.

4.4.1. Resultados alcançados

ESTUDOS E PESQUISAS

O desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre transportes e infraestruturas portuária e aquaviária permite a redução da assimetria de informações, embasando as ações regulatórias, fiscalizatórias, o planejamento do setor. Quanto mais amplas e confiáveis forem as bases de

dados sobre as movimentações e transporte de carga e passageiros no modal aquaviário, melhor serão formulados os planos logísticos, cujos escopos envolvam ações estratégicas, investimentos e previsões de demanda e oferta.

A ANTAQ, consoante o art. 27 da [Lei nº 10.233, de 2001](#), realiza estudos e pesquisas através da SEPH que, uma vez aprovados pela Diretoria Colegiada, são disponibilizados para a sociedade na página da internet da Agência, seção de [Estudos e Pesquisas](#), assim como na [Plataforma Sophia](#) e amplamente divulgados pela Agência aos representantes do setor público, regulados e da sociedade.

Em 2024, ocorreu alteração da estrutura organizacional da ANTAQ realizada por meio de seu novo Regimento Interno (Resolução ANTAQ nº 116, de 22 de agosto de 2024) que institui a Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários (SEPH), com competências previstas no art. 56, que incluem a proposição e a execução da Agenda Plurianual de Estudos, bem como as recentes competências de proposição do plano geral de outorgas de exploração de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária e a estruturação das concessões de hidrovias, eclusas e outros dispositivos de transposição hidroviária relativas à estruturação de concessões hidroviárias, até então inexistentes na ANTAQ.

Os estudos e pesquisas produzidos pela SEPH compõe a [Agenda de Estudos Plurianual 2021-2024](#) (aprovada pelo [Acordo nº 115-2024-ANTAQ](#)), um im-

portante instrumento de planejamento, gestão e transparência que reúne os estudos prioritários a serem desenvolvidos no quadriênio, cuja execução é monitorada pelo Indicador de Execução da Agenda Plurianual de Estudos (IAPE).

Esse indicador está previsto no [Plano Estratégico da ANTAQ 2021-2024](#) e vinculado ao objetivo estratégico “aumentar o conhecimento sobre o mercado regulado”. O IAPE é um indicador de tendência e representa o alcance de 40% desse objetivo. A meta de 2024 era totalizar a conclusão de 83%, 24 de 29 dos estudos previstos da Agenda ao final do ano, registrando-se o IAPE de 58,6% com a aprovação e publicação de 5 estudos em 2024:

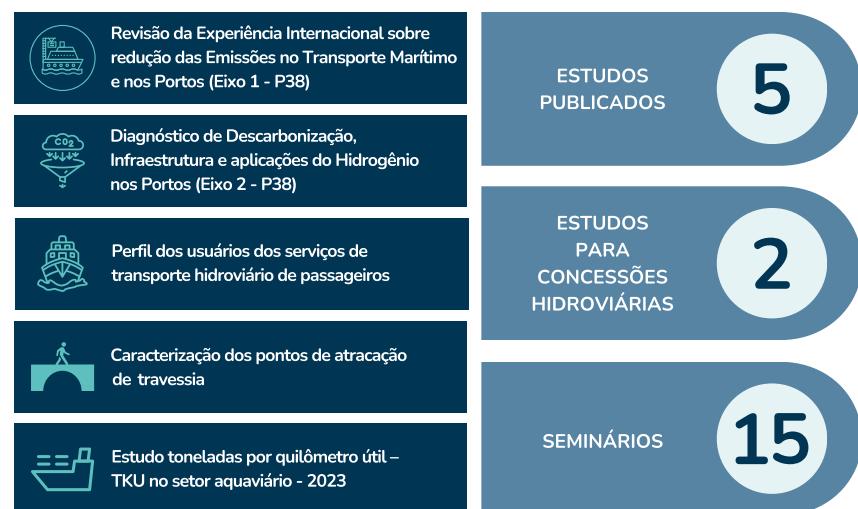


Figura 21: Estudos publicados em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Sobre as perspectivas de novos estudos para 2025, citam-se as seguintes ações:

I. Continuidade da execução de nove estudos da Agenda Plurianual de Estudos - Ciclo 2021-2024, conforme a seguir:

- a. P9 -Pesquisa de satisfação dos usuários dos portos;
- b. P34 -Pesquisa de Satisfação dos Usuários da navegação de cabotagem;
- c. P23 -Critérios de saturação da competitividade nas linhas de travessias;
- d. P25 -Levantamento e análise dos custos, receitas e despesas na operação portuária nacional e internacional, por perfil de carga, conforme a segregação do Plano Nacional de Logística (PNLP);
- e. P26 -Definição de conceitos e indicadores de prestação de serviço adequado nos portos organizados e instalações portuárias;
- f. P37 -Metodologia de cálculo do índice de produtividade dos reajustes e revisões tarifárias dos portos organizados (fator X);
- g. P38 -Diagnóstico sobre descarbonização no setor portuário, abrangendo a adequação dos portos brasileiros no que se refere à recepção de embarcações com combustível verde, produção de energia eólica, eletrificação de equipamentos portuários e sistemas OPS;

h. P39 -Diagnóstico das ações realizadas pelos Portos Públicos e Terminais de Uso Privado para fortalecer a relação Porto-Cidade: iniciativa conjunta da ANTAQ, do Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR e da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ). Os produtos já foram entregues pela consultoria e avaliados pelas áreas técnicas no ano de 2024, e estão atualmente aguardando apreciação pela Diretoria Colegiada.

- i. P40 - Diagnóstico sobre a implantação de terminais de uso privado;
- j. P41 - Diagnóstico de demanda e oferta de serviços para fornecimento de combustíveis para abastecimento de embarcações.

II. Novos estudos aprovados na Agenda Plurianual de Estudos, Ciclo 2025-2028, nos termos do [Acórdão n° 782-2024-ANTAQ](#), listados a seguir:

- a. P1 - Estudo sobre as condições dos acessos terrestres dos portos organizados;
- b. P2 - Estudo sobre as condições dos acessos aquaviários dos portos organizados;
- c. P6 - Atualização das Vias Economicamente Navegadas (ano-base 2025);
- d. P8 - Selo Verde para a Navegação.

DADOS E INFORMAÇÕES DO MERCADO REGULADO

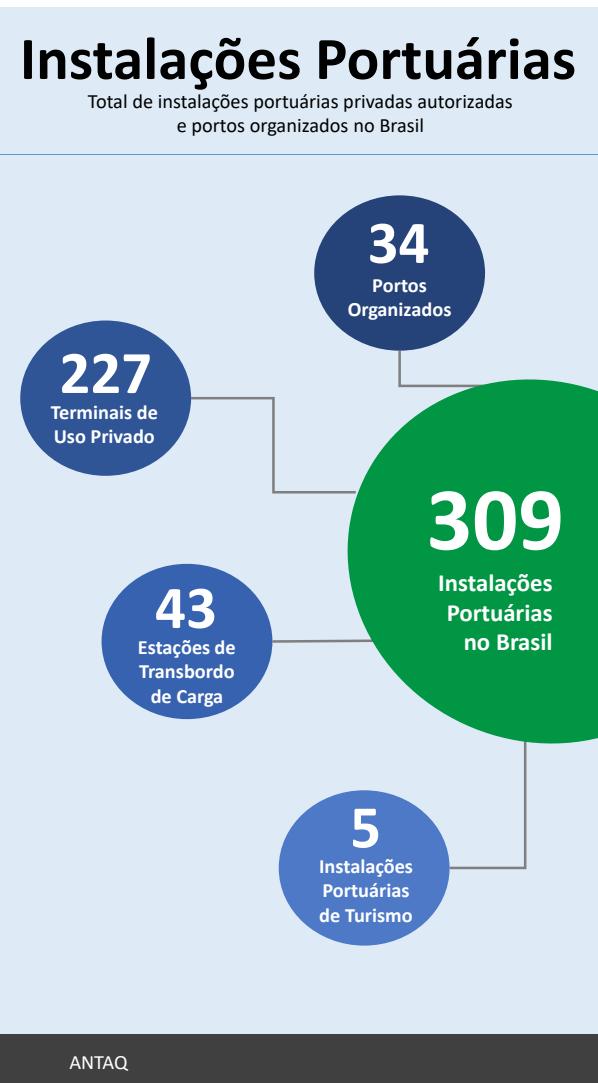


Figura 22: Instalações Portuárias no Brasil, 2024.
Fonte: ANTAQ, 2024.

A ANTAQ desempenha papel importante na coleta, tratamento e publicação dos dados sobre o setor regulado, envolvendo portos organizados (delegados, concedidos e sob administração das Companhias Docas), terminais arrendados neles localizados e terminais privados sob outorgas de autorização.

Atua como centralizadora de dados provenientes dessas instalações portuárias, com aspectos de movimentação de carga, tempos operacionais de navios, tempos de paralisação de operações, tarifas praticadas pelas autoridades portuárias, operações de atracação, pares origem e destino no transporte de cargas e passageiros embarcados/desembarcados, dentre outros atributos relacionados ao setor portuário e marítimo.

Para aprimorar a qualidade dos dados coletados das instalações portuárias por meio do Sistema Desempenho Portuário da ANTAQ – SDP, a Agência organizou, no Porto de Pecém, o Encontro do SDP com o intuito de reunir todos os portos organizados e alguns terminais autorizados do Brasil para discutir situações atuais e prospectar evoluções no sistema e soluções que possam servir para integrar cada vez mais o sistema portuário brasileiro.

Em 2024, a Agência também elaborou a Metodologia de Cálculo dos Indicadores do Estatístico Aquaviário da ANTAQ - EA/ANTAQ, com o intuito de uniformizar e dar publicidade aos conceitos, regras e critérios adotados pela Agência para o cálculo dos indicadores apresentados no Painel Estatístico da ANTAQ.

No ano de 2024, 217 instalações portuárias enviaram informações ao SDP, reportando suas atracações ou ausência delas para cada mês do ano, em um total de 82 mil atracações reportadas nas instalações autorizadas pela Agência. Esses dados são analisados de diferentes formas agregadas, como por instalação, por navegação, por perfil de carga, por mercadoria e, sempre que necessário, também de forma individualizada, visando garantir a qualidade dos dados.

A publicação dos dados compilados na Agência é feita por meio do [Estatístico Aquaviário](#), dos [Boletins Aquaviários Trimestrais](#), esses últimos apresentam uma visão mais detalhada do comportamento do setor em cada trimestre e do Anuário em evento institucional realizado juntamente com a ASCOM.

Assim, a base de conhecimento da ANTAQ continua incorporando importantes dados, de forma que a capacidade de gerar informações para o planejamento do Governo, projetos de instalações, estudos e pesquisas da academia e da Agência, entre outras aplicações, tornam-se cada vez mais facilitadoras para todos do setor.

Reconhecendo que a ausência de conhecimento e a manutenção de bases de dados robustas comprometem o planejamento e a formulação de políticas públicas, torna-se imprescindível o trabalho em demandas específicas. Isso inclui a ampliação do escopo dessas bases, com ênfase na integração de dados provenientes de outros órgãos, como a Receita Federal e o MPOR.

O enfrentamento da ausência de dados em outros modais (principalmente dos pares OD internos e seus fretes), a uniformização de nomenclaturas e metodologias existentes entre os dados de bases como Mercante e Porto sem Papel, a existência de plano logístico único para o setor, com efetivo atrelamento às políticas públicas praticadas por órgãos como o Programa de Parcerias em Investimentos (PPI), constituem-se em macro desafios que devem ser enfrentados conjuntamente.

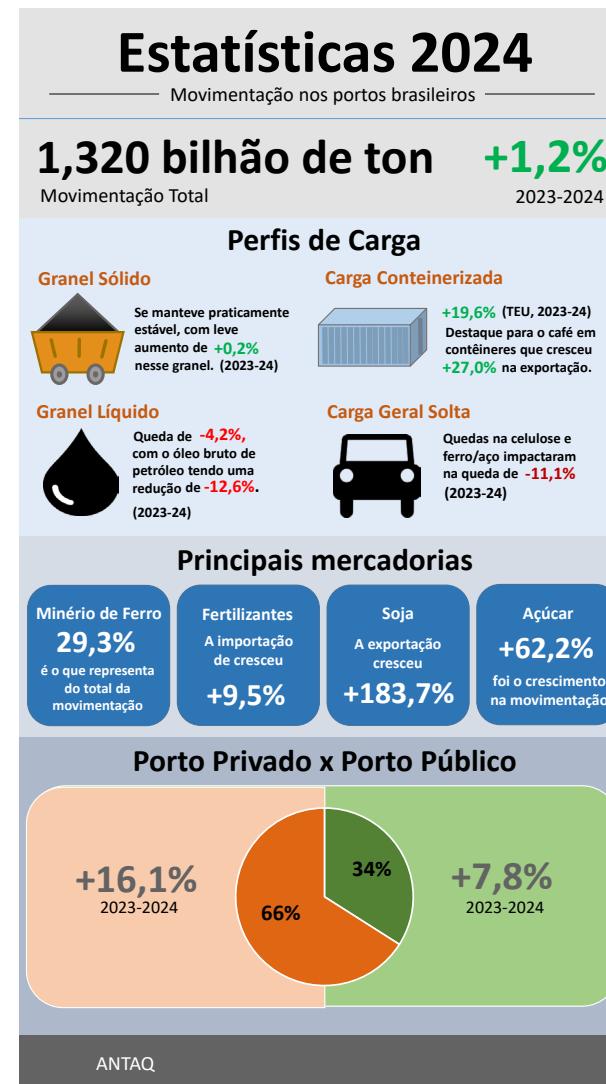


Figura 23: Estatísticas de movimentação de carga nos portos organizados, 2024. Fonte: GEA/ANTAQ, 2025.

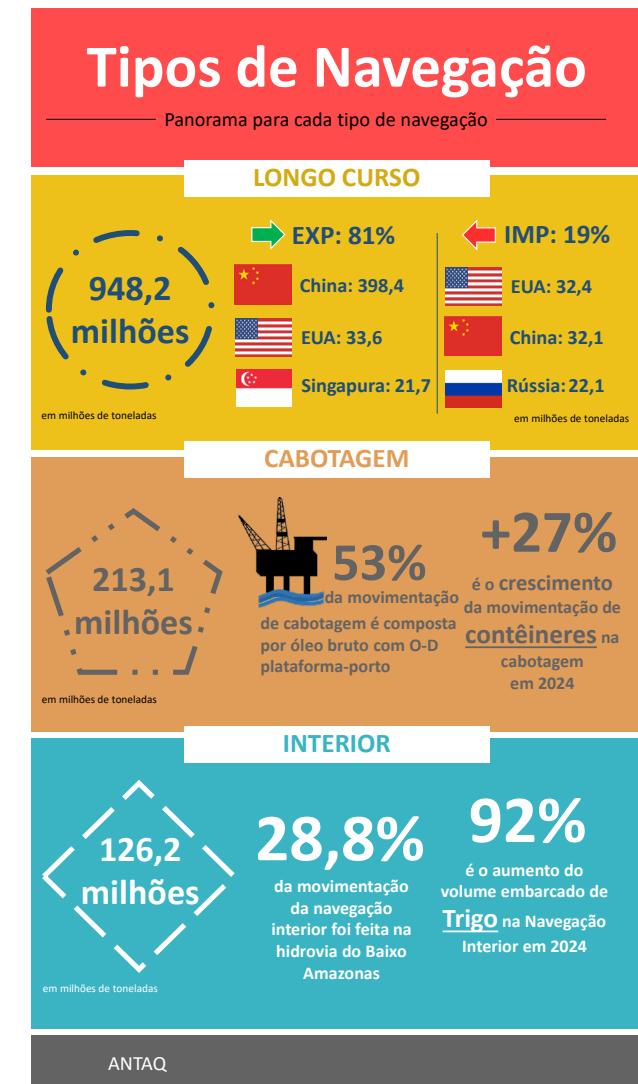


Figura 24: Estatísticas de movimentação de carga por tipo de navegação, 2024. Fonte: GEA/ANTAQ, 2025.

Em 2024, o setor aquaviário brasileiro apresentou a maior movimentação registrada na sua série histórica, chegando a 1,32 bilhão de toneladas de cargas, o que representa um crescimento de 1,2% em relação ao ano de 2023.

Entre os destaques percentuais das mercadorias movimentadas estão o Trigo com crescimento de 39,51% (9,03 milhões de toneladas de cargas), o

Gás de Petróleo com alta de 35,31% (5,29 milhões de toneladas de cargas) e os Combustíveis, Óleos E Produtos Minerais com aumento de 23,63% (4,06 milhões de toneladas de cargas).

Os estudos da ANTAQ indicam que a movimentação alcançará 1,33 bilhão de toneladas em 2025, imprimindo um crescimento de 1,1% em relação a 2024.

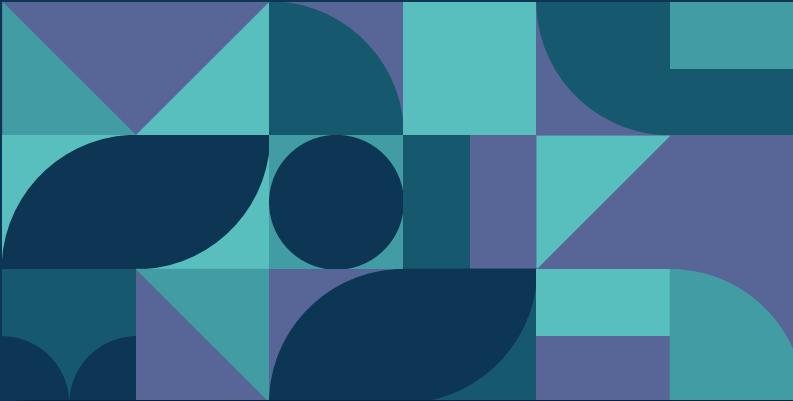
| PROMOÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS, TECNOLOGIAS E INOVAÇÕES APLICÁVEIS AO SETOR AQUAVIÁRIO

Celebração de diversos Acordos de Cooperação Técnica (ACT), Termos de Execução Descentralizada (TED) e parcerias estratégicas para aprimo-

ramento técnico e regulatório do setor aquaviário, com entidades nacionais e internacionais.

TEMA	LOCAL	AGENTES
Projetos de concessão de hidrovias	Canal do Panamá	Autoridade do Canal do Panamá
Projetos de concessão de hidrovias	Washington	USACE Headquarters
Projetos de concessão de hidrovias	Sault Saint Marie	USACE Soo Locks
Projetos de concessão de hidrovias	Montevideo	Mercosul
Eixo 2 - Descarbonização do Setor Portuário	ANTAQ	Setor Portuário
Relação Porto-Cidade	Santos	APS, Prefeitura e outros
Lançamento da Audiência Pública da concessão hidroviária do Madeira	MPOR	Setor aquaviário
Lançamento da Audiência Pública da concessão hidroviária do Paraguai	MPOR	Setor aquaviário
Apresentação do projeto de Concessão do Paraguai à Bolívia	ANTAQ	Autoridades Bolivianas
Apresentação do projeto de Concessão do Paraguai ao Paraguai	ANTAQ	Autoridades Paraguaias
O Futuro da Hidrovia Paraná-Paraguai	Buenos Aires	Comitê Intergovernamental da Hidrovia - CIH e Global Ports
I Fórum Fluvial Sudamericano	Montevidéu	J&F Mineração
Apresentação do Projeto de Concessão dos Serviços da Hidrovia do Madeira	Porto Velho e Manaus	ANTAQ e MPOR
Cerimônia de assinatura do ACT dos Estudos de Concessão das Hidrovias dos Rios Tocantins e Tapajós	MPOR	MPOR
Apresentação de resultados: estudo sobre Descarbonização do Setor de Infraestrutura Logística	IBI	Setor Portuário

Quadro 5: Participação em seminários e eventos. Fonte: ANTAQ, 2024.



CAPÍTULO 5

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

5.1. MACROPROCESSO DE GOVERNANÇA E ESTRATÉGIA

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEI 2021-2024 ASSOCIADOS:

OE07

Aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social

OE08

Fortalecer a governança e o planejamento com foco na integração e inovação de processos

O macroprocesso “Governança e Estratégia” é composto por processos transversais de direcionamento, monitoramento e avaliação dos macroprocessos financeiros e de gestão e suporte, considerando os interesses, as necessidades e os direitos das partes interessadas e da sociedade, regulando as interações entre elas

e o governo. Abrange os seguintes processos: “Integridade e ética”; “Desenvolvimento organizacional”, “Promover a participação da sociedade”; “Gerir governança dos processos organizacionais”; “Gerir riscos e controles”; “Gerir desempenho”; “Realizar gestão executiva”; “Comunicação”; “Articulação e relações institucionais” e “Consultoria jurídica”.

5.1.1. Resultados alcançados

5.1.1.1. Desenvolvimento organizacional

Desenvolvimento organizacional é um processo contínuo e sistemático que visa melhorar a eficácia e a saúde de uma organização. No contexto da ANTAQ, o desenvolvimento organizacional está intrinsecamente ligado ao aprimoramento das práticas de governança e gestão, buscando alinhar os esforços internos com os objetivos estratégicos estabelecidos pela Agência. Isso envolve a capacitação dos colaboradores, a implementação de novas tecnologias e processos, e a promoção de uma cultura organizacional que favoreça a inovação e a colaboração.

Ao promover o desenvolvimento organizacional, a ANTAQ assegura que suas operações não apenas atendam às demandas regulatórias e de mercado, mas também gerem valor público significativo. Essa abordagem contribui para que a Agência se mantenha relevante e eficaz diante das mudanças no

setor aquaviário e das expectativas da sociedade. Além disso, o desenvolvimento organizacional facilita a adaptação da ANTAQ às novas políticas públicas e regulações, garantindo que suas ações estejam sempre em consonância com as diretrizes governamentais.

Dessa forma, ao investir no desenvolvimento organizacional, a ANTAQ não só fortalece sua capacidade de resposta às necessidades imediatas, mas também se prepara para enfrentar os desafios futuros, assegurando um impacto positivo e duradouro no setor e na sociedade.

De acordo com a nova Cadeia de Valor, o processo “desenvolvimento organizacional” é composto pelos subprocessos “gerir estratégia”, “gerir políticas internas e normativos”, “gerir a estrutura organizacional” e “aprimorar a governança”.

I GESTÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Em razão da reestruturação de cargos promovida pelo [Decreto nº 12.104, de 8 de julho de 2024](#), a ANTAQ aprovou seu novo Regimento interno, nos termos da [Resolução ANTAQ nº 116, de 22 de](#)

[agosto de 2024](#), reestruturando a Superintendência de ESG e Inovação (SESGI), Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais (SFC), a Secretaria- Geral (SGE) e criou

a Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários (SEPH), composta pela Gerência Especial de Estudos (GEE) e pela Gerência de Estudos Hidroviários (GEH).

5.1.1.2. Gestão da governança dos processos organizacionais

A gestão da governança dos processos organizacionais é fundamental para assegurar que a ANTAQ avance em direção a uma gestão mais eficiente e eficaz, o que envolve os subprocessos de “promover a cultura de gestão por processos e projetos”, “otimizar processos organizacionais” e “gerir repositório de processos organizacionais”.

A otimização dos processos organizacionais busca eliminar redundâncias, reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços prestados. A gestão eficaz do repositório de processos organizacionais permite uma visão clara e integrada de como as atividades são interconectadas, possibilitando identificar gargalos e oportunidades de melhoria.

A gestão de processos organizacionais na ANTAQ está em constante amadurecimento na

Agência, consolidando-se como um mecanismo gerencial estratégico, de alto impacto, no qual os processos são vistos como eixos articuladores de transformações e melhorias organizacionais. A proposta da gestão por processos é entregar resultados por meio do alcance dos valores representados na Cadeia de Valor, sendo eles:

- Confiança, previsibilidade e transparência no processo regulatório;
- Mitigação de falhas de mercado e redução das assimetrias de informações;
- Oferta de serviços aquaviários eficientes e seguros, promovendo o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável;

- Conhecimento para o desenvolvimento do setor aquaviário;
- Transparência, integridade, cooperação, equidade e sustentabilidade;
- Eficiência, capacitação, modernização e inovação.

De forma a produzir esses resultados, a estrutura da Cadeia de Valor é composta de seis macroprocessos:

- Regulação;
- Outorga;
- Fiscalização;
- Produção de conhecimento aquaviário;
- Governança e estratégia;
- Gestão e suporte.

MELHORIAS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

Em 2024, o novo Regimento Interno da ANTAQ ([Resolução nº 116/2024](#)) transformou a Coordenadoria de Processos Organizacionais na Divisão de Processos Organizacionais (DPO), que integra a Gerência de Governança, Gestão e Planejamento (GGGP), vinculada à SGE. A DPO tem como objetivo propor a metodologia de gestão de processos, disseminar métodos, padrões e ferramentas que viabilizem a gestão de processos como instrumento contínuo da gestão estratégica da ANTAQ.

O Programa “Navegue Simples”, instituído pelo [Decreto nº 12.078, de 25 de junho de 2024](#), tem a finalidade de desburocratizar, inovar e simplificar as outorgas portuárias, no qual a ANTAQ atua em conjunto com o MPOR. Nesse sentido, a Ordem de Serviço Conjunta nº 1/2023/ANTAQ/SNPTA, de maio de 2023, buscou simplificar e desburocratizar os processos de autorização de terminais privados que envolvem a análise conjunta do MPOR e da ANTAQ. O GT inte-

r institucional responsável pela implementação do programa, dedicou-se a uma profunda revisão dos fluxos processuais relacionados, cujas conclusões foram consolidadas no “Relatório Diagnóstico”.

A metodologia adotada envolveu o mapeamento e redesenho de 15 fluxos processuais identificados, partindo da análise de sua forma atual (“*as is*”) para a especificação de ineficiências e melhorias, com subsídios do setor regulado, obtidos por meio de tomada de subsídios. As ações incluíram revisão crítica dos fluxogramas atuais, com propostas de otimização de fluxos, eliminação de garrafais e ajustes normativos, resultando na criação de novos fluxogramas (“*to be*”). A implementação das melhorias prevê a redução de até 70% nos prazos de tramitação, promovendo a modernização, o crescimento sustentável e maior atratividade do setor portuário privado para os investidores.



O relatório do GT, aprovado pela Diretoria Colegiada ([Acórdão nº 661/2024](#)), identificou os principais desafios nos processos de autorização de terminais privados, bem como as oportunidades para superá-los:

- a.** simplificação e padronização: definição de modelos e guias para reduzir retrabalhos e atrasos;
- b.** redução de prazos: maior celeridade na emissão de declarações e análises documentais;
- c.** integração entre órgãos: fortalecimento da coordenação entre SNPTA e ANTAQ;
- d.** uso de tecnologia: automação para melhoria dos processos, da gestão documental e da comunicação;
- e.** capacitação e recursos humanos: aumento de equipes e formação contínua para atender à demanda crescente.

5.5.1.3. Gestão do desempenho

O processo de gestão de desempenho é considerado transversal às unidades organizacionais, uma vez que busca alinhar as atividades e os processos

da Agência necessários ao alcance da missão e de seus objetivos estratégicos, garantindo que todos os esforços estejam direcionados para a entrega

de um valor público. Nesse sentido, a ANTAQ vem mobilizando esforços para aprimorar suas entregas e aprimorar seus processos organizacionais.

PROGRAMA DE GESTÃO E DESEMPENHO

A gestão do desempenho organizacional, no que se refere ao cumprimento da estratégia da autarquia, foi realizada no bojo do Plano de Gestão Anual (PGA 2024) e do Plano Estratégico Institucional (PEI 2021-2024) que, durante 2024, foram monitorados pelo [Painel de Monitoramento da Estratégia](#), dispon-

nível na página da internet para consulta da sociedade. Os dados de execução das ações do PGA (bem como os projetos estratégicos e indicadores institucionais) são inseridos no Sistema de Medição de Desempenho (SMD), alimentado diretamente pelos gestores responsáveis pelas informações.



Figura 25: Programa de Gestão e Desempenho na ANTAQ, 2023 e 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Em relação às atividades executadas pelo corpo técnico da Agência, a gestão do desempenho em 2024 foi realizada por meio da ferramenta do ANTAQ Pro Atividades, desenvolvida pela ANTAQ. No entanto, a publicação da [Instrução Normativa Conjunta SEGES-SGPRT/MGI nº 24, de 28 de julho de 2023](#) (IN nº 24/2023), ensejou a remodelação do Programa de Gestão por Desempenho (novo PGD) da Agência em 2024. Essa evolução busca aumentar a eficiência do serviço público, ao promover o alinhamento entre estratégias, entregas e atividades da Agência, conectando o plano estratégico institucional aos planos táticos e operacionais, o plano de gestão anual e as rotinas de cada unidade.

O novo modelo de monitoramento contínuo do desempenho das unidades organizacionais e dos servidores instituído pelo novo PGD redefiniu a dinâmica de trabalho da Agência, priorizando entregas alinhadas aos objetivos organizacionais e abandonando a mera supervisão por controle de ponto eletrônico e tarefas.

Essa mudança exigiu a adoção de uma gestão de desempenho mais robusta, fundamentada em conceitos modernos e ferramentas eficazes que garantam tanto a eficiência institucional quanto o alinhamento das ações individuais aos objetivos organizacionais. Para viabilizar essa nova realidade, a remodelação do PGD incluiu a implementação de um sistema informatizado que atende aos requisitos estabelecidos nos artigos 28, 29 e 30 da IN nº 24/2023. A maioria dos órgãos da APF optou por aderir a um sistema disponibilizado pelo MGI, contudo, verificou-se que referido sistema não atenderia às necessidades da Agência em termos de integração com os níveis estratégico, tático e operacional. O novo sistema ainda em desenvolvimento pela Antaq em 2024, denominado Hefesto, é capaz de integrar os instrumentos de planejamento institucional aos ciclos do PGD, permitindo a vinculação das entregas das unidades aos níveis

da estrutura de planejamento ou de processos da Cadeia de Valor.

O desenvolvimento e uso do sistema foi iniciado em 2024, e ainda faltam funcionalidades a serem entregues. Foi conduzido um projeto-piloto na SGE para registro de informações, correção de erros no sistema Hefesto, melhoria e padronização dos fluxos de processos organizacionais, especialmente na elaboração do plano de entregas, instrumento de gestão introduzido pelo MGI.

Em função da reestruturação organizacional concluída em outubro e consolidada no novo regimento interno, a ANTAQ passou a contar com novas chefias e fragmentação de competências. As mudanças do PGD impactaram as responsabilidades dessas chefias, que têm recebido treinamento sobre como conciliar o planejamento das unidades com a execução individual dos trabalhos no novo sistema.

Como parte da reestruturação da ANTAQ, a Divisão de Gestão de Desempenho (DGD/GGGP/SGE) possui equipe dedicada à resolução de dúvidas e dificuldades sobre o novo PGD. Esses atendimentos têm auxiliado na transição para o novo PGD, posto que o PGD anterior focava no desempenho individual, e o novo PGD vincula o desempenho individual ao desempenho da unidade organizacionais e aos instrumentos de gestão estratégica.

O sistema Hefesto permitirá a integração com os sistemas do Governo Federal, como Sigepe, Siape e SouGov, facilitando a importação de dados sobre afastamentos como férias, licenças e atestados. Ainda, em 2025, a ANTAQ segue aprimorando seu ecossistema digital, com a previsão de implementação no primeiro semestre de 2025 de uma nova solução de tecnologia que auxiliará na declaração de tarefas do PGD e de seu ecossistema digital, inclusive como parte dos projetos e iniciativas do [PEI 2025-2028](#).

5.1.1.4. Gestão executiva

O processo de gestão executiva envolve a supervisão geral das atividades e a coordenação entre as diversas unidades da ANTAQ, assegurando que todas as operações estejam alinhadas com os objetivos estratégicos da Agência. É exercido pela Secretaria Geral por meio da Divisão de Distribuição, Deliberações e Comunicações Processuais (DDCP), bem como pela Divisão de Reuniões de Diretoria e Publicações (DRCP), e abrange os subprocessos “realizar gestão processual”, “gerir deliberações de Diretoria”, “gerir jurisprudência”, “gerir colegiados de apoio à decisão”.

A gestão processual, por sua vez, é fundamental para otimizar os fluxos de trabalho e garantir que os procedimentos internos sejam conduzidos de maneira padronizada e eficiente. A gestão das deliberações da Diretoria busca assegurar que as decisões sejam implementadas de forma coerente e

transparente, contribuindo para a governança e o cumprimento das metas estabelecidas. Isso envolve o acompanhamento e a documentação minuciosa das deliberações, bem como a avaliação de sua eficácia.

A gestão da jurisprudência é importante para a tomada de decisões consistentes e fundamentadas da Agência. Através da sistematização e organização das decisões passadas, a Agência consegue garantir que suas práticas regulatórias estejam alinhadas com precedentes já estabelecidos, assegurando previsibilidade e transparência em suas ações. A gestão dos colegiados de apoio à decisão assegura que os grupos de trabalho e comissões internos funcionem de maneira integrada e colaborativa, fomentando a troca de informações e a construção de soluções conjuntas para os desafios enfrentados pela Agência.

21 reuniões Ordinárias de Diretoria;

794 Processos pautados,
sendo 696 efetivamente deliberados:
índice de **eficiência de 88%**;

788 Acórdãos;

43 sustentações orais oportunizadas;
Editados **84 atos Ad referendum**
para os casos nos quais se aplicavam
a fumaça do bom direito e o perigo
da demora.

■ TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO DECISÓRIO

A Divisão de Reuniões de Diretoria e Publicações (DRCP), unidade subordinada à SGE, atua no processo de 3º nível da Cadeia de Valor “gerir deliberações da Diretoria”, responsável pelas atividades de transparéncia do processo decisório da Agência. Dentre as atribuições da DRCP,

também se destacam: a organização das Reuniões da Diretoria Colegiada; a confecção dos atos dela decorrentes; a publicação de diversos atos no Diário Oficial da União (DOU), além da gestão do Sistema de Audiências Públicas.

18 consultas públicas realizadas em 2024;

1,9 mil decisões de diversas autoridades da Agência;

400 atos consolidados, dentre deliberações, termos de autorização, aditivos, acórdãos e normativo;

13 novos normativos;

2136 atos indexados no ANTAQ JURIS;

718 usuários credenciados para peticionar eletronicamente e receber intimações eletrônicas.

5.1.1.5. Articulação e relações institucionais

O processo de “articulação e relações institucionais” abrange os subprocessos “promover a cooperação e a articulação governamental”, “promover a cooperação

e a interlocução com entidades internacionais” e “representar o Brasil junto a organismos internacionais, convenções, acordos e tratados sobre o setor aquaviário”.

PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO E A ARTICULAÇÃO GOVERNAMENTAL

Esse processo é responsável por realizar a interface entre as ações do Poder Legislativo e outras instituições com os temas de interesse da ANTAQ. A unidade organizacional responsável é a Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais (ASPAR), subordinada ao Gabinete do Diretor-Geral (GAB). Para acompanhar todas as proposições legislativas em tempo real e com o menor dispêndio de recursos humanos, a ASPAR conta com ferramenta informatizada, acompanhada de inteligência artificial, entregando à Agência o dinamismo e as percepções necessárias ao bom acompanhamento das matérias em andamento no Congresso Nacional (CN).

16 participações da ANTAQ em eventos parlamentares;

11 Acordos de Cooperação Celebrados;

25 respostas às autoridades públicas e parlamentares quanto aos pedidos de requerimentos;

28 análises de Projetos de Leis.

Em relação às atividades desenvolvidas pela ASPAR em 2024:

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- Entraves burocráticos enfrentados pelo setor portuário brasileiro
- Travessia de passageiros entre Manaus (AM) e Careiro da Várzea (AM)
- Reestruturação e melhorias do Porto de Natal
- Atividades desempenhadas pelas ouvidorias das agências reguladoras
- Os impactos ambientais e sociais da hidrovía Araguaia - Tocantins
- Debater as concessões das hidrovias brasileiras
- Debater os desafios para o escoamento da safra brasileira nos próximos anos
- Descarbonização do Setor de Navegação
- Gargalos e desafios para escoamento da safra brasileira

EVENTOS PARLAMENTARES

- Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR)
- Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (FRENLOGI) - Café da Manhã, Logística e Infraestrutura
- Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (FRENLOGI) - Encontro Regional Sul do Brasil: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
- “Diagnóstico de Descarbonização, Infraestrutura e aplicações do Hidrogênio nos Portos”
- Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos e o Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI)
- Grupo de Trabalho Parlamentar-BRICS-SF
- Seminário da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento da Navegação Interior e Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Indústria Naval
- “Aprimoramento de Sistemas de Fomento à Navegação Interior Brasileira”

Figura 26: Destaques das atividades de cooperação e articulação governamental da ANTAQ em 2024.
Fonte: ASPAR/ANTAQ, 2024.

O quadro a seguir apresenta a relação de Acordos de Cooperação Técnica, Protocolos de Inten-

ção, Termos de Compartilhamento e Termos de Cessão de Uso assinados pela ANTAQ em 2024.

PARTÍCIPES	ACORDOS/TERMOS	OBJETO
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Acordo de Cooperação Técnica	Substituição da versão anterior do Plano de Trabalho Ferroviário para o Porto de Santos
Infra S.A.	Acordo de Cooperação Técnica	Intercâmbio de conhecimentos e experiências e a conjugação de esforços entre as partes para o desenvolvimento de levantamentos, ferramentas de simulação e estudos relacionados aos custos, receitas e investimentos da operação portuária e hidroviária nacional
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	Acordo de Cooperação Técnica	Promover estudos voltados à melhoria da infraestrutura das hidrovias brasileiras e do transporte sustentável
Associação do Cluster Tecnológico Naval	Protocolo de Intenções	Facilitar a transferência de dados abertos e públicos relevantes, a fim de promover a geração de conhecimento e a colaboração entre a ANTAQ e a Cluster.
Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS	Acordo de Cooperação Técnica	Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo da vigência do Termo de Cooperação Técnico-Científica por 6 (seis) meses, nos termos de sua Cláusula Sexta
Conselho de Defesa Econômica - CADE	Acordo de Cooperação Técnica	Intercâmbio de informações e/ou elaboração de estudos, visando aperfeiçoamento mútuo de atuações institucionais, seja na prevenção e na repressão às infrações contra a ordem econômica, seja na regulação, monitoramento ou fiscalização das atividades econômicas inerentes ao setor de transportes aquaviários brasileiro.
Infra S.A.	Termo de Cessão de Uso	Cessão do código fonte do sistema ANTAQ-PRO
Conselho Federal de Química (CFQ)	Termo de Cessão de Uso	Cessão do código fonte do sistema ANTAQ-PRO
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB	Termo de Cessão de Uso	Cessão do código fonte do sistema ANTAQ-PRO
Instituto de Regularização Fundiária e Patrimônio Imobiliário do Piauí - INTERPI	Termo de Cessão de Uso	Cessão do código fonte do sistema ANTAQ-PRO
Universidade de Brasília (UnB)	Termo de Execução Descentralizada-TED nº 4/2024	Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa e Inovação Acadêmica para proposição de Metodologia de Cálculo do Índice de Produtividade dos Reajustes Tarifários dos Portos Organizados (FATOR X)

Quadro 7: Acordos ou Termos de Cooperação em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

A Assessoria de Relações Internacionais (ARINT) é a unidade organizacional responsável pela atuação internacional da ANTAQ, nos termos do [novo Regimento Interno](#), e tem como atribuição coordenar e defender as posições de interesse da Agência junto a organismos e entidades internacionais e governos estrangeiros, em linha com os objetivos da política setorial de transportes aquaviários, com a política externa brasileira e os desafios globais de desenvolvimento e sustentabilidade.

- 25** missões internacionais;
- 38** servidores capacitados no exterior;
- 3** Acordos Cooperação Internacionais celebrados;
- 41** processos relacionados à Organização Marítima Internacional (IMO) analisados em 2024.

A Assessoria também coordena o atendimento das demandas internas e externas à Agência referentes a questões técnicas afetas ao transporte aquaviário em âmbito internacional.

Em 2024 a ARINT realizou a análise de 41 processos relacionados à Organização Marítima Internacional (IMO), incluindo a apresentação de estudos relevantes em eventos da Organização, abordando mudanças climáticas e regulamentações ambientais nos portos. A Agência também contribuiu para o Plano Geral de Implementação dos Instrumentos da IMO e para a adesão à Convenção de Hong Kong sobre reciclagem de navios, além de ter participado de reuniões técnicas acerca desses temas em Brasília, no Rio de Janeiro e em Londres.

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E EM EVENTOS INTERNACIONAIS

Coordenação da participação da ANTAQ na estruturação da Associação dos Reguladores de Mobilidade e Transporte de língua portuguesa (ARMT), que tem como membros, além da ANTAQ, a Autoridade da Mobilidade e dos Transportes de

Portugal (AMT), a Agência Nacional de Transportes Terrestres do Brasil (ANTT), a Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística da Angola (ARCCLA), a Agência Nacional de Transportes Terrestres da Angola (ANTTA), a Agência Marítima

Nacional da Angola (AMN), a Agência Metropolitana de Transportes de Maputo de Moçambique (AMTM) e a Agência Multissetorial da Economia de Cabo Verde (ARME).

COMPROMISSO/EVENTO	LOCAL	Nº PARTICIPANTES ANTAQ
WG 249 Kick Off Meeting, visitas técnicas tema navegação interior e reunião de trabalho com APEC	Bruxelas (Bélgica)	1
Visita ao Centro de Armadores Fluviales y Marítimos	Assunção (Paraguai)	1
Assembleia Geral Anual - AGA 2024, 35th PIANC World Congress, INCOM e MARCOM Meeting	Cidade do Cabo (África do Sul)	9
Missão à França	Paris (França)	6
Offshore Technology Conference	Houston (EUA)	2
Workshop: The Future of Shipping at the Biodiversity and Climate	Malmo (Suécia)	1
Reunião sobre o Canal Tamengo	Porto Quijarro (Bolívia)	1
Missão Internacional da ABTP ao Porto de Houston	Houston (EUA)	2
3ª Edição Porto e Mar	Seul (Coreia do Sul)	2
Reunião Ordinária do SGT-5	Assunção (Paraguai)	2
10ª Sessão do Subcomitê de Implementação dos Instrumentos da IMO - III	Londres (Reino Unido)	1
I Foro Fluvial Sudamericano / Mercosul Export / O Futuro da Hidrovia Paraná-Paraguai e visita técnica / Visita técnica na HPP	Buenos Aires (Argentina); Montevideu (Uruguai)	7
Mobilidade Integrada - Eixo Beira Interior	Guarda (Portugal)	1
Visita Técnica USACE / ANTAQ	Cidade do Panamá (Panamá)	
	Washington DC (EUA)	3
	Mississipi (EUA)	
82ª Sessão do Comitê de Proteção do Ambiente Marinho - MEPC	Londres (Reino Unido)	4
2ª Conferência dos Portos do Planalto das Guianas	Caiena (Guiana Francesa)	1
Reunião Ordinária do SGT-5	Montevideu (Uruguai)	2

Tabela 4: Participações em eventos no exterior de 2024. Fonte: ARINT/ANTAQ, 2024.

PARTÍCIPES	ACORDOS/TERMOS	OBJETO
Agência Alemã de Cooperação Internacional no Brasil (<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH – GIZ</i>)	Acordo de Cooperação Técnica nº 19/2024	Execução de estudo referente ao "Diagnóstico das ações realizadas pelos Portos Públicos e Terminais de Uso Privado para fortalecer a relação Porto – Cidade, inclusive para promoção de resiliência climática e sustentabilidade no âmbito do Apoio ao Brasil na Implantação da Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PROADAPTA"
Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT)	Protocolo de Intenções	Partilha e divulgação de conhecimentos e experiências, tendo em vista a promoção da literacia sobre os mercados da Mobilidade e dos Transportes, a capacitação de recursos humanos e o incentivo à investigação
Agência Alemã de Cooperação Internacional no Brasil (<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH – GIZ</i>)	Acordo de Cooperação Técnica nº 9/2024	Desenvolvimento do projeto "Diagnóstico sobre descarbonização no setor portuário", no âmbito do "International Hydrogen Ramp-Up Programme – H2UPP"

Quadro 8: Acordos ou Termos de Cooperação internacionais vigentes em 2024. Fonte: ARINT/ANTAQ, 2024.

Apoio técnico ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) por meio da instrução de 23 processos contendo análises da ANTAQ aos documentos submetidos por aquele órgão, bem como participação em reuniões internacionais, contribuindo

para que o transporte aquaviário brasileiro e a posição da ANTAQ sejam considerados nas discussões ordenadas pelo MRE.

Organização de 25 missões internacionais, sendo 13 compromissos internacionais,

4 eventos complementares e 8 capacitações internacionais. Ao todo, foram 63 representações em missões internacionais, incluindo ocorrências de servidores que atuaram em mais de uma missão.

5.1.1.6. Comunicação

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Alinhada ao alcance do objetivo estratégico “Aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social”, sendo a ASCOM um dos atores expressivos para execução desse processo.

Essa Assessoria atua na disseminação de informações, garantindo que as ações e iniciativas da ANTAQ sejam compreendidas por todos os envolvidos e pelo público em geral, utilizando-se de diferentes canais de comunicação, como comunicados de imprensa, redes sociais e eventos públicos.

A comunicação institucional apoia o cumprimento dos objetivos estratégicos da ANTAQ e fortalece o relacionamento entre a Agência e a sociedade, assegurando que as políticas e ações sejam desenvolvidas de forma colaborativa e responsável às necessidades do setor aquaviário e da sociedade.

De acordo com a Política de Comunicação Organizacional da ANTAQ, compete à ASCOM elaborar e executar planos e campanhas de divulgação, promover as divulgações interna e externa das atividades da ANTAQ e assistir e orientar a Diretoria e

demais unidades organizacionais da Agência em seus relacionamentos com a imprensa. A unidade também é encarregada pela cobertura jornalística e o assessoramento da Diretoria em viagens e agendas técnicas.

As atividades administrativas da ASCOM, em 2024, tiveram a participação de cinco empresas especializadas na área de comunicação, ceremonial, audiovisual, *design* gráficos e produção gráfica envolvendo aproximadamente R\$ 1.173.410,00 de recurso.

EMPRESA	VALOR CONTRATADO
GAP Serviços de Eventos Eireli	R\$ 624.638,00
ACE Comunicação e Editora Eireli	R\$ 188.646,00
Linear Comunicação LTDA	R\$ 35.340,00
Eldex Distribuidora de jornais e revistas LTDA	R\$ 10.164,00
Império Serviços LTDA	R\$ 314.622,00

Tabela 5: Empresas prestadoras de serviço para ASCOM em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Em 2024, a Assessoria produziu e publicou 225 matérias no sítio eletrônico da Agência, cujos conteúdos foram enviados à imprensa via correspondência eletrônica. No período, realizou tam-

bém mais de 142 atendimentos entre esclarecimentos de dúvidas, intermediação de entrevistas e fornecimento de informações.

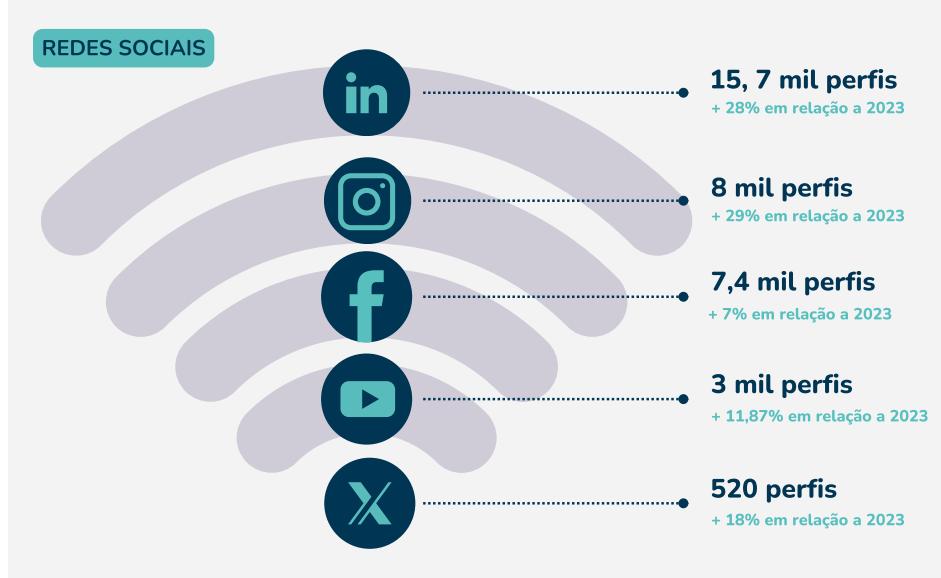


Figura 27: Redes sociais da ANTAQ em 2024. Fonte: ASCOM/ANTAQ, 2024.

No que tange à comunicação interna, a ASCOM publicou na página principal da intranet da ANTAQ 219 matérias e informações para servidores e colaboradores.

A interface da ANTAQ com o público externo é realizada por meio do Cerimonial da ANTAQ. Ele foi responsável por planejar, coordenar,

executar e/ou acompanhar os eventos da Agência, incluindo a gravação e transmissão deles. No último ano, foram realizados 56 eventos, incluindo as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias de Diretoria, Audiências Públicas, webinários, workshops, encontros técnicos, leilões e eventos para os públicos interno e externo, como por exemplo, o Prêmio ANTAQ, Lançamento 1º PGO e Lançamento da Elaboração do Guia de Enfrentamento ao Assédio do Setor Aquaviário. Foram 14 eventos presenciais, 32 eventos híbridos e 11 eventos virtuais. Os eventos tiveram participação estimada de 10.150 pessoas.

No que tange à comunicação interna, a ASCOM publicou na página principal da intranet da ANTAQ 181 matérias e informações para consumo de servidores e colaboradores, sendo 144 de autoria da ASCOM e 37 de republicações de matérias originárias da SFC.



Clique nos ícones acima para acessar nossas mídias sociais

EVENTOS

A interface da ANTAQ com o público interno e externo é realizada pelo Cerimonial da Agência. A área é responsável por planejar, coordenar, executar e conduzir os eventos da autarquia, bem como acompanhar os diretores em eventos externos. Em 2024, foram realizados 58 eventos, incluindo Audiências Públicas, Reuniões Ordinárias de Diretoria, *workshops*, reuniões parti-

pativas, leilões e demais eventos para os públicos interno e externo, como por exemplo, o Prêmio ANTAQ - Edição 2024, a entrega do Guia de Enfrentamento ao Assédio do Setor Aquaviário e o evento Rio Limpo, Amazônia Viva. Foram 15 eventos presenciais e 43 híbridos, os quais tiveram participação estimada de 7.534 pessoas.

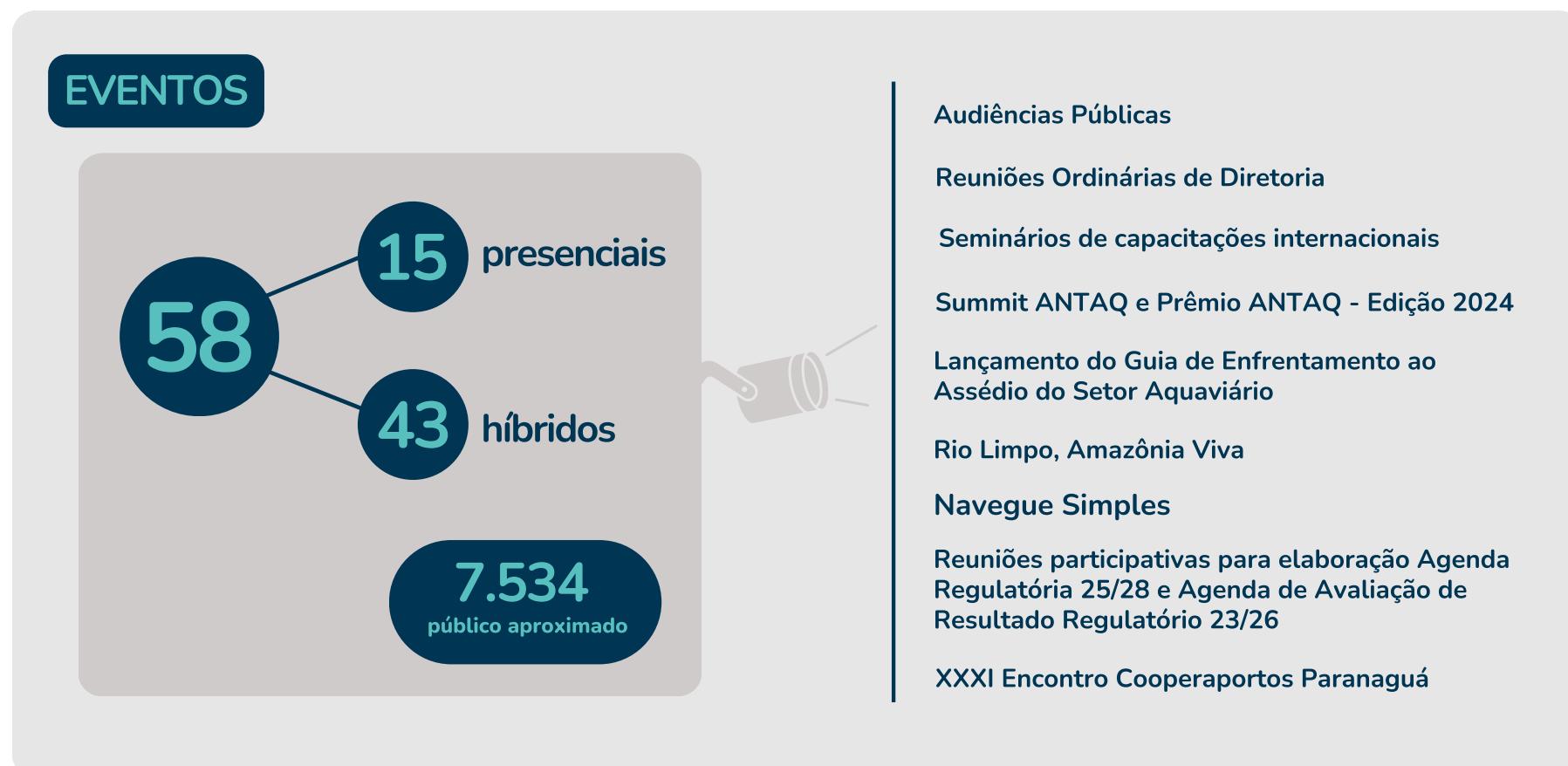


Figura 28: Eventos de comunicação. Fonte: ANTAQ, 2024.

5.2. MACROPROCESSO DE GESTÃO E SUPORTE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO PEI 2021-2024 ASSOCIADOS:

OE05 Intensificar o uso de soluções tecnológicas na gestão processual

OE06 Implementar políticas que promovam a qualidade de vida no trabalho e desenvolvam competências; com foco em resultados

OE07 Aprimorar a comunicação institucional, a transparência ativa e a participação social

OE08 Fortalecer a governança e o planejamento com foco na integração e inovação de processos

OE09 Consolidar a gestão do conhecimento

Os resultados vinculados aos processos desse grupo auxiliam ou dão suporte aos macroprocessos citados acima para que possam ser executados com excelência. Em outras palavras, apesar de não realizarem serviços diretamente ao setor regulado e à sociedade na maioria das vezes, os

seguintes processos são fundamentais para a Antaq conseguir funcionar diariamente: “*Gestão orçamentária, financeira, contábil e de custos*”; “*Gestão de Pessoas*”, “*Tecnologia da informação*”; “*Gestão do conhecimento e da informação*” e “*Administração e logística*”.

5.2.1. Resultados alcançados

5.2.1.1. Gestão orçamentária, financeira, contábil e de custos

ORÇAMENTO, FINANÇAS E CRÉDITOS

A Gerência de Orçamento e Finanças (GOF) é responsável por gerir o orçamento da Antaq. Em termos de gestão, a GOF atualiza o Painel da Execução Orçamentária e de Distribuição dos Custos e de Arrecadação das multas sancionatórias semanalmente.

Desde 2022, a GOF tem aprimorado os controles dos restos a pagar e, a partir de 2023, implementou o registro dos restos a pagar em liquidação. Ainda, iniciou os registros da amortização mensal dos softwares por centro de custos. É importante destacar a atuação proativa da ANTAQ na busca por maiores limites orçamentá-

rios com o objetivo de cumprir com excelência sua missão institucional, frente aos novos desafios na delegação para o setor privado explorar serviços públicos de infraestrutura de transporte aquaviário, mediante concessão ou autorização; e na fiscalização da prestação destes serviços à sociedade. Em comparação às demais Agências Reguladoras, a Antaq ocupa a 10ª posição em relação à dotação orçamentária atualizada de 2024, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



Gráfico 8: Dotação Orçamentária das Agências Reguladoras Federais, 2024. Fonte: SIOP, 2024.
Obs.: Não inclui Inversões Financeiras e Reserva de Contingência

O orçamento consignado à Agência, aprovado pela [Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#), previu, originalmente, R\$ 188.762.250, sendo R\$ 124.844.081 para as despesas obrigatórias e R\$ 63.918.169 para as despesas discricionárias. No decorrer do exercício financeiro, com as suplementações e bloqueios orçamentários, a dotação atualizada atingiu o montante de R\$ 182.291.648, sendo R\$ 127.496.524 para as despesas obrigatórias e R\$ 54.795.124 para as despesas discricionárias.

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL 2024 (R\$)	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2024 (R\$)	VARIAÇÃO (R\$)
Obrigatórias	124.844.081	127.496.524	2.652.443
Discricionárias	63.918.169	54.795.124	(9.123.045)
TOTAL	188.762.250	182.291.648	(6.470.602)

Tabela 6: Dotação orçamentária para despesas obrigatórias e discricionárias. Fonte: ANTAQ, 2024.

De acordo com a Tabela 7, observa-se que houve suplementação das despesas obrigatórias em R\$ 2,6 milhões e cancelamento das despesas discricionárias em R\$ 9,1 milhões, resultando em um cancelamento de R\$ 6,5 milhões do orçamento inicial total.

A Execução Orçamentária seguiu o [Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024](#), e suas alterações, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo Federal, a qual atingiu 99,3% da dotação atualizada. Ao longo do exercício com os cancelamentos significativos do orçamento discricionário, houve redução da execução de alguns contratos por demanda.

DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2023	EMPENHADO R\$	%
Obrigatórias	R\$ 127.496.524	R\$ 126.212.289	99
Pessoal e Encargos	R\$ 122.100.743	R\$ 121.109.763	99,2
Outras Despesas Correntes	R\$ 5.395.781	R\$ 5.102.526	94,6
Discricionárias	R\$ 54.795.124	R\$ 54.781.299	100
Outras Despesas Correntes	R\$ 51.323.956	R\$ 51.310.131	100
Despesas de Capital	R\$ 3.471.168	R\$ 3.471.168	100
TOTAL	R\$ 182.291.648	R\$ 180.993.588	99,3

Tabela 7: Execução orçamentária segregada por grupo da natureza da despesa. Fonte: ANTAQ, 2024.

Do montante executado das despesas, 87,7% foram pagos até o encerramento do exercício.

FASE DA EXECUÇÃO	VALOR (R\$)	%
Empenho e Destaque Concedido	180.993.588	100%
Liquidação	174.059.510	96,2%
Pagamento	158.704.633	87,7%

Tabela 8: Fase da execução no encerramento do exercício. Fonte: ANTAQ, 2024.

Além das despesas obrigatórias/financeiras (pessoal, encargos e benefícios sociais), que são essenciais para o êxito dos objetivos institucionais, é importante salientar que nas despesas discricionárias estão incluídos os Planos Orçamentários (Tabela 9), que demandam recursos na forma de: diárias, passagens e veículos para cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF); análise e concessão de outorgas; realização de estudos; cumprimento da Agenda Regulatória; custeio e investimento na sede, nas Gerências e Unidades Regionais e nos Postos Avançados; e, ainda, para desenvolvimento dos servidores.

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS	EMPENHADO 2024 (R\$)
Manutenção Administrativa	R\$ 43.025.866,00
Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	R\$ 1.678.150,00
Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	R\$ 5.359.484,00
Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário	R\$ 505.981,00
Capacitação de Servidores em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 644.156,00
Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	R\$ 84.468,00
Contribuição A Associação Mundial De Infraestrutura De Transportes Aquaviário - PIANC	R\$ 12.026,00
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	R\$ 51.310.131,00

Tabela 9: Planos orçamentários. Fonte: ANTAQ, 2024.

A Tabela 10 apresenta o comparativo da dotação atualizada e a execução orçamentária dos exercícios de 2024 e 2023, incluindo a execução de restos a pagar.

Despesa	2024						2023					
	Dotação Atual (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago* (e)	Dotação Atual (f)	Empenhado (g)	Liquidado (h)	Pago (i)	RP Pago* (j)	(k)=(b/g) -1)*100	
Gastos com Pessoal	122.100.743	121.109.763	120.545.914	108.236.201	9.785.164	119.207.190	118.426.804	118.062.372	108.555.277	7.557.083	2,27	
Custeio	56.719.737	56.412.657	51.214.648	48.478.967	5.895.587	54.059.267	53.716.229	47.997.980	46.238.328	6.516.062	5,02	
Investimentos	3.471.168	3.471.168	2.298.948	1.989.464	1.005.559	3.756.908	3.738.532	2.324.368	2.286.580	1.721.474	-7,15	
TOTAL	182.291.648	180.993.588	174.059.510	158.704.633	16.686.310	177.023.365	175.881.565	168.384.720	157.080.185	15.794.619	2,91	

Tabela 10: Comparativo da dotação atualizada e a execução, exercício 2024 e 2023. Fonte: Balanço Financeiro, SIAFI (31/12/2024).

* RP Pago. FFonte: Tesouro Gerencial (01.01.2025).

Na análise horizontal (k) observa-se um acréscimo de 2,91% na execução de 2024 em relação ao exercício de 2023, sendo 2,27% na execução de gastos com pessoal, 5,02%, em custeio, bem como um decréscimo de 7,15% em investimentos.

No Gráfico 9, pode-se observar que as despesas com pessoal e encargos representam 67% das despesas totais; 31% outras despesas correntes 31% e 2% investimentos.

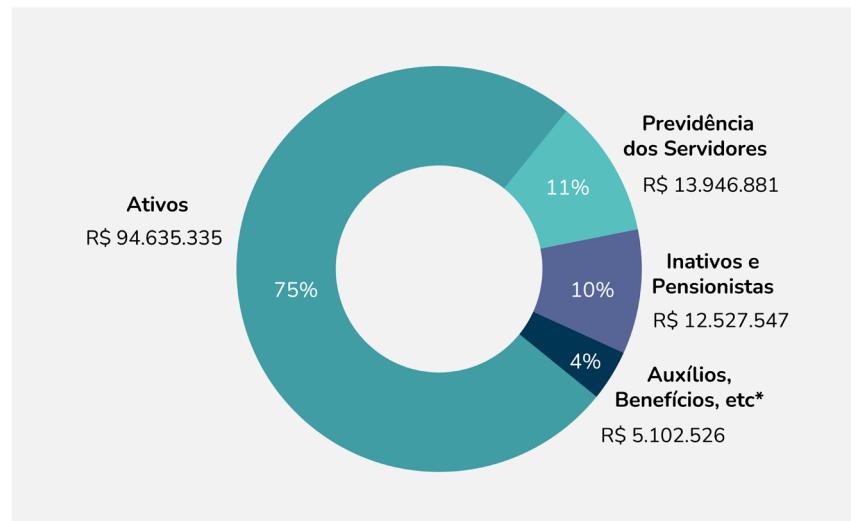


Gráfico 9: Distribuição das despesas empenhadas da ANTAQ em 2024
Fonte: Tesouro Gerencial 14/01/2025.

Os gastos com pessoal são compostos pelos grupos de despesas: Pessoal e Encargos e Outras Despesas Correntes, distribuídos conforme Gráfico 10.

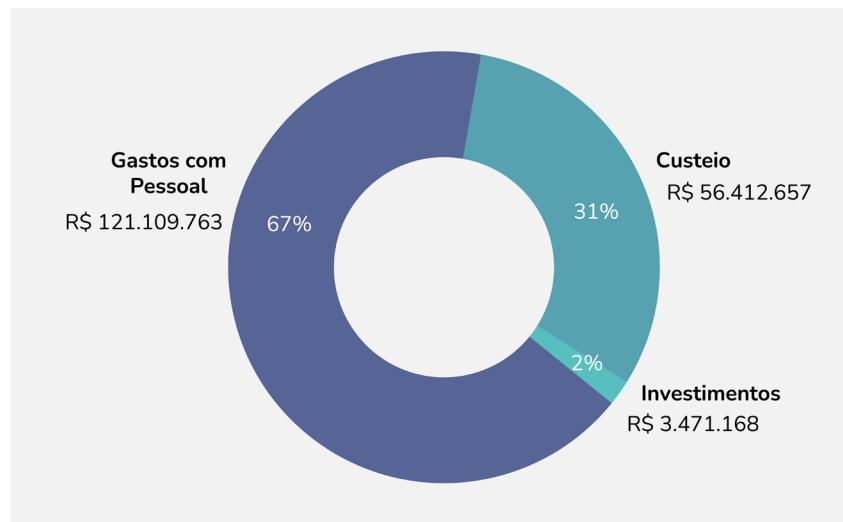


Gráfico 10: Gastos com pessoal em 2024.

Os itens de Custeio são as despesas essenciais para a manutenção da sede, das gerências regionais, das unidades regionais e dos postos avançados, para a prestação dos serviços de fiscalização, regulação, concessão de outorgas e realização de estudos, bem como para capacitação dos servidores, totalizando o montante de R\$ 56,4 milhões.

Os maiores valores são: terceirização, R\$ 23,7 milhões (42%); aluguéis, condomínios, IPTU, energia, água e telefonia, R\$ 8,1 milhões (14%); serviços de TI e locação de softwares, 5,9 milhões (11%); passagens, diárias e transporte de pessoal, 6,1 milhões (11%); e estudos, assessorias e consultorias, R\$ 5,7 milhões (10%).

Entre as demais despesas constam os serviços gráficos; conservação e manutenção de máquinas, equipamentos, bens imóveis; eventos, entre outros, que totalizaram 2% do total gasto de custeio.

As diárias, passagens e locação de veículos foram destinadas ao cumprimento do Plano Anual de Fiscalização (PAF); fiscalizações extraordinárias; realização de audiências públicas para debate sobre a proposição de normas e sobre a realização de leilões de arrendamentos portuários; e outros eventos nacionais e internacionais. A execução de despesa de capacitação foi proporcional a 1% do orçamento de custeio.

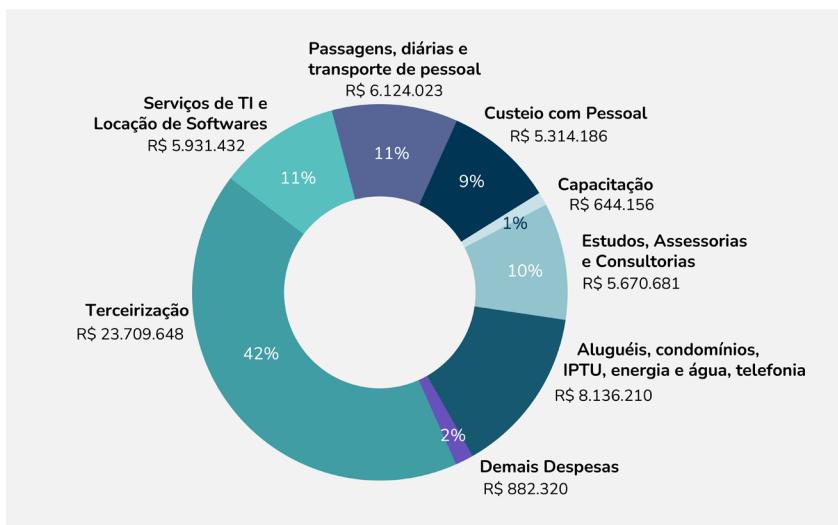


Gráfico 11: Custo em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

No que tange aos investimentos, as dotações foram aplicadas no ativo imobilizado e intangível, como desenvolvimento, evolução e aquisição de softwares, fundamentais para a consecução das atividades finalísticas/estratégicas da Agência.

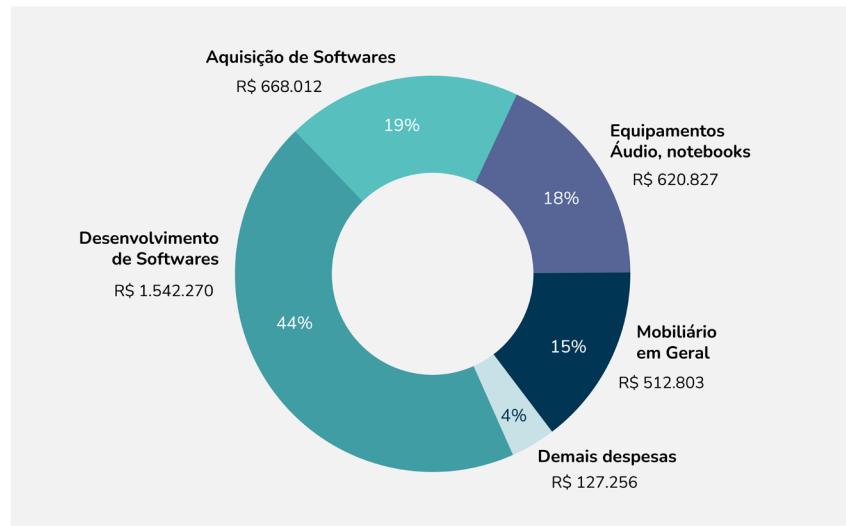


Gráfico 12: Investimentos em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

No orçamento da ANTAQ há arrecadação de receitas decorrentes das concessões de arrendamentos portuários, bem como relativas às multas aplicadas em razão de infrações cometidas pelos regulados às normas da ANTAQ.

NATUREZA RECEITA	TOTAL
Deleg. p/ expl. infraest. transp. aquaviário-princ	R\$ 218.609.599
Multas Previstas em Legislação Específica	R\$ 6.899.888
TOTAL GERAL	R\$ 225.509.486

Tabela 11: Natureza da receita. Fonte: ANTAQ, 2024.

Ambas as receitas, provenientes de concessões e multas, são arrecadadas pela ANTAQ e transferidas à Conta Única do Tesouro Nacional, retornando o valor definido na LOA, conforme cronograma definido no Decreto de programação orçamentária e financeira.

As receitas de concessões são provenientes dos leilões realizados até o final do exercício de 2019, onde o valor da outorga é dividido, sendo 25% de entrada e mais 5 parcelas anuais de 15% cada, a partir da data de assunção, que é a data da assinatura do Termo de Aceitação Provisório de Uso do Ativo.

Constam, ainda, entre as receitas de Delegação para exploração de Infraestrutura de Transportes Aquaviários, as verbas de fiscalização, contribuição variável e outras previstas no contrato de Concessão do Porto Organizado de Vitória.

Entre as principais receitas de 2024 com concessões, destacam-se as maiores parcelas arrecadadas das áreas STS13 (parcela 5 de 5), VDC12 (parcela 4 de 5), STS20 (parcela 4 de 5) e BELO4 (parcela 4 de 5) nos valores de R\$ 43 milhões, R\$ 36 milhões, R\$ 22 milhões e R\$ 17 milhões, respectivamente.

NATUREZA DA RECEITA	ANO	LOA	VALOR ARRECADADO	ARRECADAÇÃO MENSAL MÉDIA
Multas Previstas em Legislação Específica (Fiscalização)	2021	6.645.649	11.743.925	978.660
	2022	11.082.003	7.049.720	587.477
	2023	6.152.298	7.111.139	592.595
	2024	4.180.832	6.899.888	574.991

Tabela 12: Natureza da receita, 2021 a 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Em 2024, verifica-se uma arrecadação de multas em 165,04% do valor estimado na LOA.

É importante destacar que, desde 2018, foram realizadas evoluções no sistema “Arrecadação”, como o parcelamento de multas, maior integração com o sistema de fiscalização, instituição do pagamento das multas de fiscalização

via PIX ou Cartão de Crédito (PagTesouro), e, a contar de 2023, implantou-se o controle pela empresa em débito com a ANTAQ para gerenciar e gerar mensalmente suas próprias GRU dos parcelamentos no sistema “Arrecadação”, e por último, em 2024, foi implementado o pagamento via PIX ou Cartão de Crédito (PagTesouro) para as receitas de concessões e demais.

É importante, também, destacar a política ativa de transparência em relação aos indicadores relativos às multas com a divulgação do Painel de Gestão de Multas. Neste instrumento, podem ser acessadas todas as informações demandadas pelos órgãos de controle e por vezes demandadas pela sociedade. O valor arrecadado, considerando juros e multas, foi de R\$ 6.899.888. No exercício 2024, arrecadou-se o valor de R\$ 2.371.582 no que tange aos processos enviados à execução judicial pela Procuradoria-Geral Federal e houve uma arrecadação, efetivada pela própria ANTAQ, por via administrativa, no valor de R\$ 4.528.305, consoante demonstração nos gráficos subsequentes.



Gráfico 13: Valor total arrecadado por via administrativa. Fonte: ANTAQ, 2024.

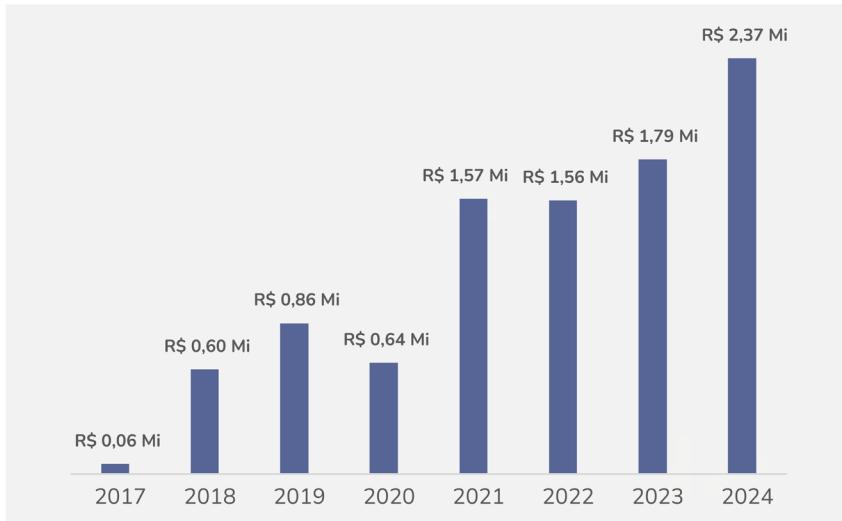


Gráfico 14: Valor total arrecadado por via judicial. Fonte: ANTAQ, 2024.

Importante registrar que até o final de 2024, existiam 27 processos de multas parceladas, sendo 21 processos calculados, via sistema de arrecadação, e outros 6 processos calculados manualmente. Em relação ao risco de prescrição em instância judicial, cumpre informar que as inscrições e gestão dos créditos da ANTAQ em Dívida Ativa são realizadas pela AGU, por meio da Equipe Nacional de Cobrança (ENAC), instituída por meio da Portaria PGFN nº 614/2016, vinculada à Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos da Procuradoria-Geral Federal.

Para 2025, o principal desafio para a ANTAQ na área orçamentária será expandir o limite orçamentário de 2025 da Agência através de créditos adicionais; implantar o módulo de integração entre o sistema de Arrecadação, SAPIENS Dívida, CADIN-PGFN, SISGRU, SEI; e o desenvolvimento do módulo de relatórios e painéis de indicadores.

CONTABILIDADE E CUSTOS

Na legislação aplicada, destaca-se a [Lei nº 4.320/64](#), [Decreto-Lei 200/1967](#), [Decreto 93.872/1986](#), [Lei Complementar nº 101/2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal), [Lei nº 10.180/2002](#), [Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T SP 16](#), Portarias STN/MF nº 157/2011 e 716/2011, e [Portaria STN nº 518/2018](#) (Manual de Informações de Custos do Governo Federal - MIC).

Por determinação legal, a Administração Pública deve manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A Secretaria do Tesouro Nacional criou o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) que se utiliza da extração de dados dos siste-

mas estruturantes com o objetivo de evidenciar os custos dos programas e das unidades da administração pública federal. A ANTAQ passou a pertencer a um restrito grupo de órgãos/entidades que possuem Centro de Custo implantado.

A Agência definiu a metodologia a ser aplicada ao Centro de Custo em meados de 2019 e iniciou a coleta de dados a partir dos pagamentos realizados em setembro do mesmo ano. Com destaque ao fato de que a implantação dessa sistemática está baseada na Cadeia de Valor da Autarquia, algo que representa uma inovação no serviço público, uma vez que permitirá um olhar crítico dos gestores e da sociedade sob a execução dos gastos da Agência, bem como facilitará a análise

da relação custo/benefício por macroprocesso. Assim, todos os gastos da Agência são classificados com base numa tabela de códigos previamente elaborada de acordo com a Cadeia de Valor da ANTAQ e são lançados no momento do registro contábil da liquidação no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), alocando o respectivo custo para o macroprocesso adequado.

Cerca de 87% dos custos da ANTAQ estão alocados nos macroprocessos finalísticos da Agência (fiscalização, gestão de outorgas, normatização e orientação ao setor regulado e produção de conteúdo aquaviário) e o restante alocado ao macroprocesso estratégia, gestão e suporte.

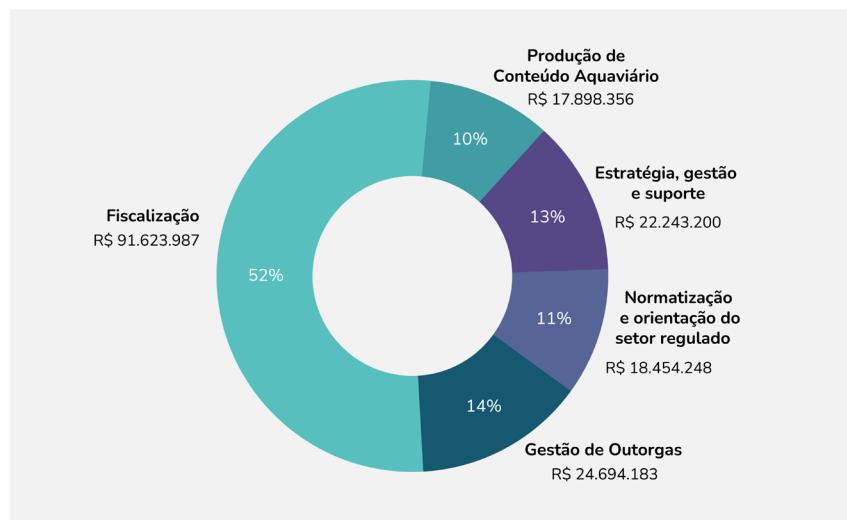


Gráfico 15: Custo por macroprocessos organizacionais. Fonte: ANTAQ, 2024.

5.2.1.2. Gestão de pessoas

A ANTAQ observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, bem como dos órgãos de controle, de forma a assegurar a conformidade com a [Lei nº 8112, de 1990](#).

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é acompanhada trimestralmente, por meio de relatórios com indicadores internos de desempenho das metas estabelecidas.

A Gerência de Gestão de Pessoas (GGP/SAF) faz a gestão da força de trabalho na Agência e atua de forma a atender as demandas de pessoal e estagiários nas unidades organizacionais.

FORÇA DE TRABALHO

A força de trabalho da Agência está subdimensionada para desempenho das competências institucionais e de apoio às atividades do MPOR, dado que há considerável rotatividade nas carreiras públicas. A [Lei nº 10.871 de 2004](#), prevê 470 cargos efetivos, mas somente 323 estão ocupados, representando 69% da força de trabalho prevista. E nos próximos 5 anos, há a perspectiva de aposentadoria de 39 servidores, entre o quadro efetivo e o específico.

A recomposição da força de trabalho visa fortalecer e agilizar os procedimentos necessários à realização das licitações de arrendamentos e concessões portuárias, às concessões hidroviárias, a reposição do efetivo da Agência em suas Gerências e Unidades Regionais, fundamentais para a atividade de fiscalização das novas competências regulatórias.

A ANTAQ aderiu ao Concurso Público Nacional Unificado (CNU) e os candidatos aprovados iniciarão o exercício ainda em 2025, com o provimento de 30 vagas para o cargo de Especialista em Regulação. Em 2025, a

Agência apresentará nova solicitação de autorização de realização de concurso público para o preenchimento das demais vagas.

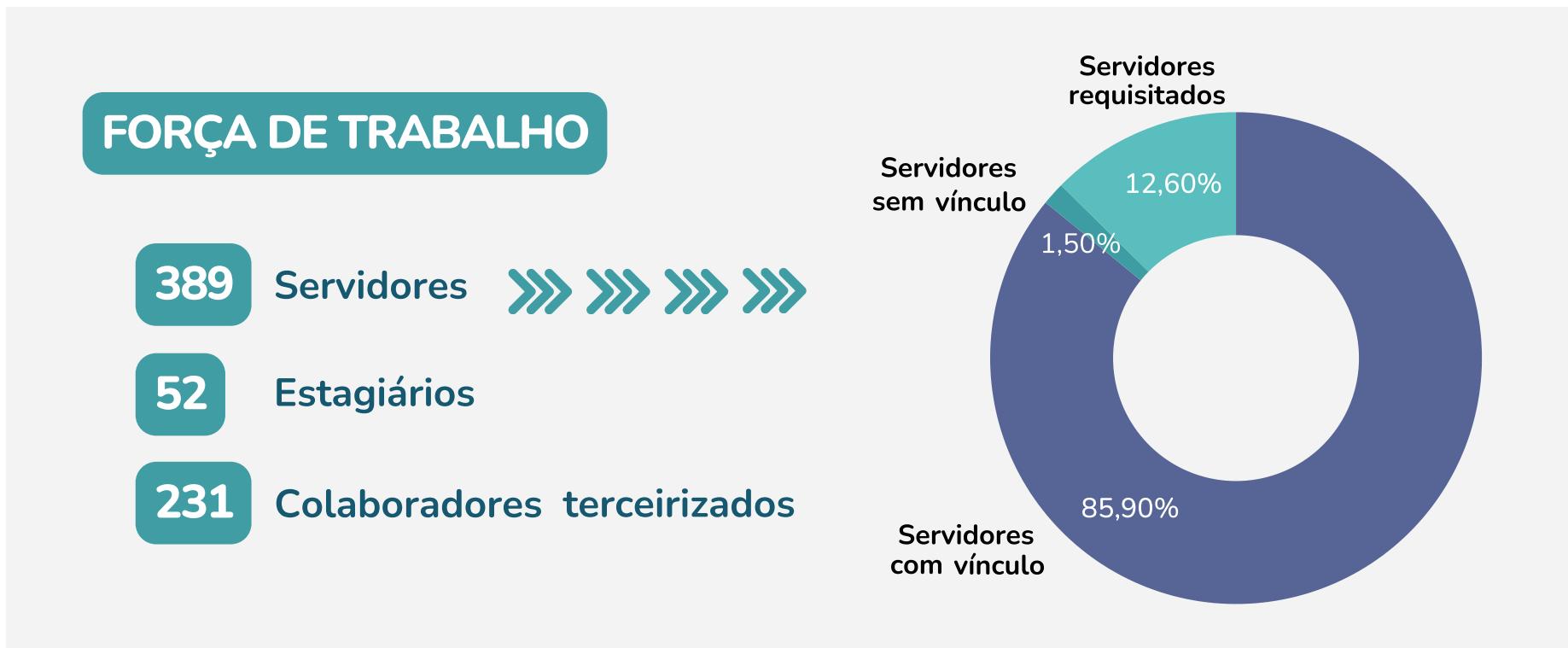
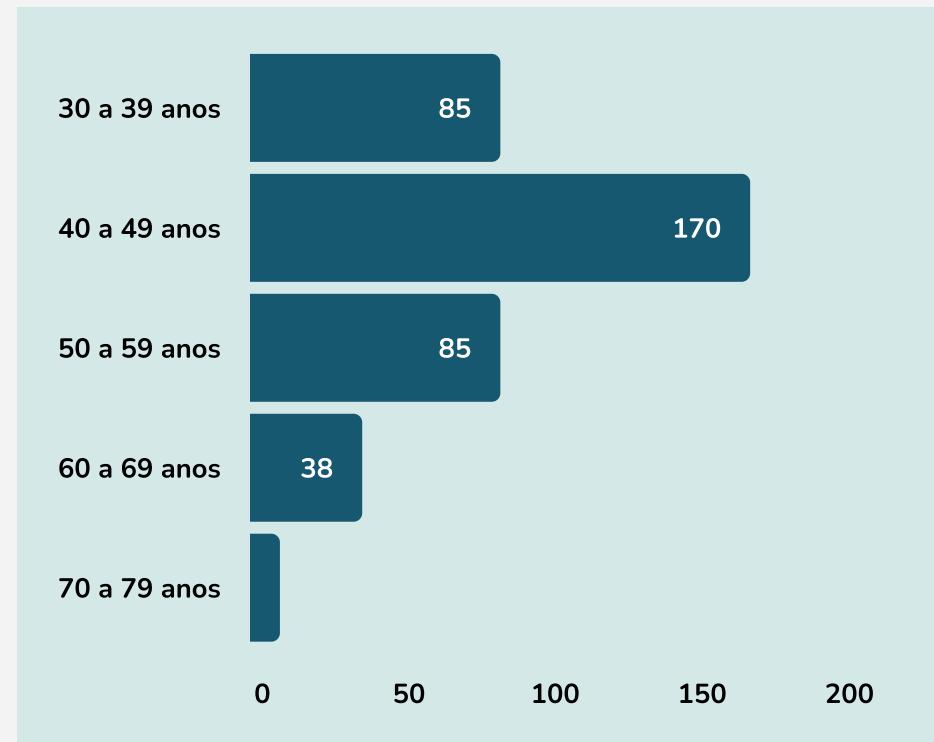


Figura 29: Força de trabalho da ANTAQ em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

A seguir, a abordagem gráfica da distribuição dos 389 servidores por faixa de idade, cor e gênero.

FAIXA ETÁRIA DOS SERVIDORES



Perfil etário dos servidores da ANTAQ se concentra na faixa dos 40 a 49 anos, sendo a média de idade de 47,4 anos

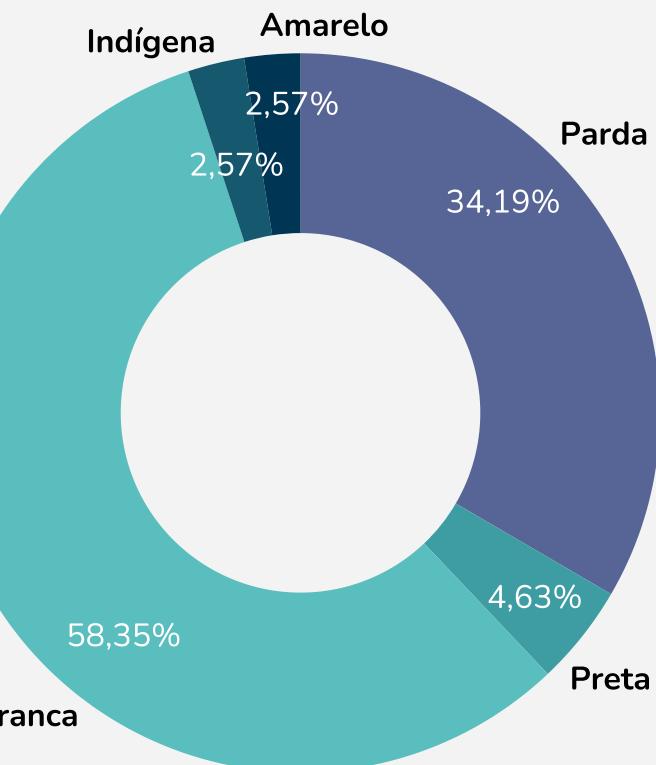


Figura 30: Distribuição dos servidores em exercício na ANTAQ em 2024, por idade, gênero e cor/raça. Fonte: ANTAQ, 2024.

CAPACITAÇÃO

A capacitação da força de trabalho visa fortalecer e agilizar os procedimentos necessários ao alcance da missão institucional. O principal instrumento de planejamento e gestão das capacitações da Agência é o Plano Desenvolvimento de Pessoas (PDP) em atendimento ao [Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019](#), e [Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21/2021](#). O PDP 2024 da ANTAQ pode ser acessado [aqui](#).

O indicador que mede o Grau de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (GPDP) faz parte do rol de indicadores estratégicos do PEI 2021-2024, uma vez que monitora o objetivo estratégico de consolidar a gestão do conhecimento, com vistas a mapear as oportunidades de melhoria ao PDP. Nesse

sentido, a ANTAQ tem envidado esforços para que o PDP consiga ofertar ações de desenvolvimento que agreguem à vida funcional de seus servidores, a fim de prepará-los para as mudanças de cenários internos e externos à Agência.

O GPDP mede o gasto anual empenhado em capacitações em relação ao valor total e anual de dotação destinada à capacitação. A meta do indicador de 2024 era de 70%, tendo sido alcançado o resultado de 61,7%.

As ações de capacitação da Agência envolvem: programas de bolsa de incentivo, cursos fornecidos pela Agência por meio de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), cursos de curta e média duração (contratados, palestras e workshops).

CURSO	VALORES (R\$)				Nº DE CAPACITADOS			
	2022	2023	2024	22/24	2022	2023	2024	22/24
Curta e média duração	R\$ 380.355	R\$ 375.839,47	R\$ 317.748	-16%	352	212	266	-24%
Programas de Bolsa de Incentivo	R\$ 56.716	R\$ 53.822,03	R\$ 8.100	-86%	20	10	2	-90%
GECC	R\$ 53.977	R\$ 50.767,54	R\$ 40.038	-26%	209	325	103	-51%
TOTAL	R\$ 491.047	R\$ 480.429,0	R\$ 317.748	-35%	581	547	371	-36%

Tabela 13: Evolução da capacitação na ANTAQ, 2022-2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

O ano de 2024 foi caracterizado por diversas parcerias internacionais, destacando-se a participação de servidores da ANTAQ em congressos globais, como o 5º Congresso Mundial da PIANC

2024, realizado na Cidade do Cabo, África do Sul. Além disso, a Agência estabeleceu uma parceria estratégica com o *Antwerp and Flanders Port Training Center* (APEC), através da qual firmou

acordos para a realização de cursos. Em contrapartida, a ANTAQ tem obtido acesso a cursos gratuitos oferecidos pela instituição.

CAPACITAÇÃO	LOCAL	Nº PARTICIPANTES ANTAQ
2ª Edição do Programa Life	Cidade do Panamá (Panamá)	2
<i>International Port Strategy</i>	Antuérpia (Bélgica)	1
<i>Port Management and Concessions</i>	Antuérpia (Bélgica)	2
21ª edição do "Women in Port Management"	Le Havre (França)	1
<i>Strategic Management of Regulatory and Enforcement Agencies</i>	Massachussets (EUA)	1
Master Em Logística e Gestão Portuária	Valênciia (Espanha)	4
<i>Port Logistics</i>	Antuérpia (Bélgica)	1
Tailored course APEC 2024	Antuérpia (Bélgica)	5

Tabela 14: Capacitações internacionais 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Houve capacitações internacionais nos programas Le Havre, Valencia Port e ITL, por exemplo. No entanto, é importante destacar que a ANTAQ também vem aprimorando seus conhecimentos por meio das melhores plata-

formas internacionais, visando alcançar um padrão de excelência nas ações executadas pela Agência.

Os desafios para as capacitações de 2025 estão centrados em aumentar o número de capacitações

oferecidas por meio de GECC, com foco na qualificação de servidores que possam contribuir para o aprimoramento e a disseminação de conhecimentos, tanto internamente quanto em instituições com objetivos semelhantes.

■ QUALIDADE DE VIDA

Para atingir o objetivo estratégico de implementar políticas que promovam a qualidade de vida no trabalho e desenvolvam competências com o foco em resultados, a ANTAQ se utiliza do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT). Esse programa visa a promoção do bem-estar individual e coletivo, bem como o exercício da cidadania organizacional no ambiente de trabalho. Os benefícios alcançados pelo PQVT impactam diretamente na qualidade dos serviços prestados pela Agência.

O PQVT tem como alvo tanto os servidores como os colaboradores e surge como instrumento para minimizar os efeitos estressantes do ambiente de trabalho, desde as dificuldades interpessoais às condições ambientais. Busca proporcionar situações que gerem motivação aos profissionais, interferindo positivamente no clima organizacional. À exemplo das ações que compõem o programa, está o oferecimento de ginástica laboral, a avaliação da saúde do servidor por meio dos exames médicos periódicos e o incentivo à vacinação.

O Grau de Satisfação com o Programa de Qualida-

de de Vida no Trabalho (GSPQVT) é um indicador de resultado do PEI 2021-2024 e valora a média das notas atribuídas ao PQVT pelos servidores que responderam a pesquisa qualitativa. A meta do indicador para 2024 era o alcance de 73% e ao final deste período o indicador alcançou a marca de 54%.

No exercício de 2024, algumas atividades de qualidade de vida foram mantidas e novos projetos foram iniciados. Cabe destacar que foram realizadas, via *Microsoft Forms*, pesquisas de satisfação ao final de todas as atividades.

INICIATIVA DE QUALIDADE DE VIDA	MÉDIA MENSAL PARTICIPANTES	ÍNDICE DE SATISFAÇÃO
Serviço de massoterapia	128	92%
Exames médicos periódicos	13	86%
Palestra sobre a "Importância dos Exames Periódicos"	13	99%
Campanha de vacinação	95	96%
Círculo de saúde no dia dos servidores	118	95%
Programa de Aposentadoria	-	-
Movimenta Vida360	-	-

Tabela 15: Iniciativas de qualidade de vida, ANTAQ em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

No ano de 2024, foram ofertados 2 planos de saúde além de um plano odontológico, sendo eles:

PLANO DE SAÚDE	Nº SERVIDORES	VALOR PER CAPITA 2024	VALOR MÉDIO MENSAL
ASSEFAZ	148	R\$ 16.434	R\$ 43.036
GEAP	27	R\$ 89.790	R\$ 7.483
PREVIDENT (plano odontológico)	31	R\$ 24.848	R\$ 2.071

Tabela 16: Plano de saúde e odontológico dos servidores ANTAQ em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

*Obs: Valores até dezembro de 2024

No âmbito de atestados médicos, como é possível acompanhar por meio da tabela subsequente, em 2024 tivemos um indicador de ausência de 1,24%, o menor registrado nos últimos 5 anos.

ANO	DIAS	QUANT. ATESTADOS	QUANT. DIAS	INDICADOR ÍNDICE DE AUSÊNCIA
2024	366	172	1.765	1,24%
2023	365	226	2.353	1,66%
2022	365	266	3.376	2,38%
2021	365	160	4.721	3,33%
2020	365	150	2.410	1,70%

Tabela 17: Indicador de ausência. Fonte: ANTAQ, 2024.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS RELACIONADAS AO PROCESSO DE GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas enfrenta o desafio de adequar a força de trabalho da Agência para garantir o atendimento às demandas da sociedade e do setor regulado e envolve as seguintes ações:

- Obter aprovação para realização de concursos

com a finalidade de recompor a força de trabalho e assim completar o quadro legal não preenchido;

- Implementar ações de governança em gestão de pessoas visando à melhoria do desempenho da

Agência e aprimorar a gestão de talentos;

- Adaptar os procedimentos de trabalho em linha com as melhorias de sistemas de tecnologia que estão em desenvolvimento desde 2024.

5.2.1.3. Tecnologia da informação

GOVERNANÇA DE TI

Para assegurar a conformidade legal na Gestão de Tecnologia da Informação, a ANTAQ, por meio da Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação (GTGI), vinculada à SGE, busca continuamente o alinhamento e a implementação das diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal, órgãos de controle, e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI). Além disso, a Agência observa padrões internacionais que garantem a manutenção e a qualidade dos serviços de TI, assim como a adesão aos normativos internos. Nesse contexto, a ANTAQ promove a evolução constante de iniciativas relacio-

nadas a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, interoperabilidade e contratações de serviços. A seguir, destacam-se os principais normativos que orientam a gestão de TI na Agência:

- [Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019 de 4 de abril de 2019](#);
- [Portaria nº 778 SGD/ME de 4 de abril de 2019](#);
- [Guia de PDTIC do SISP](#);
- [Estratégia Nacional de Governo Digital \(ENGD\) está prevista na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021;](#)
- [Plano Estratégico Institucional 2021-2024](#).

O arcabouço normativo que dá suporte à governança de TI na Agência desde 2022 é bastante robusto e tem como pilares a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), aprovada pela Portaria-DG 423/2022, a Política de Provimento e Gestão de Soluções de TI da Agência (PPGSTI), instituída pela Portaria-DG nº 432/2022, e a Política de Governança Digital e de Tecnologia da Informação (PGTI), aprovada por meio da Portaria-DG nº 424/2022, todas elaboradas em consonância com as diretrizes e melhores práticas definidas pelo SISP/MGI e corroboradas, repetidas vezes, pelo TCU em fiscalizações focadas em governança de tecnologia da informação.

SOLUÇÕES DE TI

Esses instrumentos de gestão, associados ao resultado de atividades capitaneadas pelas áreas de Governança e Gestão (GGGP/SGE) e da Gerência de Tecnologia da Informação (GTGI/SGE), deram origem à nova esteira de desenvolvimento de soluções de TI da Agência, baseada na utilização de tecnologia de desenvolvimento *low-code Oracle Apex* e na aplicação de métodos ágeis.

As atividades de planejamento das ações de governança de TIC, bem como de apoio à elaboração, revisão e acompanhamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) cabem, conforme estrutura regimental da ANTAQ, à GTGI.

Para auxiliar a tomada de decisão acerca das ações estratégicas de Tecnologia da Informação, bem como para a melhoria da gestão e governança de TI, as decisões relacionadas à temática são realizadas no âmbito do Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação (CGDSI), instituído por meio da [Portaria DG nº 364/2021](#).

O PDTIC é um instrumento de diagnóstico e gestão de recursos de TI, visando atender às necessidades de tecnologia alinhadas aos objetivos

estratégicos da Antaq. Ele identifica as necessidades das áreas de TI, priorizadas conforme o Planejamento Estratégico, e quaisquer modificações no PDTIC devem ser aprovadas pelo CGDSI.

A Agência vem adotando as melhores práticas de governança de TI, o que deu ensejo à aprovação, em agosto de 2024, de nova estrutura organizacional para as setoriais de Planejamento e TI da Agência, que passaram a contar com áreas específicas para Gestão de Requisitos de soluções de TI (CRQ/ GGGP/SGE), Administração de Dados (CAD/GTGI/ SGE), Administração de Ativos Analíticos/Painéis institucionais (CAA/GTGI/SGE) e Desenvolvimento de Software (CDS/GTGI/SGE).

Criada pela [Portaria-DG nº 496/2023](#), a CRQ/GGGP/ SGE é responsável pela definição, análise e especificação dos requisitos de funcionamento das soluções de TI da ANTAQ. Realiza a articulação e coordenação junto às áreas de negócios da Agência, buscando registrar as demandas evolutivas e corretivas das soluções a serem desenvolvidas ou já implementadas.

Em 2024, a CRQ desenvolveu as atividades de levantamento de requisitos e regras de negócios dos projetos e soluções que compõem o ambiente da

Plataforma de Regulação Aquaviária (PROA) relacionados ao cadastro de embarcações, às gestões de outorgas da navegação, de outorgas portuárias, de afretamentos e à análise de EVTEA.

2 sistemas entregues em plataforma Oracle-Apex: Hefesto (gestão de desempenho, em linha IN MGI) e G-Riscos (gestão de riscos);

80 bases de dados mapeadas;

7.796 chamados atendidos;

6 contratações finalizadas.

Em 2024 o PDTIC 2021-2024 também foi revisado e aprovado pelo [Acórdão nº 714/2024](#), frente à remodelação e a integração de todas as soluções de tecnologia da ANTAQ. O PDTIC 2025-2028 foi elaborado em linha com o PEI 2025-2028.

Em 2024, houve um esforço muito grande para realizar a gestão integrada de TI, fortalecendo a governança e a gestão do ambiente de TI. As principais entregas na área de tecnologia da informação de fortalecimento da integração de sistemas foi a adoção de nova governança e gestão em banco de dados e *data analytics*.

Sobre a Política de Segurança da Informação (POSIC), aprovada pela [Portaria-DG ANTAQ nº 423/2022](#), cabe informar que em 2024 foram realizadas iniciativas e ações com o objetivo de difundir e implantar ações afetas à segurança da informação no âmbito de procedimentos e conscientização dos usuários.

Houve a implantação de nova solução de segurança da informação com antivírus, *antispam*, correlacionamento de ameaças e proteção para servidores e *storage*.

5.2.1.4. Gestão do conhecimento e da informação

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A ANTAQ, ao longo de 2024, realizou orientações e recomendações a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais. Tais orientações foram voltadas predominantemente ao público interno por meio do repositório de gestão de conhecimento da LGPD.

No exercício houve monitoramento constante das iniciativas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) de forma a verificar a atualização dos normativos internos.

O ano de 2024 contou com desafios que impactaram no cumprimento integral de todas as metas, dentre os quais é possível destacar:

1. Dificuldades orçamentárias, impedindo a obtenção dos recursos de TI necessários;
2. Falta de recursos humanos, especialmente com qualificação técnica;
3. Morosidade nas contratações em face da alta demanda, elevada burocracia no processo e falta de recursos humanos especializados em aquisições.

Entre as ações futuras destacam-se:

1. Modernização de até 30% do acervo de sistemas da ANTAQ;
2. Contratação dos recursos de infraestrutura necessárias para governança em TI (ex. *backup*, ativos de rede e plataforma de segurança);
3. Participação em cursos e eventos de capacitação para aprimoramento do pessoal da TI.

Considerando a participação da Agência no Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) e adoção do guia de *framework* elaborado pela Secretaria de Governo Digital, a ANTAQ ampliou os esforços de verificação de atendimento de pontos fundamentais da LGPD.

Por meio do citado guia foi permitido identificar, acompanhar e preencher lacunas presentes na agência com fundamento nas obrigações da LGPD. A partir das respostas inseridas

foi gerado uma visão do grau de maturidade bem como plano de ação para implementação de novas medidas.

Portanto, considerando o caráter contínuo em relação às práticas de compliance com a proteção de dados por meio de implementação de ações, controles e monitoramento, e considerando os mesmos critérios adotados no ano de 2024, estima-se um incremento do nível de adequação da Agência à LGPD.

PAINÉIS DE INFORMAÇÕES

Os painéis de BI (*Business Intelligence*) são soluções de gerenciamento de informações e visualização de dados usadas para análise de dados, com o intuito de facilitar a compreensão destes dados e auxiliar na tomada de decisões.

A ANTAQ possui 37 painéis de dados, sendo 6 de consumo interno, e 31 voltados ao público externo. Em 2024, com o objetivo de fortalecer o processo da gestão da informação e da governança de dados na ANTAQ, ficou responsável pela

migração dos *Painéis de Dados* para o *Qlik Sense*, ferramenta definida como padrão institucional para a produção de painéis no âmbito da Agência, tendo migrado os últimos 12 painéis para a plataforma *Qlik Sense*.

PUBLICAÇÃO DE ATOS

Em relação à gestão da informação, em 2024 houve a indexação de 2.136 atos e normativos no [ANTAQ Juris](#), serviço de consulta à Jurisprudência da Agência. Entre as publicações que podem ser encontradas estão: resoluções, acórdãos da Diretoria Colegiada e suas ementas, deliberações do Diretor-Geral e do Superintendente de Outorgas, além de termos de autorização.

12 novos painéis BI desenvolvidos ou atualizados, com a migração de todos os painéis para o novo padrão estabelecido para a Agência;

2.136 atos e normativos indexados no [ANTAQ Juris](#);

7.775 volumes de processos digitalizados;

70% do acervo documental da ANTAQ digitalizado.

GESTÃO DE DOCUMENTOS E PROTOCOLO

O processo de gestão do portal e da intranet está normatizado pela [Portaria ANTAQ-DG nº 366, de 9 de setembro de 2021](#), que institui a Política de Gestão de Conteúdos do Portal. Cabe frisar que a ANTAQ preza pela descentralização e pela autonomia das unidades organizacionais no desenvolvimento e manutenção dos conteúdos nestas plataformas, proporcionando maior tempestividade e qualidade na informação compartilhada.

A Divisão de Gestão de Documentos (DGDOC) é unidade subordinada à GTGI, vinculada à SGE. Dentre suas principais atribuições, destacam-se: supervisionar a política de gestão, preservação e acesso de documentos arquivísticos da ANTAQ; gerenciar a atividade de protocolo da Agência; e efetuar o recebimento, a distribuição e a expedição de correspondências, documentos e processos.

A DGDOC continua contribuindo ativamente por meio da gestão do SEI, em especial quanto às ferramentas de peticionamento e intimação eletrônicos. Inaugurados em outubro de 2019, tais serviços possibilitam que os interessados atuem no processo administrativo e recebam comunicações processuais, bem como tenham acesso ao processo de maneira inteiramente eletrônica, garantindo agilidade e transparência no trâmite processual.

e contribuindo para a tomada de decisão, para o atendimento direto dos interessados e para a im-

poção de obrigações de forma mais célere. Dessa maneira, os regulados, o Poder Público e toda a so-

ciedade ganham a devida segurança que as transações em meio eletrônico oferecem aos envolvidos.

5.2.1.5. Administração e logística

COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A ANTAQ mantém as informações referentes às licitações e contratos atualizados em seu Portal, para conferir [clique aqui](#). A Gerência de Licitações e Contratos (GLC) é a unidade responsável pela atualização dessas informações, além de ter sob sua responsabilidade as contratações decorrentes de licitações e a orientação às demais unidades sobre padronização de procedimentos.

Durante o exercício de 2024, foram realizados 64 processos de contratação, sendo 25% decorrentes de pregões, 73,4% de contratações diretas, entre dispensas e inexigibilidades de licitação, e 1,5% de participação de registro de preço.

MODALIDADE	2023 (Nº CONTRATAÇÕES)	2024 (Nº CONTRATAÇÕES)	VALOR EFETIVADO EM 2024
Pregão eletrônico	15	16	R\$ 20.080.611,80
Dispensa de licitação	25	9	R\$ 2.589.770,86
Inexigibilidade	41	38	R\$ 1.725.588,35
Adesão Ata de Registro de Preços	1	1	
TOTAL	82	64	R\$ 24.395.971,01

Tabela 18: Contratações realizadas em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Registre-se que houve a priorização dos processos licitatórios por meio do pregão eletrônico. No que se refere ao número de inexigibilidades, registra-se que dos 38 processos realizados, 30 foram relativos à capacitação. No comparativo

com o exercício de 2023, houve-se uma redução de 64% no número de dispensas de licitação.

As 12 principais contratações realizadas pela ANTAQ no exercício de 2024 totalizaram R\$ 13.084.340,49.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONTRATAÇÃO	VALOR DA CONTRATAÇÃO	SETOR DEMANDANTE
Pregão	Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de apoio técnico especializado.	R\$ 4.250.000,00	Gerência de Recursos Logísticos
Pregão	Aquisição de ferramenta de modelagem de dados (<i>Oracle</i>)	R\$ 2.700.558,00	Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação
Dispensa	Contratação emergencial - Locação de veículos com motorista	R\$ 2.490.033,06	Gerência de Recursos Logísticos
Pregão	Licenciamento do ambiente corporativo	R\$ 1.807.984,95	Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação
Pregão	Serviço de limpeza e copeiragem para GRERJ, UREFT, UREV, URESV e PA-SSZ	R\$ 286.360,65	Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais
Inexigibilidade	Bases de dados internacionais (<i>Baltic e Clarksons</i>)	R\$ 196.350,00	Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários
Pregão	Aquisição de Persianas para a Sede e Regionais	R\$ 73.980,00	Gerência de Recursos Logísticos
Pregão	Aquisição de mobiliários para a Sede e Regionais	R\$ 473.802,80	Gerência de Recursos Logísticos
Pregão	Aquisição de aparelhos de ar-condicionado, refrigeradores e micro-ondas	R\$ 53.487,55	Gerência de Recursos Logísticos
Pregão	Aquisição de mobiliários e painel estruturado plenário	R\$ 39.000,00	Gerência de Recursos Logísticos
Pregão	Aquisição de material de expediente	R\$ 19.713,48	Gerência de Recursos Logísticos
Pregão	Contratação de Solução de Automação Multimídia Plenário	R\$ 693.070,00	Assessoria de Comunicação

Tabela 19: Contratações realizadas em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Em relação às contratações de TI, ao longo de 2024, buscou-se aperfeiçoar o parque tecnológico da Agência, com por exemplo, a aquisição do equipamento *storage* que tem por objetivo, dentre outros, prover maior velocidade e menor tempo de resposta no acesso e operação dos sistemas, painéis, dados e informações da ANTAQ, bem como ampliar o nível de segurança dos equipamentos e serviços de TIC.

Houve, ainda, a necessidade de se realizar uma contratação de solução corporativa de comunicação de dados capaz de prover a interligação da Sede da ANTAQ às Unidades Remotas nos Estados (Rede WAN) e conexão à Internet.

CATEGORIA	QUANTIDADE
Compras	5
Informática (TIC)	18
Locação Imóveis	2
Mão de Obra	5
Serviços	41
TOTAL	71

Tabela 20: Contratos vigentes, 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Ainda em relação às contratações, cabe informar que, dos 18 pregões publicados em 2024, 16 foram concluídos com adjudicação ao vencedor, 1 revogado e 1 fracassado. Das contratações diretas, 9 dispensas de licitação foram concluídas com sucesso, 1 foi deserta e 1 revogada por instabilidade no sistema de compras.. Das inexigibilidades, 38 obtiveram êxito e 1 revogada.

MODALIDADE	COM SUCESSO	FRACASSADO	CANCELADO	REVOGADO	ANULADO	DESERTA
Pregão Eletrônico	16	1	-	1	-	-
Dispensa de Licitação	9	1	-	-	-	-
Inexigibilidade	38	-	-	1	-	-
Intenção de Registro de Preços	1	-	-	-	-	-

Tabela 21: Efetividade das contratações em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

■ PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS 2024

De acordo com a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), o Plano de Contratação Anual (PCA) consolida as compras e contratações que a Agência pretende realizar, contemplando bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação, dispensadas de registro as contratações relacionadas no art. 7º do [Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022](#). O PCA não prevê as renovações contratuais.

Durante a elaboração do Plano de Contratações Anual 2024 (PCA 2024) em 2023, a SAF mobilizou as áreas demandantes para alinhar os va-

lores de contratação ao orçamento da Agência. Ao longo do ano, ajustes foram solicitados por diversas unidades.

O indicador Grau de execução do PCA (GPCA) vincula-se ao objetivo estratégico “fortalecer a governança e o planejamento com foco na integração e inovação de processos”. O GPCA demonstra a execução dos itens classificados como prioridade alta. As classificações das prioridades (alta, média e baixa) são sugeridas pelo Comitê Estratégico de Governança (CEG) e chanceladas pela Diretoria-Geral (Acórdão nº 317).

A meta estratégica é a contratação de 100% dos itens classificados com prioridade alta monitorados pelo GPCA. Ao final de 2024, foram executados apenas 14 de 38 itens (64,7%), com destaque para a aquisição dos novos uniformes de fiscalização, serviços de contratos de transferência de tecnologia, aquisição de novos mobiliários, pesquisa de satisfação dos usuários da navegação de cabotagem.

Em termos de valores, para exercício de 2024, o PCA correspondeu à ordem de R\$ 54.531.290,87, sendo executado R\$ 24.395.971,01.

Valor do PCA	R\$ 54.531.291
Valor Executado do PCA 2024	R\$ 24.395.971
Percentual de execução em relação ao valor estimado	45%

Tabela 22: Execução do PCA 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

MODALIDADE	VALOR EFETIVADO EM 2024
Inexigibilidade	R\$ 1.725.588,35
Dispensa de Licitação	R\$ 2.589.770,86
Pregão Eletrônica	R\$ 20.080.611,80
TOTAL	R\$ 24.395.971,01

Tabela 23: Distribuição do valor executado por modalidade. Fonte: ANTAQ, 2024.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

A ANTAQ realizou seus atos de Licitações e Contratos em conformidade com as normas emanadas pelo Governo Federal [Lei nº 14.133, de 2021](#), e com as orientações dispostas no [portal de compras](#) do governo federal.

A ANTAQ, por meio da Gerência de Licitações e Contratos (GLC), encerrou o exercício de 2024 com 71 contratos administrativos vigentes, que totalizam R\$ 69.508.442,39, sendo 64 contratos celebrados ao longo do ano, no valor de R\$ 24.395.971,01.

MODALIDADE	2024	2023	2022	23/24
Pregão Eletrônico	16	15	12	7%
Dispensa de Licitação	9	25	41	-64%
Inexigibilidade	38	41	29	-7%
Adesão Ata de Registro de Preços	1	1	2	0%
Total contratações anuais	64	82	84	-22%

Tabela 24: Quantitativo de contratações realizadas por ano, 2022 a 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

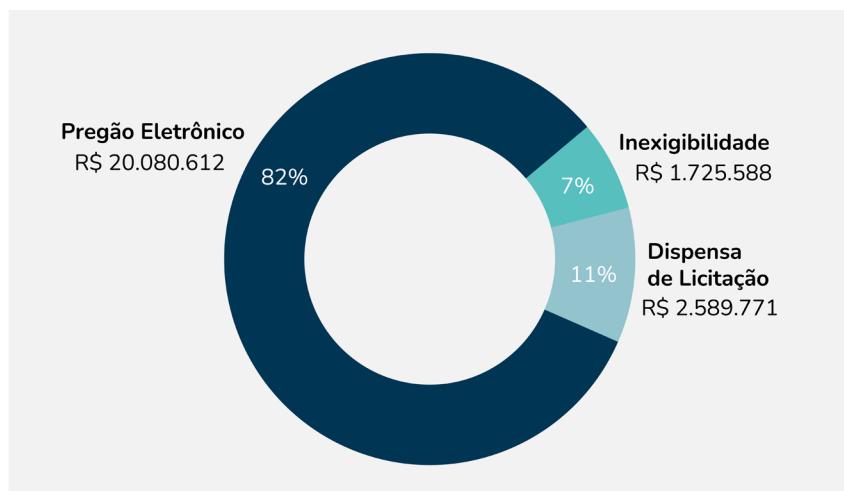


Gráfico 16: Procedimentos por modalidade de licitação em valores monetários e percentual. Fonte: ANTAQ, 2024.

A Agência apresentou redução de 22% no número de contratações (redução de 18 contratos) com base no ano anterior, com maior redução nos procedimentos de dispensa de licitações. A maior parte das contratações diretas foram direcionadas para cursos de capacitação (30 contratações). As contratações mais relevantes serão apresentadas na tabela subsequente, com destaque à contratação de mão de obra exclusiva de 10 novos profissionais nas áreas de estatística, contabilidade e economia, para auxiliar a Agência nos processos de gestão de outorga, abordados no Capítulo 4.2.

CONTRATAÇÃO	VALOR DA CONTRATAÇÃO	SETOR DEMANDANTE
Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de apoio técnico especializado.	R\$ 4.250.000	Gerência de Recursos Logísticos
Aquisição de ferramenta de modelagem de dados (Oracle)	R\$ 2.700.558	Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação
Contratação emergencial - Locação de veículos com motorista	R\$ 2.490.033	Gerência de Recursos Logísticos
Licenciamento do ambiente corporativo	R\$ 1.807.985	Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação
Serviço de limpeza e copeiragem para GRERJ, UREFT, UREVIT, URESV e PA-SSZ	R\$ 286.361	Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais
Bases de dados internacionais (Baltic e Clarksons)	R\$ 196.350	Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários
Aquisição de Persianas para a Sede e Regionais	R\$ 73.980	Gerência de Recursos Logísticos
Aquisição de mobiliários para a Sede e Regionais	R\$ 473.803	Gerência de Recursos Logísticos
Aquisição de aparelhos de ar condicionado, refrigeradores e micro-ondas	R\$ 53.488	Gerência de Recursos Logísticos
Aquisição de mobiliários e painel estruturado plenário	R\$ 39.000	Gerência de Recursos Logísticos
Aquisição de material de expediente	R\$ 19.713	Gerência de Recursos Logísticos
Contratação de Solução de Automação Multimídia Plenário	R\$ 693.070	Assessoria de Comunicação

Tabela 25: Principais contratações de 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

A ANTAQ investiu R\$ 693.070 na contratação de solução integrada de automação de multimídia para modernização tecnológica do plenário da Agência, com ganhos significativos de qualidade nas transmissões dos eventos realizados pela autarquia.

É importante salientar o avanço na gestão da comunicação externa da ANTAQ com a implantação da sustentação oral que permite que as partes interessadas possam se manifestar em processos que são pautados nas Reuniões do Colegiado. Desta forma, a Agência concede a oportunidade de uma última abordagem de aspectos cruciais antes da tomada de decisão pela Diretoria. Ao longo do ano de 2024, foram realizadas 39 sustentações orais.

LOGÍSTICA ADMINISTRATIVA E INFRAESTRUTURA

ANTAQ EM NÚMEROS	QTDE.
Contratos de logística vigentes	33
Força de trabalho terceirizada - Secretariado e Recepção	69
Força de trabalho terceirizada - Vigilância e Brigada	24
Força de trabalho terceirizada - Limpeza, Conservação e Copeiragem	20
Força de trabalho terceirizada - Manutenção e Transporte	24
Apoio Administrativo - Nível Médio	30
Apoio Administrativo - Nível Superior	50
Apoio Técnico Especializado – Nível Superior	10
Total de colaboradores terceirizados	227

Tabela 26: Antaq em números. Fonte: ANTAQ, 2024.

No exercício de 2024, a SAF promoveu avanços significativos na gestão da força de trabalho terceirizada. Destaca-se a ampliação do número de Assistentes Técnicos Administrativos de Nível Superior na sede da Agência, no âmbito do contrato CONT-SAF-ANTAQ/Nº 16/2022, passando de 40 para 50 postos. Essa expansão possibilitou o fortalecimento das atividades administrativas, contribuindo para maior eficiência operacional e aprimoramento dos serviços prestados.

Visando atender às necessidades específicas da Agência, foram contratados 10 postos para início imediato de Apoio Técnico Especializado de Nível Superior nas áreas de Economia, Contabilidade e Estatística, e mais 10 postos serão contrata-

dos no ano de 2025. Essa iniciativa reforçou a capacidade técnica da instituição, permitindo análises mais qualificadas e embasadas para a tomada de decisão.

No que se refere à infraestrutura e aos recursos logísticos-administrativos, houve melhorias expressivas no edifício-sede, incluindo a reforma de setores estratégicos, como piso, sistema de ar-condicionado, sistema de iluminação e instalação de novas persianas. A criação de uma nova sala de reuniões da Diretoria também contribuiu para a modernização das instalações e o aperfeiçoamento do ambiente de trabalho.

A segurança institucional também foi aprimorada com a modernização do controle de acesso e permanência de pessoas no edifício-sede, em conformidade com as diretrizes da Portaria-DG ANTAQ nº 492/2023. A instalação de um novo sistema de acesso e a implementação de um circuito atualizado de CFTV fortaleceram a proteção dos espaços e a gestão da circulação interna.

No que tange à ocupação das unidades descentralizadas, a Agência manteve sua política de otimização de espaços públicos. Das 26 unidades descentralizadas da ANTAQ, apenas uma – a Unidade Regional do Espírito Santo (UREVT), localizada em Vitória-ES, opera em imóvel locado. As demais Gerências e Unidades, bem como seus Postos Avançados (PA), funcionam em espaços compartilhados com outros órgãos públicos ou em imóveis cedidos pela União, predominantemente em portos ou autarquias com atividades correlatas. Esse modelo, que abrange 96,15% das dependências da Agência, promove maior eficiência na gestão patrimonial e redução de custos operacionais, garantindo um uso mais racional dos recursos públicos.

TERMO	OBJETO	DATA ASSINATURA	PROCESSO
Termo de Cessão de Uso - SPU	Instalação da GRERJ	27/11/15	50300.002563/2015-11
Termo de cessão de uso - SUAPE - COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS	Posto Avançado de SUAPE (PA - SUA)	8/9/17	50300.012642/2016-11
Termo de cessão de uso 01/2017 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	Posto avançado SALVADOR / TERMO ADITIVO - PA-SSA	30/11/17	50300.007340/2017-10
Termo de cessão de uso - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ CDP	Posto Avançado de SANTARÉM - PA-STM	20/12/17	50300.000753/2017-65
Termo de cessão de uso 01/2018 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA	Posto Avançado de ARATU/ CANDEIAS - PA-ARB	11/10/18	50300.007343/201745
Termo de cessão de uso - SPU (com alterações)	Posto Avançado de SANTOS - PA-SSZ	10/1/19	50300.000402/2019-16
Termo de cessão de uso 01/2019 - SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL	Posto Avançado de SÃO FRANCISCO DO SUL (PA SF) - PA-SSF	27/7/19	50300.000413/2017-34
Termo de cessão de uso 04/2019 - SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DE ITAJÁI	Posto Avançado de ITAJÁI (PA-ITJ) - PA-ITJ	18/10/19	50300.000913/2017-76
Termo de cessão de uso 01/2020 - COMPANHIA DOCAS DA PARAÍBA - DOCAS/PB	Instalação PA de Cabedelo - PA-CAB	17/2/20	50300.009259/2019-28
Termo de cessão de uso 03/2020 - APPA - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA	Posto Avançado de PARANAGUÁ - PA-PNG	20/4/20	50300.015298/2018-83
TERMO DE CESSÃO DE USO 01/2019 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ (CDC)	Instalação da UREFT	7/7/20	50300.006726/2018-87
TERMO DE CESSÃO DE USO - BACEN/RS	Instalação da UREPL	6/11/20	50300.002836/2020-94
TERMO DE CESSÃO DE USO - BACEN/PA	Instalação da GREBL	26/4/21	50300.016915/2020-82
TERMO DE CESSÃO DE USO - BACEN/PA	Instalação da URESL	30/4/21	50300.012409/2020-14

TERMO DE COMPARTILHAMENTO DE IMÓVEL E RATEIO DE DESPESAS - IBAMA	Instalação da GREFL	20/5/21	50300.005097/2021-73
Termo de cessão de uso 01/2021 - SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO-SCPAR PORTO IMBITUBA	Posto Avançado de IMBITUBA - PA-IBB	27/7/21	50300.013012/2016-63
TERMO DE COMPARTILHAMENTO - ANATEL	Instalação da GRERE	27/8/21	50300.017960/2020-54
TERMO DE COMPARTILHAMENTO - ANATEL	Instalação da GREST	1/11/21	50300.010024/2021-01
TERMO de Compartilhamento nº 03/2023 - CENSIPAM UREMN	Instalação da GREMN	14/4/23	50300.011661/2022-78
TERMO DE COMPARTILHAMENTO -URESV - ANATEL	Instalação da URESV	28/7/23	50300.014545/2021-20
TERMO DE CESSÃO DE USO - BACEN - CURITIBA/PR	Instalação da URECB	1/1/24	50300.019568/2023-92
TERMO de Compartilhamento nº 02/2024 - CENSIPAM UREPV	Instalação UREPV	2/1/24	50300.003370/2019-19
Termo de cessão de uso 03/2024 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES- IP4 PARINTINS/AM	POSTO / SALA DE APOIO PARINTINS - GREMN	25/7/24	50300.002459/2024-17

Tabela 27: Relação dos Termos de Cessão de Uso e Termos de Compartilhamento das unidades descentralizadas da ANTAQ em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

Em relação à execução total de diárias e passagens, o ano de 2024 apresentou um gasto total de R\$ 3.101.376,32.

No exercício de 2024, houve um aumento significativo nos custos relacionados a diárias e passagens, diretamente associado à ampliação das atribuições da ANTAQ. A expansão das competências institucionais demandou um maior volume de deslocamentos para fiscalização, super-

visão e participação em eventos estratégicos, resultando em um crescimento proporcional das despesas nessa categoria.

O fortalecimento do papel da ANTAQ, com novas exigências regulatórias e a necessidade de acompanhamento mais próximo das operações do setor, exigiu a presença física de servidores em diversas localidades do país, especialmente em áreas portuárias e hidrovias estratégicas. Além disso, a par-

ticipação em reuniões, fóruns e capacitações essenciais para a implementação das novas diretrizes também contribuiu para o aumento desses custos.

Dessa forma, o acréscimo nas despesas com diárias e passagens reflete não apenas o crescimento da atuação da Agência, mas também a necessidade de garantir a execução eficiente de suas atividades regulatórias e fiscalizatórias, assegurando o cumprimento de suas novas atribuições.

2024 (EXECUTADO)	
Diárias	R\$ 1.393.634
Passagens	R\$ 1.707.743
TOTAL	R\$ 3.101.376

Tabela 28: Diárias e passagens em 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

As despesas com energia elétrica da Sede e das unidades descentralizadas em 2024 foi de R\$ 678.459,46. No que se refere às despesas com água e esgoto, observou-se o valor de R\$ 82.986,69

No caso específico da energia elétrica, o aumento registrado ao longo de 2024 foi potencializado pelo reforço das instalações de ar-condicionado nas dependências da ANTAQ, necessário para garantir condições adequadas de trabalho diante da intensa onda de calor extremo que atingiu o país nos últimos meses do ano.

ANTAQ	2024 (EXECUTADO)		2023 (EXECUTADO)		2022 (EXECUTADO)	VARIAÇÃO % 2023-2024
Energia elétrica	R\$ 678.459		R\$ 518.403		R\$ 449.913	31%
Água e Esgoto	R\$ 82.987		R\$ 80.244		R\$ 53.138	3%
TOTAL	R\$ 761.446,15		R\$ 598.647,06		R\$ 503.051,04	27%

Tabela 29: Evolução energia elétrica, água e esgoto, 2022-2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

É importante ressaltar que as despesas relacionadas a *facilities* – incluindo serviços de limpeza, segurança, copeiragem, além de custos com energia, água e esgoto – das unidades descentralizadas situadas em imóveis compartilhados com outros órgãos públicos estão devidamente contem-

As variações nos gastos com energia elétrica e abastecimento de água podem ser explicadas por diversos fatores. Entre eles, destacam-se o aumento dos valores cobrados pelas concessionárias, a aplicação das tarifas adicionais associadas à bandeira vermelha, bem como as oscilações climáticas que impactaram diretamente o consumo, sobretudo em períodos de temperaturas mais elevadas. Além disso, o crescimento do número de colaboradores nas unidades administrativas e a ampliação do quadro de servidores trabalhando presencialmente também influenciaram a elevação no consumo desses recursos, refletindo a intensificação das atividades presenciais da Agência.

pladas no rateio estabelecido nos respectivos termos de compartilhamento de espaço físico. Esse modelo de gestão contribui para a otimização dos recursos públicos, promovendo maior eficiência operacional e redução de custos administrativos.

BENS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO

Em 2024, não houve doações de bens patrimoniais devido às restrições legais e normativas impostas pelo período eleitoral. De acordo com a [Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997](#) (Lei das Eleições), em seu artigo 73, inciso IV, é vedada, no ano em que se realizam eleições, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, salvo em casos de calamidade pública, estado de emergência ou programas sociais autorizados em lei e já em execução no exercício anterior. Essas restrições visam garantir a imparcialidade da gestão pública e evitar o uso indevido da máquina administrativa para fins eleitorais.

No entanto, para o exercício de 2025, serão direcionados esforços para a realização dos processos de desfazimento e doação de bens patrimoniais para

outros entes da Administração Pública, bem como para organizações da sociedade civil, sempre em conformidade com a legislação vigente. A doação de bens patrimoniais inservíveis, prevista no [Decreto nº 9.373, de 2018](#), traz diversos benefícios, como a otimização do uso de recursos públicos, a redução de custos com armazenamento e manutenção de bens obsoletos e a destinação eficiente de materiais que podem ser reaproveitados por outras instituições.

O processo de doação segue etapas definidas pela legislação e pelas normas internas da Agência, incluindo:

- 1. Levantamento e avaliação** dos bens inservíveis passíveis de doação;
- 2. Elaboração de parecer técnico e justificativa** para o desfazimento;

AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS

No ano de 2024, a agência realizou a aquisição de novos mobiliários com o objetivo de atender às demandas específicas das diretorias D1, D2, D3 e D4, além de suprir as necessidades emergentes dos novos espaços de *coworking* e das áreas de espera. A compra envolveu

diversos itens essenciais para melhorar a funcionalidade e o conforto desses ambientes, incluindo:

- **Mesas de Diretor:** Mobiliários adequados para atender às necessidades operacionais e de representação das diretorias;

- 3. Autorização da autoridade competente**, conforme normativos internos;
- 4. Consulta e oferta dos bens a outros órgãos e entidades públicas**, conforme disposto no Decreto nº 9.373/2018;
- 5. Formalização do termo de doação**, com o registro da transferência patrimonial;
- 6. Baixa contábil e patrimonial**, garantindo a correta atualização dos registros administrativos.

Com essas medidas, busca-se aprimorar a gestão patrimonial da Agência, garantindo maior eficiência na alocação de bens e contribuindo para a economicidade e sustentabilidade da Administração Pública.

- **Cadeiras:** Cadeiras ergonômicas e confortáveis para ambientes de trabalho prolongado;
- **Mesas de Coworking:** Estruturas flexíveis, adaptáveis e funcionais para os espaços colaborativos, permitindo maior interação entre equipes e otimização do uso do espaço;

- **Mesas de Reunião:** Mesas amplas e versáteis, adequadas para reuniões de diferentes tamanhos e necessidades;
- **Gaveteiros e Armários:** Mobiliários destinados à organização e ao armazenamento seguro de documentos e materiais administrativos;

- **Sofás e Poltronas:** Móveis de conforto para as áreas de espera, proporcionando uma experiência agradável para os visitantes e servidores.

A aquisição desses itens visou garantir maior eficiência no dia a dia das atividades da agência,

além de atender aos padrões de conforto e funcionalidade para todos os colaboradores e visitantes. A distribuição dos móveis foi planejada estrategicamente para otimizar o espaço disponível, melhorar a ergonomia e promover um ambiente de trabalho mais agradável e produtivo.

MODERNIZAÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO E REORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COMUNS

Em 2024, além da aquisição de novos mobiliários, a ANTAQ passou por mudanças significativas em seu ambiente de trabalho, com foco na reorganização dos departamentos e na modernização dos espaços comuns. Essa atualização é parte de um esforço contínuo para otimizar a eficiência operacional e proporcionar um ambiente mais funcional e agradável para todos os colaboradores e visitantes.

Reorganização de Departamentos: A reestruturação interna foi realizada com o objetivo de promover uma melhor integração entre as equipes e facilitar a comunicação entre os setores. A reorganização contribui para um ambiente de trabalho

mais ágil e colaborativo, alinhado às necessidades atuais da instituição.

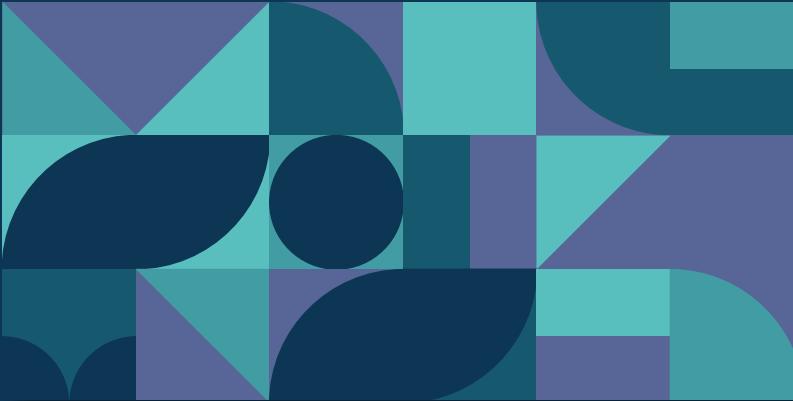
Modernização de Espaços Comuns: A modernização dos espaços comuns, incluindo salas de descanso, áreas de convivência e ambientes de espera nas diretorias, visa proporcionar maior conforto e funcionalidade, criando locais mais agradáveis.

Atualização do Auditório: Considerando a importância do auditório para a ANTAQ, um espaço crucial para reuniões, apresentações, treinamentos e eventos diversos, foi identificado que ele também deveria acompanhar as atualizações dos demais ambientes. O auditório passou

a ser reestruturado com um *layout* mais coeso e integrado, de modo a refletir a modernização geral das instalações.

A escolha de mobiliário adequado e funcional, juntamente com a atualização do design do espaço, busca proporcionar maior conforto aos participantes e criar um ambiente mais eficiente para os eventos realizados.

A modernização do auditório não só melhora a experiência dos colaboradores, parceiros e visitantes, mas também fortalece a imagem institucional da ANTAQ, refletindo a seriedade e o profissionalismo da Agência.



CAPÍTULO 6

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

Neste capítulo estão apresentadas as informações técnicas das demonstrações contábeis da ANTAQ extraídas a partir das contabilizações dos atos e fatos orçamentários, contábeis e financeiros referentes ao exercício de 2024.

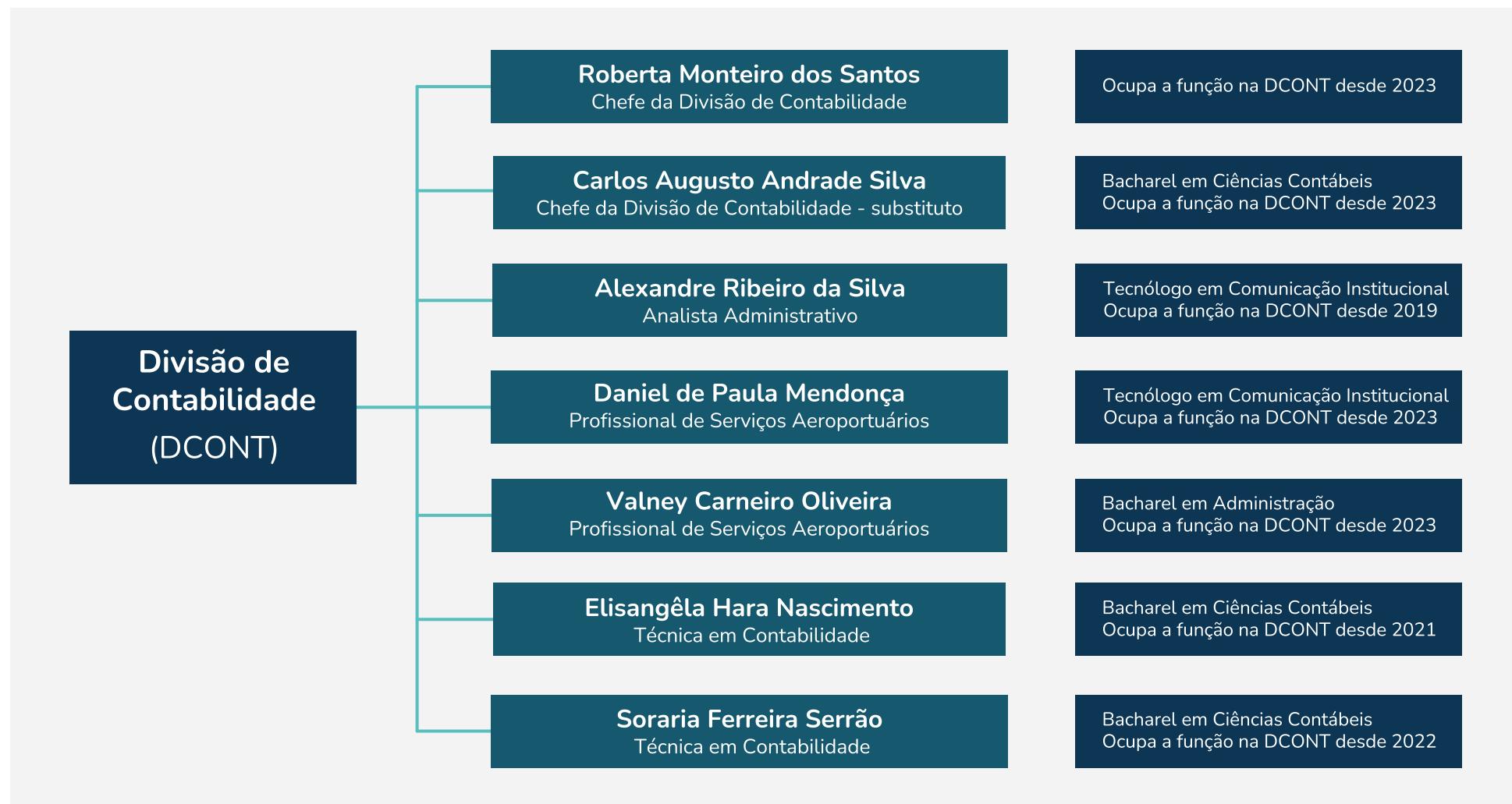


Figura 31: Organograma da Divisão de Contabilidade da ANTAQ, 2024. Fonte: ANTAQ, 2024.

6.1. CONFORMIDADE CONTÁBIL

A conformidade contábil deverá oferecer segurança suficiente sobre o resultado da avaliação das demonstrações contábeis e suas notas explicativas, deverá apresentar, seguramente, em aspectos relevantes, a conformidade das demonstrações contábeis com as normas contábeis ou, ainda, se as demonstrações apresentam inconformidades perante tais normas que resultam em distorções relevantes que prejudicam a tomada de decisões e avaliação nelas baseadas.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis da ANTAQ foi registrada sem restrições, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A Divisão de Contabilidade (DCONT) integra a estrutura da Gerência de Orçamento e Finanças (GOF), subordinada à Superintendência de Administração e Finanças (SAF), que, confor-

me o artigo 6º, da [Resolução nº 663-ANTAQ, de 17 de novembro de 2006](#), compete, entre outras atribuições, efetuar os registros e escriturações contábeis, conciliar e analisar as contas e registros contábeis, efetuar a liquidação das despesas, elaborar e analisar os balancetes, o balanço geral e as demais demonstrações contábeis e apoiar a elaboração da prestação de contas anual.

6.2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis da ANTAQ, de 31 de dezembro de 2024, foram elaboradas com base nos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial registrados no SIAFI.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da

Contabilidade aplicada ao Setor Público brasileiro, cuja metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal dos saldos do dia 31 de dezembro de 2024 em relação ao exercício de 2023, e são compostas por:

- 1.** 1. Balanço Patrimonial (BP);

- 2.** Demonstração de Variações Patrimoniais (DVP);
- 3.** Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- 4.** Balanço Orçamentário (BO);
- 5.** Balanço Financeiro (BF);
- 6.** Notas Explicativas (NE).

6.2.1. Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2024	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	EMISSÃO 13/02/2025	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	225.509.486,49	153.970.970,94	Despesas Orçamentárias	179.647.714,01	174.583.097,66
Ordinárias	-	-	Ordinárias	118.241.751,71	45.747.724,64
Vinculadas	226.773.916,68	154.110.829,45	Vinculadas	61.405.962,30	128.835.373,02
Previdência Social (RPPS)			Seguridade Social (Exceto Previdência)	429.743,81	2.188.434,10
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	226.773.916,68	154.110.829,45	Previdência Social (RPPS)	5.768.068,42	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.264.430,19	-139.858,51	Dívida Pública		5.892.612,51
Transferências Financeiras Recebidas	177.917.269,08	175.436.589,85	Transferências Financeiras Concedidas	228.577.256,18	156.084.257,99
Resultantes da Execução Orçamentária	171.901.300,60	173.165.843,37	Resultantes da Execução Orçamentária	1.095.214,83	1.001.472,84
Cota Recebida	171.875.794,68	173.147.993,03	Repasso Concedido	1.095.214,83	954.584,61
Repasso Recebido	25.505,92	17.850,34	Cota Devolvida		46.888,23
Independentes da Execução Orçamentária	6.015.968,48	2.270.746,48	Independentes da Execução Orçamentária	227.482.041,35	155.082.785,15
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.382.924,26	1.726.375,00	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	356.928,00	
Demais Transferências Recebidas		59.400,36	Demais Transferências Concedidas		511.861,93
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.633.044,22	484.971,12	Movimento de Saldos Patrimoniais	227.125.113,35	154.570.923,22
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	32.378.736,43	18.515.446,10	Pagamentos Extraorçamentários	22.691.551,82	15.644.856,17
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	15.320.062,11	11.300.150,18	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	11.378.564,26	8.725.681,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	6.582.555,84	7.040.908,17	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.847.423,69	6.752.845,02
Depósitos Restitutivos e Valores Vinculados	10.468.871,69	116.535,88	Depósitos Restitutivos e Valores Vinculados	6.397.033,91	116.607,16
Outros Recebimentos Extraorçamentários	27.246,79	57.851,87	Outros Pagamentos Extraorçamentários	68.529,96	49.722,52
Arrecadação de Outra Unidade	27.246,79	57.851,87	Demais Pagamentos	68.529,96	49.722,52
Saldo do Exercício Anterior	12.981.259,82	11.370.464,75	Saldo para o Exercício Seguinte	17.870.229,81	12.981.259,82
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.981.259,82	11.370.464,75	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.870.229,81	12.981.259,82
TOTAL	448.786.751,82	359.293.471,64	TOTAL	448.786.751,82	359.293.471,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2024	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	EMISSÃO 13/02/2025	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias				
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições				
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial				
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	169.170.000,00	169.170.000,00	218.609.598,88	49.439.598,88
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária				
Receita Industrial				
Receitas de Serviços				
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes				
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito				
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens				
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos				
Transferências de Capital				



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2024	PERÍODO Anual	
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	EMISSÃO 13/02/2025	PÁGINA 2	
ÓRGÃO SUPERIOR	68201 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	173.350.832,00	173.350.832,00	225.509.486,49	52.158.654,49	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-
Mobilária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	173.350.832,00	173.350.832,00	225.509.486,49	52.158.654,49	
TOTAL	173.350.832,00	173.350.832,00	225.509.486,49	52.158.654,49	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-6.470.602,00	-	-	6.470.602,00
Supervavit Financeiro	-	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	-6.470.602,00	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	183.797.883,00	178.820.480,00	176.176.546,01	170.786.210,15	155.775.631,65	2.643.933,99
Pessoal e Encargos Sociais	120.642.050,00	122.100.743,00	121.109.763,30	120.545.913,74	108.236.201,23	990.979,70
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	63.155.833,00	56.719.737,00	55.066.782,71	50.240.296,41	47.539.430,42	1.652.954,29
DESPESAS DE CAPITAL	4.964.367,00	3.471.168,00	3.471.168,00	2.298.948,02	1.989.464,41	-
Investimentos	4.964.367,00	3.471.168,00	3.471.168,00	2.298.948,02	1.989.464,41	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	103.964.446,00	103.964.446,00	-	-	-	103.964.446,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	292.726.696,00	286.256.094,00	179.647.714,01	173.085.158,17	157.765.096,06	106.608.379,99
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	292.726.696,00	286.256.094,00	179.647.714,01	173.085.158,17	157.765.096,06	106.608.379,99
SUPERAVIT			45.861.772,48			-45.861.772,48



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2024	PERÍODO Anual
SUBTÍTULO	682010 - AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	EMISSÃO 13/02/2025	PÁGINA 3
ÓRGÃO SUPERIOR	VALORES EM UNIDADES DE REAL		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	292.726.696,00	286.256.094,00	225.509.486,49	173.085.158,17	157.765.096,06	60.746.607,51

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	135.647,55	5.626.744,13	3.966.450,71	3.958.066,88	1.395.741,60	408.583,20
Pessoal e Encargos Sociais	-	364.431,94	278.069,21	278.069,21	86.362,73	-0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	135.647,55	5.262.312,19	3.688.381,50	3.679.997,67	1.309.378,87	408.583,20
DESPESAS DE CAPITAL	49.707,02	1.414.164,04	908.763,03	889.356,81	34.921,89	539.592,36
Investimentos	49.707,02	1.414.164,04	908.763,03	889.356,81	34.921,89	539.592,36
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	185.354,57	7.040.908,17	4.875.213,74	4.847.423,69	1.430.663,49	948.175,56

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	11.262.362,08	11.262.362,08	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	9.507.094,60	9.507.094,60	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.755.267,48	1.755.267,48	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	116.202,18	116.202,18	-	-
Investimentos	-	116.202,18	116.202,18	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	11.378.564,26	11.378.564,26	-	-

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

No quadro principal, tem-se a visão patrimonial. São demonstrados os ativos (bens e direitos), passivos (obrigações) e patrimônio líquido.

Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados no presente pela ANTAQ, como resultado de evento passado e com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre os ativos e os passivos. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Os quadros dos ativos e passivos financeiros e permanentes; e das compensações são elaborados em cumprimento ao disposto no [artigo 105, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#), que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal:

Artigo 105. O Balanço Patrimonial demonstrará:

I - O Ativo Financeiro;

- II - O Ativo Permanente;*
- III - O Passivo Financeiro;*
- IV - O Passivo Permanente;*
- V - O Saldo Patrimonial;*
- VI - As Contas de Compensação.*

Os ativos e passivos financeiros compreendem os valores realizáveis ou exígíveis que independam de autorização orçamentária, por já terem passado pela fase do empenho ou por serem extraorçamentários.

Já os ativos e passivos permanentes dependem de autorização legislativa para mobilização, alienação, amortização ou resgate. O passivo permanente, somente, se transforma em financeiro no momento do empenho.

O quadro das compensações apresenta os atos potenciais do ativo e do passivo a executar, que, potencialmente, podem afetar o patrimônio do ente.

O Quadro “Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial” apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado, conforme o [§ 2º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964](#).

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 2º Entende-se por superávit financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas.

6.2.2. Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e apura o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) ante as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), e o valor apurado passa a compor o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

As VPAs e VPDs causam alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público no momento a que se referem, segundo seu fato gerador, conforme o regime de competência. Tais variações são registradas, independentemente do recebimento ou pagamento.

6.2.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. Para esta demonstração, adota-se o regime de caixa, apura-se a geração líquida de caixa para o exercício e evidencia o saldo de caixa inicial (que foi proveniente do exercício anterior) e o saldo de caixa final (que irá para o exercício seguinte).

6.2.4. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário é elaborado em obediência à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a qual preconiza a demonstração das receitas previstas e das despesas fixadas, segregadas por categoria econômica, em confronto com as receitas realizadas e despesas executadas, respectivamente. Para esse demonstrativo, adota-se o regime orçamentário para a definição do momento do registro de sua realização, conforme descrito no artigo 35, da lei em comento.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - As receitas nele arrecadadas;

II - As despesas nele legalmente empenhadas.

A confrontação entre a receita prevista atualizada e a receita realizada apura o saldo, o qual representa o excesso ou a insuficiência de arrecadação.

O saldo resultante do confronto entre dotação atualizada e as despesas empenhadas corresponde à economia orçamentária.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

No quadro denominado “Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados”, informa-se os restos a pagar não processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os restos a pagar processados inscritos até o exercício anterior constam no “Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados” que evidencia o seu pagamento ou cancelamento.

6.2.5. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) demonstra as receitas e despesas orçamentárias, os recebimentos e pagamentos extraorçamentários e, ainda, as transferências financeiras recebidas e concedidas. Os ingressos financeiros são somados aos saldos de caixa que vieram do exercício anterior (2023), subtraídos dos dispêndios financeiros, apurando-se, assim, os saldos de caixa que se transferem para o início do exercício seguinte (2025). O BF é elaborado em observância ao princípio de caixa. Registra as entradas e saídas de caixa.

Neste demonstrativo, o resultado financeiro apurado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no BP para fins de abertura dos créditos suplementares e especiais.

6.2.6. Notas Explicativas

NE 01 - ATIVO CIRCULANTE

A classe do Ativo compõe-se de 15,5% de Ativo Circulante (AC). Verifica-se que houve um acréscimo de R\$ 4,6 milhões no exercício atual em relação ao exercício anterior.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Variação	Análise Vertical (%)
Ativo Circulante	19.836.905	15.142.115	4.694.790	15,5
Ativo Não Circulante	107.786.244	100.895.753	6.890.491	84,5
TOTAL	127.623.149	116.037.868	11.585.281	100

Tabela 30: Ativo - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

Os subgrupos que compõem o AC estão relacionados abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Variação	Análise Horizontal (%)
Limite de Saque com Vinc/Pagamento	4.456.390	3.309.833	1.146.556	34,64
Limite de Saque c/ Vinc. Pagto-Ord. Pgto	8.491.272	8.820.696	- 329.424	-3,73
Demais Contas - CEF	850.832	850.730	102	0,01
Adiantamento Concedido a Pessoal	109.358	502.201	- 392.843	-78,22
Créditos a Receber	1.508.063	1.407.102	100.961	7,18
Estoque	232.138	54.657	177.481	324,72
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	117.117	196.896	- 79.779	-40,52
Garantias (Depósitos em Conta-Vinculada)	4.071.736	-	4.071.736	-
TOTAL	19.836.905	15.142.115	4.694.789	31

Tabela 31: Ativo Circulante - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

Evidencia-se a conta estoque, que apresentou uma variação de 324,72% em relação ao exercício anterior. Tal acréscimo decorre, principalmente, da necessidade da recomposição da cadeia de suprimento atinente às competências desta Agência, consoante regimento interno, importando-se afirmar que a conta estoque receberá análise com maior detalhamento na Tabela 37 - Estoque - Variação e Composição.

Destaca-se também a variação negativa de 40,52% em relação ao exercício anterior da VPDs de serviços pagos antecipadamente.

A conta créditos a receber, por sua vez, apresentou um incremento positivo discreto de 7,2%. Esses créditos decorrem, principalmente, das competências fiscalizatórias da ANTAQ que ensejam aplicações de penalidades nos casos de não atendimento à legislação, de descumprimento de obrigações ou má prática comercial por parte das empresas de serviços de transportes aquaviários e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária, importando em multas administrativas aplicadas. A conta créditos a receber será analisada com maior detalhamento na Tabela 36 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Variação e Composição.

Ademais, destaca-se a conta **1.1.1.3.1.02.00 - Garantias**, referente a depósitos restituíveis em Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, que trouxe um incremento de R\$ 4.071.736,00 ao Ativo Circulante, cuja obrigatoriedade de lançamento se originou em função da alteração na Macrofunção 02.11.26 - Depósitos em Garantia, de acordo com o entendimento consignado no item 9.2 do Acórdão nº 2717/2023 - TCU - Plenário.

A conta Garantias será analisada com maior precisão na Tabela 35 - Garantias (Depósitos em Conta-Vinculada), a qual apresentará sua composição e o detalhamento dos valores nela registrados.

NE 02 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa é representado pelas contas contábeis de Limites de Saque, Demais Contas - Caixa Econômica Federal e Garantias (Depósitos em Conta Vinculada). Apresentou em 2024 uma variação positiva de 37,7%, decorrente do acréscimo das contas de limites de saque, em relação ao saldo existente em 31/12/2023. A variação positiva total de 37,7% apresentada se dá em virtude da contabilização da conta Garantias.

Esse subgrupo totalizou um saldo final de R\$ 17,8 milhões e correspondeu a 90% do total do AC.

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Limite de Saque com Vinc/Pagamento	4.456.390	3.309.833	1.146.556	34,6
Limite de Saque c/Vinc. Pagto-Ord	8.491.272	8.820.696	- 329.424	-3,7
Demais Contas - CEF	850.832	850.730	102	0,0
Garantias (Depósitos em Conta Vinculada)	4.071.736	-	4.071.736	-
TOTAL	17.870.230	12.981.259	4.888.970	37,7

Tabela 32: Caixa e Equivalente de Caixa - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

Limite de Saque é a disponibilidade financeira da Unidade Gestora (UG) para a realização de pagamentos em um determinado período. Tais limites são disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de acordo com a execução orçamentária e a necessidade de pagamentos aos fornecedores.

A conta contábil Demais Contas - Caixa Econômica Federal refere-se a cauções recebidas, cujo montante de R\$ 850 mil decorre de registros contábeis

realizados em contrapartida com a conta contábil “Depósitos e Cauções Recebidos” no passivo. Trata-se de ingressos extraorçamentários. São recursos que não pertencem à Autarquia, pois ingressam, já, comprometidos com uma obrigação de devolução futura. A seguir, apresenta-se a relação das cauções depositadas como garantia em favor da ANTAQ.

DESCRÍÇÃO	CNPJ/CPF	CEF (CAUÇÕES)
Agência de Integração Escola Ltda	01.406.617/0001-74	320
Linear Comunicação Ltda	10.947.243/0001-95	1.767
GSM Serviços de Construção Ltda	10.275.976/0001-20	7.420
Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.	18.648.563/0001-56	200.000
Itaipava S/A - em recuperação judicial	27.078.567/0060-97	62.291
Petróleo Brasileiro S/A Petrobras	33.000.167/1049-00	379.033
Chibatão Navegação e Comércio Ltda	84.098.383/0006-87	200.000
TOTAL		850.832

Tabela 33: Cauções – Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

A contabilização dos valores retidos e depositados em conta-vinculada, atinentes aos contratos de terceirização, originou-se pela contemporânea alteração da Macrofunção 02.11.26, Depósitos em Garantia, de acordo com o entendimento consignado no item 9.2, do Acórdão nº 2717/2023 - TCU - Plenário.

A atualização da Macrofunção trouxe a obrigatoriedade do reconhecimento dos depósitos das verbas trabalhistas em conta-vinculada, no momento da emissão da ordem bancária, na forma do artigo 121, § 3º, inciso III, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), impactando de forma transitória, o Ativo Circulante da Agência em sua conta **1.1.1.3.1.02.00**.

As demais orientações normativas permanecem inalteradas. Desta forma, quando a empresa comprovar que as obrigações trabalhistas foram cumpridas, a ANTAQ autoriza o banco a repassar o valor comprovado para a contratada, devidamente, atualizado.

A seguir, verifica-se a composição e o detalhamento dos valores registrados a título de depósitos em conta-vinculada.

DEPÓSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES - CONTA-VINCULADA	R\$ 4.071.736
ESPLANADA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA	R\$ 1.182.671
CONNECTOR ENGENHARIA LTDA	R\$ 72.459
EURO SEGURANCA PRIVADA LTDA	R\$ 336.106
SAARA OBRAS E SERVICOS LTDA	R\$ 6.904
INOVA SERVICOS DE MAO DE OBRA EIRELI	R\$ 22.199
PARA SERVICOS CONSTRUCAO & MAO DE OBRA LTDA	R\$ 6.450
POLO ADMINISTRACAO LTDA	R\$ 4.067
SWS SERVICOS E MANUTENCAO LTDA	R\$ 13.468
PRIME SERVICOS LTDA	R\$ 5.514
CONTROLES CONTABEIS SERVICOS LTDA	R\$ 51.234
MINUTA COMUNICACAO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL LTDA	R\$ 2.636
SUL AMERICA SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA	R\$ 35.345
MASTER ENGENHARIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA	R\$ 39.009
PRIME SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA	R\$ 8.683
CRISTAL TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	R\$ 245.628
C DANTAS SERVICOS E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 6.960
BRASFORT ADMINISTRACAO E SERVICOS LTDA	R\$ 1.708.889
WS ENGENHARIA INDUSTRIAL LTDA	R\$ 64.234
AGIL SERVICOS ESPECIAIS LTDA	R\$ 139.298
PEDRA AZUL SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO EIRELI	R\$ 5.795
IMPERIO SERVICOS LTDA	R\$ 114.189

Tabela 34: Garantias (Depósitos em Conta-Vinculada). Fonte: SIAFI, 2024.

| NE 03 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Os valores que compõem o subgrupo Créditos a Curto Prazo estão relacionados na tabela subsequente.

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Adiantamento Concedido a Pessoal	109.358	502.201	- 392.843	-78,2
Créd. a Rec. de Infraç Leg e Contratuais	1.508.063	1.407.102	100.961	7,2
TOTAL	1.617.420	1.909.303	- 291.882	-15,3

Tabela 35: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

A legislação em vigor concede aos servidores ou empregados públicos, a cada mês trabalhado, direito a receber o duodécimo da remuneração, a título de 13º salário. Em contraponto, os normativos, também, permitem que se pague a primeira parcela do 13º salário até junho e a segunda parcela até dezembro. Com efeito, confrontou-se o saldo acumulado das contas de Variação Patrimonial Di-minutiva (VPD) de 13º Salário com os valores brutos de pagamento de 13º Salário disponíveis nos relatórios de despesa de pessoal. A rotina descrita, na Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento, prevê a apropriação mensal por competência da VPD de 13º salário contra o passivo de 13º salário a pagar e considera todos os pagamentos de 13º salário (primeira e segunda parcelas e outros pagamentos) como adiantamento, havendo a baixa mensal contra o passivo apropriado por competência. Portanto, ao zerar a conta de passivo, 13º salário a pagar, não restou saldo de 13º salário pagos antecipadamente.

Os adiantamentos de salários e ordenados são concedidos aos servidores no período de gozo de férias, de acordo com a opção de cada servidor, nos termos da legislação. Mensalmente, é realizada a conciliação dos valores adiantados e descon-

tados, individualmente, por servidor. Em 31 de dezembro de 2024, consta um saldo de R\$ 109,3 mil de adiantamento concedido a servidor pendente de desconto.

Quanto à segunda conta, que compõe os créditos de valores a curto prazo, decorre das competências desta Agência, conforme Regimento Interno, artigo 4º, inciso XXXVII - “aplicar penalidades nos casos de não atendimento à legislação, de descumprimento de obrigações ou má prática comercial por parte das empresas de navegação e de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária”. Dentre as penalidades, encontra-se a multa administrativa, que deve ser registrada, na contabilidade, desde a sua aplicação ao infrator. A conta Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais ou Contratuais, no valor de R\$ 1,5 milhão, refere-se às multas aplicadas recebíveis no curto prazo, até o término do exercício seguinte.

NE 04 - ESTOQUE

Faz-se necessário evidenciar que a metodologia de avaliação e mensuração do estoque é executada com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, do artigo 106, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, a qual estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A conta apresentou em 31/12/2024, o saldo de R\$ 232 mil, integrado por materiais de consumo para utilização interna da instituição, com uma variação positiva de 324,72% em relação ao exercício anterior.

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Almoxarifado - Material de Consumo	232.138	54.657	177.481	324,7
TOTAL	232.138	54.657	177.481	324,7

Tabela 36: Estoque - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

NE 05 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

O subgrupo VDP Pagas Antecipadamente é composto por pagamentos antecipados de variações patrimoniais, tais como seguros prediais, assinaturas de jornais/revistas e aluguéis de softwares, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro, em obediência ao princípio de competência. O SIAFI, de acordo com o cronograma de vigência cadastrado, automaticamente, apropria, mensalmente, o valor proporcional à variação patrimonial diminutiva do referido gasto, ou seja, debita VPD e credita a conta de Adiantamento do AC.

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Prêmios de Seguros a Apropriar	4.953	861	4.092	475,1
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	647	1.725	- 1.078	-62,5
VPD de Serviços Pagos Antecipadamente	111.516	194.309	- 82.793	-42,6
TOTAL	117.117	196.896	- 79.779	-40,5

Tabela 37: VPD Antecipadas - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

Os prêmios de seguros a apropriar referem-se a seguro para o imóvel da sede da Agência.

As Assinaturas e Anuidades a Apropriar referem-se a banco de imagens *istock by getty* e jornais em versão digital.

As VPD de Serviços Pagos Antecipadamente são referentes ao acesso ao Inteligov - Aplicativo de Internet utilizado pela assessoria parlamentar e licença por subscrição de softwares *adobe creative cloud*, *acrobat pro* e *autocad*.

NE 06 - ATIVO NÃO CIRCULANTE

A classe do Ativo compõe-se de 84,46% de Ativo Não Circulante. Verifica-se que houve um acréscimo de R\$ 6,8 milhões em 2024 em relação ao ano de 2023.

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE VERTICAL (%)
Ativo Circulante	19.836.905	15.142.115	4.694.790	15,54
Ativo Não Circulante	107.786.244	100.895.753	6.890.491	84,46
TOTAL	127.623.149	116.037.868	11.585.281	100

Tabela 38: Ativo - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

Os subgrupos que compõem o Ativo Não Circulante estão discriminados abaixo:

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Dívida Ativa não tributária	84.068.572	78.373.886	5.694.686	7,3
Demais Créditos e Valores a longo prazo	6.369.899	4.767.042	1.602.857	33,6
Imobilizado	11.022.235	12.361.689	-1.339.453	-10,8
Bens Móveis	22.004.240	21.719.358	284.882	1,3
(-) Depreciação Acumulada BM	16.503.183	14.903.212	- 1.599.971	10,7
Bens Imóveis	5.555.600	5.555.600	-	0,0
(-) Depreciação Acumulada BI	- 34.422	-10.057	- 24.365	242,3
Intangível	6.325.538	5.393.136	932.402	17,3
Softwares	25.304.986	23.383.515	1.921.472	8,2
(-) Amortização Acumulada	18.979.448	-17.990.379	- 89.070	5,5
TOTAL	107.786.244	100.895.753	6.890.491	6,8

Tabela 30: Ativo Não Circulante - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

NE 07 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Todos os créditos de longo prazo da ANTAQ estão apresentados a seguir:

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Dívida Ativa não tributária	84.068.572	78.373.886	5.694.686	7,27
Demais Créditos e Valores a longo prazo	6.369.899	4.767.042	1.602.857	33,62
TOTAL	90.438.471	83.140.928	7.297.543	8,78

Tabela 40: Créditos a Longo Prazo - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

As informações utilizadas para os registros contábeis, da dívida ativa não tributária, são originárias do Sistema AGU de inteligência Jurídica (SAPIENS) e recebidas por meio da Procuradoria Federal junto à ANTAQ. Observou-se um acréscimo R\$ 5,7 milhões em relação ao exercício anterior.

Ressalta-se que os registros dos créditos inscritos e dos pagamentos realizados são efetivados mensalmente. Os demais créditos e valores a longo prazo se referem a valores, cuja expectativa de realização ocorra no longo prazo, após o término do exercício seguinte.

Os créditos a receber, para os quais houve apresentação de recursos administrativos ou judiciais, que possuam efeito suspensivo, foram registrados como ativos contingentes, previstos na conta de controle Ativos Contingentes Previstos (conta contábil 89991.49.01), até decisão definitiva do recurso impetrado, no montante de R\$ 9,4 milhões.

DESCRÍÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIAÇÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Ativos Contingentes Previstos	9.469.616	8.672.744	796.872	9,2
TOTAL	9.469.616	8.672.744	796.872	9,2

Tabela 41: Ativos Contingentes Previstos. Fonte: SIAFI, 2024.

NE 08 - IMOBILIZADO

O subgrupo Imobilizado é mensurado com base no valor de aquisição. Quanto à depreciação, procede-se a contabilização, mensalmente, por meio da integração entre o Sistema Integrado de Administração e Serviços (SIADS) e o SIAFI. A metodologia de cálculo aplicada é a das cotas constantes.

Para o estabelecimento da vida útil e do valor residual de cada bem, aplicam-se as orientações emanadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Variação	Análise Horizontal (%)
Bens Móveis	22.004.240	21.719.358	284.882	1,3
(-) Depreciação Acumulada BM	-16.503.183	- 14.903.212	-1.599.971	10,7
Bens Imóveis	5.555.600	5.555.600	-	0,0
(-) Depreciação Acumulada BI	-34.422	- 10.057	- 24.365	242,3
TOTAL	11.022.235	12.361.689	-1.339.454	-10,8

Tabela 42: Imobilizado - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

Os bens imóveis de uso especial foram registrados por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) no valor de R\$ 5,6 milhões referentes a 14 salas, 1401 a 1414, no Rio de Janeiro, Avenida Rio Branco, em uso pela ANTAQ, por meio do termo de Cessão de Uso, RIP 6001016215002. A respectiva depreciação é contabilizada, automaticamente, via integração SPIUnet e SIAFI. Portanto, os saldos são de gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

Os acréscimos dos bens móveis referem-se a aquisições de equipamentos de tecnologia da informação (*notebooks*) e equipamentos para áudio e vídeo, perfazendo R\$ 620 mil e mobiliário em geral computando R\$ 512 mil, além de outras demais despesas que perfazem R\$ 127 mil. Vale registrar que, no exercício, foram registradas algumas baixas no imobilizado, restando um acréscimo líquido de R\$ 284 mil nos bens móveis.

Em 2024, o SIADS passou por vários períodos de inconsistências, ocasionando divergências temporárias nas conciliações de saldos com o SIAFI, porém houve esforço conjunto para promover regularizações e ajustes que se fizeram necessários.

NE 09 - INTANGÍVEL

Os bens intangíveis da ANTAQ são compostos por *softwares* mensurados ou avaliados, com base no valor de aquisição ou de produção, para o caso do contrato de desenvolvimento e evolução de softwares, cuja medição é realizada por ponto de função.

Em atendimento à recomendação da Auditoria Interna da ANTAQ, constante no Relatório 01/2021, item X, assim descrito:

Analizar a possibilidade de fazer uma revisão dos intangíveis, *softwares*, juntamente com a Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - CAP e a Secretaria de Tecnologia da Informação - STI, ouvindo o gestor dos sistemas para determinar o tempo de vida útil do bem.

Foram realizadas discussões conjuntas entre CAP, atual Divisão de Almoxarifado e Patrimônio (DIAP), Gerência de Orçamento e Finanças (GOF) e STI e, levando em consideração a legislação e normas vigentes, bem como a experiência vivenciada pela área de tecnologia da informação relacionada ao assunto, a STI definiu que o ciclo de vida útil dos *softwares* fosse de 10 (dez) anos com a amortização linear, a partir de maio de 2021. O cálculo da amortização é baseado no valor bruto do bem, considerando valor residual igual a zero, pois são *softwares* de uso exclusivo da ANTAQ e não possuem valor de mercado ao final de sua vida útil.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Variação	Análise Horizontal (%)
Softwares	25.304.986	23.383.515	1.921.472	8,2
(-) Amortização Acumulada	- 18.979.448	- 17.990.379	- 989.070	5,5
TOTAL	6.325.538	5.393.136	932.402	17,3

Tabela 43: Intangível - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

A elevação se refere a desenvolvimento de softwares, importando em R\$ 1,5 milhão e a aquisições de softwares, somando R\$ 668 mil, considerando algumas baixas de softwares no período, chega-se à variação líquida de R\$ 1,9 milhão de 2024 em relação ao saldo existente em 31/12/2023.

O registro contábil da amortização é realizado, mensalmente, em quotas constantes, até que o bem intangível tenha valor residual igual a zero.

Impende mencionar a implantação, a partir de junho de 2023, de nova metodologia do Rateio de Custos de Amortização dos Bens Intangíveis, ocorrendo classificação dos softwares, individualmente, com base na estrutura da codificação constante no Ofício-Circular nº 2/2019/SAF-ANTAQ, visando à melhoria na visualização da utilização dos softwares pela cadeia de valor e unidades organizacionais da Autarquia.

NE 10 - PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A classe de Passivo é composta apenas de Circulante. Todas as obrigações da ANTAQ são de curto prazo, exigível até o término do exercício seguinte. O Passivo Circulante representa 20,13% e o Patrimônio Líquido representa 79,87% do patrimônio total.

DESCRÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIACÃO	ANÁLISE VERTICAL (%)
Passivo Circulante	25.685.589	19.916.298	5.769.291	20,13
Patrimônio Líquido	101.937.560	96.121.570	5.815.990	79,87
TOTAL	127.623.149	116.037.868	11.585.281	100

Tabela 44: Passivo Exigível (Circulante) e Patrimônio Líquido - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

NE 11 - PASSIVO CIRCULANTE

A despesa é contabilizada no momento do fato gerador, independente do pagamento. Em cumprimento ao princípio da competência, o reconhecimento de uma despesa não paga gera, em contrapartida, uma obrigação correspondente.

O Passivo Circulante (PC) representa as obrigações que serão exigidas até o término do exercício subsequente. Assim, o PC da Agência, em 31/12/2024, apresentou a seguinte composição.

DESCRÇÃO	31/12/2024	31/12/2023	VARIACÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Obrigações Tra. Prev. e Assist. a Pagar CP	12.685.435	12.673.880	11.555	0,1
Fornecedores e Contas a Pagar CP	1.484.183	3.599.891	-2.115.708	-58,8
Demais Obrigações a Curto Prazo	11.515.971	3.642.527	7.873.444	216,2
TOTAL	25.685.589	19.916.298	5.769.291	29,0

Tabela 45: Passivo Circulante - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

As Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo representam 43,4% do total do PC da ANTAQ.

Os registros dos passivos referentes a férias e 13º salário a pagar são realizados, mensalmente, proporcionalmente a 1/12 da remuneração, em contrapartida à VPD, somado ao terço constitucional. Os valores das respectivas rubricas constam no Demonstrativo de Despesas de Pessoal, extraído do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE).

Entre as Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Curto Prazo constam R\$ 7 milhões de salários a pagar referente a dezembro de 2024, R\$ 5,4 milhões de férias a pagar, e ainda, benefícios previdenciários e assistenciais de R\$ 248 mil.

O saldo em Fornecedores e Contas a Pagar de R\$ 1,4 milhão, refere-se aos valores líquidos das despesas liquidadas que ficaram pendentes de pagamento e inscritos em Restos a Pagar Processados em 2024.

Entre as demais obrigações a curto prazo no montante de R\$ 11,5 milhões, constam as deduções na apropriação da folha de pagamento, como as retenções previdenciárias, sindicatos, associações, pensões alimentícias, emprésti-

mos, planos de previdência. Ademais, fazem parte desse grupo as retenções tributárias e a contrapartida das cauções recebidas, representando os ingressos extraorçamentários que serão devolvidos aos contratados tão logo ocorra a execução contratual.

NE 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Resultado do Exercício de 2024, de R\$ 6,1 milhões, está refletido no Patrimônio Líquido, com uma variação negativa de 2,2 milhões, em relação ao saldo apurado em 31/12/2023.

DESCRÇÃO	31/12/2023	31/12/2023	VARIACÃO	ANÁLISE HORIZONTAL (%)
Resultado do Exercício	6.197.999	8.458.373	- 2.260.374	-26,7
Resultados de Exercícios Anteriores	96.121.570	73.777.442	22.344.128	30,3
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 382.010	13.885.754	- 14.267.764	-102,8
TOTAL	101.937.560	96.121.570	5.815.990	6,1

Tabela 46: Patrimônio Líquido - Variação e Composição. Fonte: SIAFI, 2024.

NE 13 - ATIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Os ativos considerados financeiros, pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, a qual estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para a elaboração e o controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, no Balanço Patrimonial da ANTAQ, são apenas os saldos de caixa e equivalentes de caixa, como o depósito de cauções e limites de saques. Todos os demais ativos do Balanço são considerados permanentes, são bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependem de autorização legislativa.

NE 14 - PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Os passivos financeiros, consoante a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, são as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária, portanto, todas as despesas empenhadas e não pagas são consideradas passivos financeiros, totalizando R\$ 27,7 milhões, sendo R\$ 15,3 milhões de despesas liquidadas e contabilizadas como passivos patrimoniais, R\$ 6,5 milhões são de empenhos a liquidar inscritos em restos a pagar não processados e R\$ 5,9 milhões referem-se a passivos extraorçamentários.

Os passivos permanentes são as férias a pagar que são apropriadas, mensalmente, proporcionalmente a 1/12 da remuneração acrescida do terço constitucional, totalizando R\$ 5,4 milhões.

NE 15 - GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS

Nos atos potenciais ativos da ANTAQ, constam as garantias recebidas, sendo R\$ 167 mil em fianças e R\$ 16,5 milhões em seguros-garantia. As devoluções são realizadas após a execução total do contrato e a constatação que não há pendências financeiras ou danos ao erário a serem executados contra as respectivas garantias.

FIANÇAS A EXECUTAR	167.494
Capital Empresa de Serviços Gerais Limitada	109.221
Flora Garden Gramados e Paisagismo Limitada	13.642
M P L Projetos, Planejamento e Gerenciamento Ltda	22.000
SKyserv Locação de Mão de Obra Ltda.	10.983
Prodent - Assistência Odontológica Ltda.	11.648

Tabela 47: Fianças a Executar. Fonte: SIAFI, 2024.

SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	16.511.443	... CONTINUAÇÃO	
Ace Comunicação e Editora Eireli	9.432	Knewin Inteligência em Recuperação de Informática	840
Ágil Serviços Especiais Ltda	72.019	Maciel Assessores S/A	23.188
Aires Turismo Ltda	58.246	Master Engenharia e Segurança Patrimonial	27.669
Algar TI Consultoria S/A	244.730	Memora Processos Inovadores S.A.	222.572
Alltech - Soluções em Tecnologia Ltda	77.500	Millennium Construções e Services Ltda	5.899
AMJ Terceirização de Serviços Eireli	39.803	MK Pesquisa e Planejamento Ltda	103.100
Atlantic Mudanças e Serviços Ltda	9.075	Mirante Tecnologia S/A	229.312
Brasfort Administração e Serviços Ltda	596.360	Nct Informática Ltda.	8.000
Brasoftware Informática Ltda.	90.399	Northware Comércio e Serviços Ltda	28.000
C Dantas Serviços e Empreendimentos Ltda	8.885	Networld Telecomunicações do Brazil Ltda	982
Centro Médico de Check Up Ltda.	8.364	Orion Telecomunicações Engenharia S/A	30.303
Claro S.A.	71.997	Polo Administração Ltda	5.433
Connector Engenharia Ltda	212.500	Prime Serviços Eireli	2.400
Controles Contábeis Serviços Ltda	15.548	Prime Serviços Administrativos Ltda	3.534
Coopertran - Cooperativa Mista C. P. Transporte	124.525	Prevident Assistência Odontológica S.A.	20.291
Cristal Terceirização de Serviços Ltda	104.083	RCS Tecnologia Ltda	156.449
D Abdon & Cia Ltda	220.109	Saara Obras e Serviços Ltda	3.552
Daten Tecnologia Ltda.	61.890	Servix Informática Ltda	88.012
Eficácia Organização Ltda	1.516	Simpress Comércio Locação e Serviços Ltda	14.509
Envex Engenharia e Consultoria Ltda	10.800	Skyserv Locação de Mão de Obra Ltda	136.987
Esplanada Serviços Terceirizados Eireli	388.516	TW-Solutions Ltda	1.200
Euro Segurança Privada Eireli	114.983	Vip Service Club Locadora e Serviços Ltda	9.751
Gap Serviços de Eventos Eireli	15.424	Yo-Fitness Ltda	1.579
Gartner do Brasil Serviços de Pesquisa Ltda	97.940	Ws Engenharia Industrial Ltda	25.089
Horus Serviços e Consultoria Eireli	1.252	Bahia Terminais S/A	200.000
Império Serviços Ltda	26.219	Camorim Services Marítimos Ltda	300.408
Inteligência de Negócios, Sistemas e Informática	9.345	CSN Mineração S.A.	12.177.548
Instituto Matriz Ltda	1.337		

Tabela 48: Seguros-Garantia a Executar. Fonte: SIAFI, 2024.

NE 16 - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Nos atos potenciais passivos constam, as obrigações contratuais de R\$ 84 milhões, sendo R\$ 56,1 milhões de contratos de serviços em execução e R\$ 27,9 milhões de contratos de aluguéis em execução.

CONTRATOS DE SERVIÇOS EM EXECUÇÃO	55.220.237
Contratos de serviços vigentes	53.967.879
Contratos de serviços em processo de encerramento	1.252.359
CONTRATOS DE ALUGUÉIS EM EXECUÇÃO	27.923.682
Contratos de aluguéis vigentes	26.053.480
Contratos de aluguéis em processo de encerramento	1.870.202
CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE BENS EM EXECUÇÃO	232.583
Contratos de fornecimentos vigentes	232.583
Contratos de fornecimentos em processo de encerramento	-

Tabela 49: Controle de Contratos em execução. Fonte: SIAFI, 2024.

Após o término da vigência dos contratos, são realizados procedimentos de análise do saldo contratual, consulta a possíveis aplicações de penalidades, bem como consulta aos tribunais acerca de existência de ações judiciais correlatas ao contrato. Não havendo nenhuma pendência impeditiva, o Termo de Encerramento de Contrato é lavrado e, por fim, o saldo da conta de controle de contratos em execução é baixado.

Como consta acima, aproximadamente, R\$ 3,1 milhões de contratos em vigência estão em processo de encerramento, os quais serão baixados do SIAFI tão logo sejam concluídas as tratativas e lavrado o necessário Termo de Encerramento de Contrato.

NE 17 - DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

A apuração do Superávit ou Déficit Financeiro, no Balanço Patrimonial, decorre da obediência à Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e é obtida por meio da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

O Superávit Financeiro, apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, desde que não comprometido, é considerado recurso para abertura dos créditos suplementares e especiais.

Em 2024, houve déficit financeiro de R\$ 9,8 milhões, pois o Ativo Financeiro foi de R\$ 17,8 milhões e o Passivo Financeiro foi de R\$ 27,7 milhões.

NE 18 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA)

A Demonstração das VPs evidencia as alterações quantitativas, onde há o confronto das VPAs e VPDs e apuração do resultado patrimonial do período.

O MCASP destaca que a receita, sob o enfoque patrimonial, será denominada de VPA.

Já a despesa, sob o enfoque patrimonial, será denominada de VPD. Ambas não devem ser confundidas com a receita e a despesa orçamentária.

Trata-se de apropriação da Receita Patrimonial em obediência ao princípio de competência. Portanto, a VPA não é, necessariamente, uma receita do ponto de vista orçamentário. Pode-se ter o reconhecimento da VPA em contrapartida a um crédito a receber e deve ser registrada no momento da ocorrência do seu fato gerador, independentemente de recebimento.

Entre as VPAs que totalizaram R\$ 411 milhões no exercício de 2024, vale destacar o valor de R\$ 218,6 milhões referente à exploração de bens, direitos e prestação de serviços alusivos à receita de delegação para o setor privado explorar serviços públicos de infraestrutura de transporte aquaviário, mediante concessão, permissão ou autorização.

Em outro grande grupo das VPA estão as transferências intragovernamentais recebidas, no valor de R\$ 177,9 milhões, principalmente, as cotas recebidas das programações financeiras visando ao pagamento das despesas executadas e movimentações de saldos patrimoniais. Houve registro de R\$ 690 mil referentes a juros e encargos de mora recebidos.

| NE 19 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD)

As VPD são registradas, respeitando o princípio da competência, independentemente, da fase de execução da despesa orçamentária. Devem ser registradas no momento da ocorrência do seu fato gerador, independentemente, do pagamento e da execução orçamentária.

Entre as VPD que totalizaram R\$ 404,9 milhões no exercício de 2024, registra-se que R\$ 228,7 milhões são referentes a transferências intragovernamentais concedidas, atinentes às arrecadações realizadas pela ANTAQ e transferidas para a STN.

Destacam-se os grupos “Pessoal e Encargos” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais”, que juntos atingem R\$ 126,7 milhões e representam 31,2 % do total das VPD.

Vale evidenciar que R\$ 48,9 milhões foram gastos com Material de Consumo, Serviços e Depreciação/Amortização e R\$ 239,9 mil com despesas tributárias, tais como Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Contribuição de Iluminação Pública.

Por fim, os gastos com desincorporação de ativo foram de R\$ 319,5 mil, relativos a registro de destinação da arrecadação de Guias de Recolhimento da União (GRU) e R\$ 8,6 mil de doação de bens móveis, totalizando R\$ 328,2 mil.

O resultado patrimonial do 2024 foi de R\$ 6.197.999,08, ou seja, as VPA superaram as VPD. Ressalta-se que tal resultado é independente da execução orçamentária, restringindo-se às alterações verificadas no patrimônio.

Ademais, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

| NE 20 - FLUXOS DE CAIXA

Os fluxos de caixa das atividades operacionais geraram R\$ 7,8 milhões no disponível em 2024. Neste sentido, os desembolsos foram superados pelos ingressos operacionais.

Para os fluxos de caixa das atividades de investimento, houve apenas desembolsos de R\$ 2,9 milhões, referentes aos pagamentos realizados de despesas de capital, sendo R\$ 1,1 milhão para aquisições de equipamentos de tecnologia da informação, equipamentos para áudio/vídeo, dentre outros, e R\$ 1,8 milhão referentes aos pagamentos de fábrica de softwares.

Não houve movimentação para as atividades de financiamento. Isto posto, a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa foi positiva em R\$ 4,8 milhões.

O caixa e equivalente de caixa inicial era de R\$ 12,9 milhões, ao somar com o caixa gerado no período, totaliza o caixa final de R\$ 17,8 milhões.

| NE 21 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, constava como previsão inicial para as receitas patrimoniais com Delegação de Serviços Públicos o valor de R\$ 169,1 milhões, realizou-se a arrecadação de R\$ 218,6 milhões, apurando-se um excedente de arrecadação de R\$ 49,4 milhões nesta rubrica.

Para as receitas com Multas Administrativas a previsão era de R\$ 4,1 milhões, tendo sido arrecadado R\$ 6,8 milhões, gerando um excesso de arrecadação desta rubrica de R\$ 2,7 milhões. Ao todo, observa-se um total geral de excedente de arrecadação de R\$ 52,1 milhões no exercício 2024.

Foram abertos créditos adicionais no valor de R\$ 6,4 milhões, provenientes de créditos cancelados.

NE 22 - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Dotação Atualizada para as despesas, excluindo a Reserva de Contingência, foi de R\$ 182 milhões. Entre as despesas executadas do Balanço Orçamentário, pode-se destacar:

Descrição	Dotação Atualizada	Execução	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	122.100.743	121.109.763	990.979
Outras Despesas Correntes	56.719.737	55.066.782	1.652.954
Investimentos	3.471.168	3.471.168	-
TOTAL	182.291.648	179.647.714	2.643.934

Tabela 50: Saldo da Dotação. Fonte: SIAFI., 2024.

As despesas executadas, quais sejam, as legalmente empenhadas, foram de R\$ 179,6 milhões, representando 98,5% de execução. Isto posto, restou um saldo da dotação de R\$ 2,6 milhões como economia de despesa.

Entre as despesas executadas do Balanço Orçamentário não constam os destaques concedidos à outras unidades gestoras da Administração Pública de R\$ 1,3 milhão, portanto, ao considerar os destaques concedidos, a execução orçamentária atinge 99,3%. É importante frisar que houve cancelamento orçamentário da Agência e que foi necessário a suspensão de algumas contratações que se encontravam em andamento, e ainda, a contenção na emissão de ordens de serviços para os contratos por demanda.

Foi apurado um superávit orçamentário de R\$ 45,8 milhões. Nesta esteira, o valor executado das despesas foi inferior ao valor arrecadado das receitas.

NE 23 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

No Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados, pode-se observar que R\$ 7 milhões foram inscritos no exercício anterior e R\$ 185 mil foram inscritos em exercícios anteriores. Deste total, R\$ 4,8 milhões foram liquidados e pagos e R\$ 1,4 milhão foi cancelado. Observa-se um saldo de R\$ 948 mil a executar.

NE 24 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

No Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados, observa-se que dos R\$ 11,3 milhões inscritos, a totalidade foi paga, não havendo cancelamento de Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados e tão pouco não houve saldo pendente de pagamento.

NE 25 - INGRESSOS E DISPÊNDIOS ORÇAMENTÁRIOS

O BF é elaborado em observância ao princípio de caixa, consequentemente, pertencem ao exercício financeiro as receitas orçamentárias nele arrecadadas. De tal modo, toda receita arrecadada representa ingresso no BF, totalizando um montante líquido das deduções de R\$ 225,5 milhões.

Já as despesas orçamentárias pertencem ao exercício financeiro, nele legalmente empenhadas, podendo ser inscritos restos a pagar em exercícios futuros. Nem toda despesa orçamentária representa dispêndios. Nos Dispêndios, no grupo das Despesas Orçamentárias, são lançadas todas as despesas empenhadas, R\$ 179,6 milhões. Todavia, no lado dos ingressos, no grupo Recebimentos Extraorçamentários são lançadas as inscrições de RP, R\$ 21,9 milhões, como compensação da parte das despesas orçamentárias que não houve desembolso, promovendo, então, o ajuste necessário.

| NE 26 - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Este grupo representa movimentações financeiras entre órgãos da União que pertencem ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS). Portanto, na consolidação do Balanço Geral da União (BGU), esses saldos são excluídos.

Sob tal perspectiva, observa-se o recebimento de R\$ 177,9 milhões atinentes a recurso financeiro enviado à ANTAQ através de cota, repasse e outros, além das transferências financeiras concedidas de R\$ 228,5 milhões, sendo a maior parte referente à movimentação de saldo patrimonial à STN, concernentes às arrecadações decorrentes das parcelas das outorgas e das multas sancionatórias e o restante os repasses concedidos a diversos órgãos.

| NE 27 - INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Das despesas orçamentárias executadas em 2024, R\$ 15,3 milhões foram empenhadas e liquidadas, porém não foram pagas, consequentemente fo-

ram inscritas em Restos a Pagar Processados (RPP) e R\$ 6,5 milhões, somente, transitaram pela fase do empenho, representando a inscrição em Restos a Pagar Não Processados (RPNP).

| NE 28 - PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR

Os pagamentos dos Restos a Pagar Processados foram R\$ 11,3 milhões e dos Restos a Pagar Não Processados foram de R\$ 4,8 milhões, perfazendo um desembolso total de R\$ 16,1 milhões de pagamentos considerados extraorçamentários, pois o desembolso ocorreu em período diferente da execução orçamentária.

DESCRÍÇÃO	NÃO PROCESSADOS	PROCESSADOS	TOTAL
Pessoal e Encargos Sociais	278.069	9.507.095	9.785.164
Outras Despesas Correntes	3.679.998	1.755.267	5.435.265
Investimentos	889.357	116.202	1.005.559
TOTAL	4.847.424	11.378.564	16.225.988

Tabela 51: Demonstrativo Pagamento de Restos a Pagar. Fonte: SIAFI, 2024.

6.3. DECLARAÇÃO DA CONTADORA

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2024, da ANTAQ.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e está pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI.

As demonstrações contábeis Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília-DF, 31 de janeiro de 2025.

Roberta Monteiro dos Santos

CRC/DF nº 014361/Oc

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Abin	Agência Brasileira de Inteligência	BF	Balanço Financeiro
AC	Ativo Circulante	BI	Business Intelligence
ACT	Acordos de Cooperação Técnica	BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
AIR	Análise de Impacto Regulatória	BO	Balanço Orçamentário
AMN	Agência Marítima Nacional da Angola	BP	Balanço Patrimonial
AMT	Autoridade da Mobilidade e dos Transportes de Portugal	CEA	Comissão de Ética
AMTM	Agência Metropolitana de Transportes de Maputo de Moçambique	CEG	Comitê Estratégico de Governança
ANDP	Autoridade Nacional de Proteção de Dados	CGDSI	Comitê de Governança Digital e Segurança da Informação
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários	CGU	Controladoria-Geral da União
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres do Brasil	CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
ANTTA	Agência Nacional de Transportes Terrestres da Angola	CNU	Concurso Público Nacional Unificado
APEC	Antwerp and Flanders Port Training Center	CPLA	Comissão Permanente de Licitações de Concessões e Arrendamentos
AR	Agenda Regulatória	CRG	Corregedoria
ARCCLA	Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística da Angola	CRSTI	Coordenadoria de Requisitos de Soluções de TI
ARINT	Assessoria de Relações Internacionais	DDCP	Divisão de Distribuição, Deliberações e Comunicações Processuais
ARME	Agência Multissetorial da Economia de Cabo Verde	DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
ARMT	Associação dos Reguladores de Mobilidade e Transporte de língua portuguesa	DCONT	Divisão de Contabilidade
ARR	Análise de Resultado Regulatório	DGDOC	Divisão de Gestão de Documentos
ASCOM	Assessoria de Comunicação e Cerimonial	DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
ASPAR	Assessoria de Relações Parlamentares e Institucionais	DPO	Divisão de Processos Organizacionais
AUD	Auditória Interna	DPGE	Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica
IAR	Indicador de cumprimento da Agenda Regulatória	DRI	Divisão de Riscos e Integridade
		DRCP	Divisão de Reuniões de Diretoria e Publicações



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

DVP	Demonstração de Variações Patrimoniais	GSPQVT	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho
EBN	Empresa Brasileira de Navegação	GTGI	Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação
ENAC	Equipe Nacional de Cobrança	HTI	Habilitações ao Tráfego Internacional
EPAF	Execução do Plano Anual de Fiscalização	IAASA	Indicador de execução da Agenda Ambiental e de Segurança Aquaviária
ESG	Environmental, Social and Governance	IDA	Índice de Desempenho Ambiental
GAB	Gabinete do Diretor-Geral	IGG	Índice Integrado de Governança e Gestão
GCOR	Gerência de Coordenação das Unidades Regionais	IMO	Organização Marítima Internacional
GECC	Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso	IAPE	Execução da Agenda Plurianual de Estudos
GEE	Gases do Efeito Estufa	IPI	Índice de Permanência de Irregularidades
GEH	Gerência de Estudos Hidroviários	IPTUR	Instalação Portuária de Turismo
GLC	Gerência de Licitações e Contratos	LAI	Lei de Acesso à Informação
GOA	Gerência de Outorgas de Autorização	LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
GOF	Gerência de Orçamento e Finanças	MPOR	Ministério de Portos e Aeroportos
GPDP	Grau execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas	MRE	Ministério das Relações Exteriores
GPO	Gerência de Portos Organizados	NEC	Núcleo de Educação Corporativa
GRES	Gerências Regionais	NE	Notas Explicativas
GREBL	Gerência Regional de Belém	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
GREFL	Gerência Regional de Florianópolis	ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
GREMN	Gerência Regional de Manaus	OKR	Objetivos e Resultados-Chave
GRERJ	Gerência Regional do Rio de Janeiro	ONU	Organização das Nações Unidas
GRERE	Gerência Regional de Recife	OUV	Ovidoria
GREST	Gerência Regional de Santos	PAF	Plano Anual de Fiscalização
GGGP	Gerência de Governança, Gestão e Planejamento	PAINT	Plano Anual de Auditoria Interna

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

PCA	Plano de Contratação Anual	SELC	Secretaria Especial de Licitação de Concessões
PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	SESGI	Superintendência de ESG e Inovação
PDP	Plano Desenvolvimento de Pessoas	SFC	Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais
PEI	Plano Estratégico Institucional	SGE	Secretaria-Geral
PGA	Plano de Gestão Anual	SEPH	Superintendência de Estudos e Projetos Hidroviários
PGD	Plano de Gestão de Desempenho	SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
PIANC	Associação Mundial para a Infraestrutura de Transportes Aquaviários	SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
PIT	Planejamento Integrado de Transportes	SIG	Sistema de Informação Gerencial
PNL	Plano Nacional de Logística	Sinesp	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
PNT	Política Nacional de Transportes	Sisbin	Sistema Brasileiro de Inteligência
POSIC	Política de Segurança da Informação e Comunicações	SOG	Superintendência de Outorgas
PPA	Plano Plurianual	SRG	Superintendência de Regulação
PPI	Programa de Parcerias e Investimentos	STAI	Seção de Transparência e Acesso à Informação
PPGSTI	Política de Provimento e Gestão de Soluções de TI da Agência	TAC	Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta
PROA	Plataforma de Regulação Aquaviária	TCU	Tribunal de Contas da União
PRF	Polícia Rodoviária Federal	TED	Termos de Execução Descentralizada
PQVT	Programa de Qualidade de Vida no Trabalho	TLO	Termos de Liberação de Operação
RAINT	Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna	TUP	Terminal de Uso Privado
SAC	Seção de Apoio ao Cidadão	URES	Unidades Regionais
SAF	Superintendência de Administração e Finanças	USACE	Corpo de Engenheiros do Exército Americano
SAMA	Sistema de Afretamento da Navegação Marítima		

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

